Relatório e Contas 2015

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

www.bca.cv

Índice

1 – ÓRGÃOS SOCIAIS 4
2 – CAPITAL SOCIAL 6
3 – PRINCIPAIS INDICADORES 7
4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE 8
5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL 13
5.1 – INTERNACIONAL 13
5.2 – NACIONAL 15
5.2.1– Dados Gerais 15
5.2.2 – Sistema Financeiro 17
5.2.3 – BCA no Sistema 19
6 – VISÃO ESTRATÉGICA 2015 20
7. – ACTIVIDADE COMERCIAL 22
7.1. – RECURSOS 22
7.2. – CRÉDITO 23
7.2.1 – Condicionantes da Atividade do Crédito 23
7.2.2 – Análise do Crédito Concedido 24
7.2.3 – Análise da Carteira de Crédito 24
8 –OUTRAS ACTIVIDADES 27
8.1 –RECURSOS HUMANOS 27
8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL 29
8.3 – GESTÃO DE RISCOS 36
8.4 – COMPLIANCE 39
8.5 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO 40
8.6 – AUDITORIA E INSPEÇÃO 41
8.7 – SUPORTE INFORMÁTICO 41
8.8 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS 42
8.9 – MEIOS E CANAIS 44
8.10 – SUPORTE OPERACIONAL 46
8.11 - INVESTIMENTOS 47

9—ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA 49

9.1 —EVOLUÇÃO DO BALANÇO 49

9.2. —CONTAS de RESULTADOS 54

9.3 – ANÁLISE de RÁCIOS 57

9.4 – RÁCIOS PRUDENCIAIS 57

10 —APLICAÇÃO DE RESULTADOS 59

11 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES 60

12 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL 61

13 – ANEXOS 65

1 – ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia-Geral Ordinária do Banco Comercial do Atlântico (BCA), realizada a 29 de Outubro de 2015, elegeu, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, os membros dos Órgãos Sociais, ficando os órgãos sociais assim constituídos:

Assembleia-Geral

Presidente: Dr. Miguel António Ramos

Vice-Presidente: Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Secretário: Dra. Dulce Patricia Dias Lopes Chantre

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e seis Administradores, quatro dos quais sem funções executivas:

Presidente Prof. Doutor António José de Castro Guerra

Administrador Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

Administrador Dr. Francisco Pinto Machado Costa

Administrador Dr. David Hopffer Cordeiro Almada

Administrador Dra. Carla Maria Moniz Brigham Gomes

Administrador Dr. José Rui Cruz Lopes Gomes

Administrador Dr. Manuel José Dias Esteves

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. António José Nascimento Ribeiro

Vogal: Dra. Maria de Fátima Oliveira de Melo Fernandes Sanchas

Vogal: Dr. José Ricardo Vaz Fernandes Benoliel

Vogal Suplente: Dr. Francisco Sebastião Correia Teixeira

Vogal Suplente: Dr. Adelino Vital Fonseca

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e composta por três elementos:

Prof. Dr. António José de Castro Guerra – Presidente

Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

Dr. Francisco Pinto Machado Costa

2 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA ascende a 1.324.765.000$00 (mil trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e, em 31 Dezembro de 2015, era detido pelos acionistas constantes do quadro seguinte, em que se pode constatar que as participações do Agrupamento Caixa Geral de Depósitos, SA/Banco Interatlântico, SA, do INPS- Instituto Nacional de Previdencial Social, da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo-Verde, SA eram qualificadas:

Capital Social a 31/12/2015

CVE

Acionista	Valor	Percentagem
CGD/INTERÂTLANTICO	697.446.000	52,65%
INPS	132.492.000	10,00%
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	89.504.000	6,76%
GARANTIA	76.322.000	5,76%
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, SA	28.780.000	2,17%
TRABALHADORES	37.146.000	2,80%
OUTROS ACCIONISTAS	263.075.000	19,86%
TOTAL	**1.324.765.000**	**100,00%**

3 – PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Valores e Indicadores de Atividade e Resultados

Variáveis	Unidade	2014	2015	Variação
BALANÇO				
Ativo Total	Mil contos	74.801	80.825	8,1%
Crédito Total Líquido	Mil contos	37.805	37.512	-0,8%
Passivo Total	Mil contos	69.941	75.954	8,6%
Recursos De Clientes	Mil contos	62.866	69.097	9,9%
Situação Liquida	Mil contos	4.860	4.871	0,2%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	Mil contos	1.831	1.938	5,8%
+Margem Complementar	Mil contos	759	710	-6,5%
=Produto Bancário	Mil contos	2.590	2.647	2,2%
-Custos Administrativos	Mil contos	1.998	1.941	-2,8%
=Cash-Flow de Exploração	Mil contos	593	707	19,3%
+ Resultados Filiais Excluidas Cons. Assoc.	Mil contos	78	40	-49,1%
-Amortizações do Exercício	Mil contos	187	190	1,5%
-Imparidade/Provisões Líquidas do Exercício	Mil contos	187	188	0,8%
-Impostos s/Lucros	Mil contos		-	
=Resultados Líquidos do Exercício	Mil contos	297	369	24,0%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	17,1%	15,9%	
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes	%	16,3%	14,9%	
Imparidade Crédito/Crédito Vencido	%	62,6%	65,6%	
Imparidade Crédito e Obrigações/Crédito Vencido	%	64,2%	66,5%	
Crédito Clientes/Depósitos Clientes	%	61,4%	55,8%	
Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE)	%	6,4%	7,6%	
Resultado Líquido/Ativo (ROA)	%	0,4%	0,5%	
Rácio Solvabilidade	%	14,94%	15,70%	
FUNCIONAMENTO				
(Cost-to-Income) com Fundo Pensões	%	84,3%	80,5%	
(Cost-to-Income) sem Fundo Pensões	%	73,1%	69,4%	
Ativo Total /Total Empregado no Ativo	Mil contos	168	187	11,4%
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Ativo	Mil contos	225	244	8,6%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Balções	Mil contos	3.034	3.126	3,0%
Número Empregados Ativos Totais	Unidade	444	432	-2,7%
Número Empregados Ativos do Quadro	Unidade	393	382	-2,8%
Número de Balcões	Unidade	33	34	3,0%

4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE



Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores

Desde finais de 2011, que o sistema bancário nacional enfrenta um contexto muito adverso: se, naquele ano, o crédito em todo o Sistema Financeiro Nacional cresceu 9%, entre 2012-2015 os bancos vêm laborando num contexto de fraco crescimento/quase estagnação do crédito, ao qual esteve e está associado um significativo nível de incumprimento. Com efeito, nos últimos 4 anos, o mercado de crédito cresceu apenas 1,2% em média anual, e o nível de incumprimento do sistema evoluiu de 11,8% em 2011 para 19,3%, em Setembro 2015.

O mercado do crédito em Cabo Verde continua a refletir as condições pouco favoráveis da economia internacional e da envolvente nacional, as quais, em conjunto, vêm impactando nas expectativas de todos os agentes económicos, afetando o comportamento do produto e do emprego.

O PIB mundial, de um crescimento de 4,2% em 2011, apresenta, desde então, uma tendência de crescimento em torno dos 3,3% em média anual. Neste período, os países das economias mais prósperas cresceram abaixo da média do crescimento mundial (1,5% em média anual) e, mesmo as economias emergentes e em desenvolvimento, incluso o conjunto das economias subsarianas, desde 2011 que desaceleraram os seus ritmos de crescimento (4,7% em média anual no período, contra 6,3% em 2011).

A Zona Euro continuou a enfrentar uma conjuntura marcada pelos programas de correção dos défices orçamentais e dos níveis das dívidas soberanas em vários países, que impactaram muito negativamente no funcionamento do seu Sistema Financeiro, nas condições de financiamento das Empresas e das Famílias de um elevado número de Estados Membros, bem como nos respetivos níveis de produto e emprego. No entanto, se nos anos de 2012 e 2013, a Zona Euro esteve em recessão, tudo aponta para que o ano de 2014 tenha sido um ano de viragem, porquanto, esta zona cresceu cerca de 0,9% neste ano, 1,5% em 2015 e as estimativas projetam taxas de crescimento de 1,7% para 2016 e 1,9% para 2017. Nos países da moeda única, num contexto de continuada baixa inflação, este crescimento tem sido alavancado, por ordem de importância, pelas Exportações, pela Formação Bruto de Capital Fixo e pelo Consumo Privado. Quanto ao desemprego, após ter crescido para níveis de cerca de 12% em 2013, desde aí que a tendência é de melhoria, estando ainda, no entanto, acima dos 10%. Vão no mesmo sentido as projeções de crescimento da Economia Mundial: 3,4% em 2016 e 3,7% em 2017.

Nesta conjuntura, as performances das economias Portuguesa, Espanhola e dos Países Baixos – Com as quais a economia Cabo-Verdiana está mais integrada – Traduziram-se em crescimentos negativos, respetivamente por três (2011-2013/Portugal) e dois anos (2012-2013/Espanha e Países Baixos) seguidos e, consequentemente, em níveis de desemprego muito elevados para economias maduras. A boa notícia é que estas 3 economias, em 2014 e 2015, tiveram taxas de crescimento iguais ou acima da taxa da Zona Euro e, para o horizonte de 2016, prevê-se que cresçam a taxas superiores às daquela sub-região europeia. Três fatores apontam para a sustentabilidade deste crescimento: a desvalorização do euro em relação ao dólar, a qual torna a Europa mais competitiva face aos mercados extracomunitários; as decisões do BCE e da CE, de combate à deflação e de promoção do investimento público e privado; a descida do preço do petróleo. A economia do Reino Unido, um dos principais mercados emissores de turismo para Cabo Verde, desde 2014 que cresceu e projeta crescer acima da economia da Zona Euro.

A economia americana, depois de enfrentar um crescimento negativo em 2009, em linha, aliás, com a recessão enfrentada, neste ano, por todas as economias avançadas, depois daquele ano cresceu acima da Zona Euro e, para o horizonte de 2016, estima-se que continue a crescer a uma taxa superior: 2,8%% contra 1,6%. No entanto, a China - e outras economias emergentes -, que tem sido um dos motores de crescimento da economia mundial, apresenta alguns sinais de perda de ritmo ao nível do PIB.

Com os seus principais parceiros económicos em recessão, ou com ritmos de crescimento mais reduzidos, a economia de Cabo Verde, após 2011, foi particularmente penalizada em duas condições do seu financiamento externo – Redução do nível de IDE e quebra das transferências correntes e de capital oficiais, as quais, apesar de terem sido contrabalançadas com a evolução favorável das remessas de emigrantes e das receitas turísticas, impactaram negativamente no crescimento do PIB. Com efeito, entre 2012 e 2015, em média anual, o PIB de Cabo Verde cresceu pouco acima de 1,25% e a taxa de desemprego evoluiu de 10,7% em 2010, para 15,8% em 2014. A taxa de desemprego juvenil (15/24 anos) teve níveis e evoluções ainda mais desfavoráveis.

Nos últimos anos, a política orçamental expressou-se num ambicioso programa de investimentos públicos orientado para a redução do défice de infraestruturas do País, mas os seus efeitos, por serem mais visíveis só no longo prazo, compensou insuficientemente os efeitos negativos da envolvente internacional e seus impacto sob as expectativas dos agentes económicos privados, que impactaram negativamente no crescimento do PIB, em particular nas componentes investimento privado e consumo das Famílias e, por outro, nas receitas do Estado e, consequentemente, nos níveis da dívida pública.

No final de 2011 e durante parte do ano de 2012, a política monetária, prioritariamente orientada para a manutenção da paridade do Escudo Cabo-Verdiano em relação ao Euro, traduziu-se na redução da liquidez do Sistema Financeiro, uma situação que conduziu os Bancos à adoção de medidas de proteção da sua base de depósitos, através de uma subida significativa das taxas de juros passivas em todos os prazos de maturidade.

No Sistema Bancário Nacional, entre 2011-2015 os recursos dos clientes cresceram 10,5% em média anual. Contudo, face à contração da atividade económica mas, sobretudo, à quebra das expectativas dos agentes económicos – Já com níveis de alavancagem muito expressivos –, A procura de crédito, ao crescer apenas de 1,2% em média anual, não acompanhou aquele crescimento, o que, se por um lado, aliviou as restrições de liquidez dos Bancos, a partir do segundo semestre de 2012 e durante todo o ano de 2013, por outro, teve efeitos negativos na margem financeira, também agravada pela evolução crescente dos níveis de incumprimento das carteiras de crédito.

Com efeito, a partir do 2º semestre de 2012 e durante todo o ano de 2013 e 2014, a procura da liquidez disponível nos Bancos não se fez sentir na quantidade e na qualidade desejada e as alternativas de aplicação dos recursos, nomeadamente os títulos do Banco Central e do Tesouro, com taxas decrescentes de fecho nas sucessivas emissões, inibiram aquela componente do produto bancário.

As medidas de política monetária de março, outubro de 2014 e em fevereiro de 2015 para incentivar os Bancos a conceder mais crédito à economia, ainda não produziram, em nível significativo, o efeito desejado. Isto porque, a alavancagem da economia, a quebra de confiança dos agentes económicos e o ainda elevado nível do custo médio do *funding,* inibiram a eficiência dos mecanismos de transmissão da política monetária, que se quer expansionista.

Apesar disso, no final do 3º trimestre de 2014, o BCA lançou uma linha de crédito de 1 milhão de contos para PME's, com taxas de juro mais reduzidas e destinadas a novos investimentos, a que se seguiu o seu reforço para 2 milhões de contos, em 2015, complementadas com outras iniciativas dirigidas às famílias: nos domínios do crédito à habitação – Linha de Crédito Nu Pinta Nós Tera no valor de 1 milhão de contos – à aquisição de viaturas, conta ordenado, etc. Em meados de 2015, O BCA reviu em baixa as suas taxas de juro ativas e passivas, indo ao encontro, de forma mais consistente, das orientações da política monetária.

O fraco crescimento da carteira de crédito, a par de um excesso de liquidez no Sistema, aumentou o poder negocial dos melhores clientes e conduziu à sua disputa por todos os concorrentes do mercado, reduzindo a diferença entre taxas de juro ativas e passivas. Em consequência, no BCA, a margem financeira caiu de 10,6%

em 2013 e de 4,3% em 2014, fixando-se em 1,91 e 1,83 milhões de contos, respetivamente. A margem complementar também caiu de 3,5% em 2013, porém, em 2014, cresceu de 5,6%. Do efeito combinado das duas margens, resultou um nível de produto bancário ligeiramente mais baixo, que se fixou em 2,63 milhões de contos, em 2013 e em 2,59 milhões de contos, em 2014. Porém, no ano de 2015, o produto bancário aumentou de 2,2%, puxado por um crescimento de 6,3% da margem financeira.

A perceção antecipada do Conselho de Administração relativamente à evolução das condicionantes estruturais do mercado de crédito conduziu, desde 2013, à definição e aplicação de uma estratégia consistente e participada, ancorada em cinco objetivos complementares: aumento do produto bancário; melhoria da qualidade do crédito; mais eficiência operacional; crescimento da rentabilidade do banco; qualificação dos recursos humanos, mudança de atitude e incremento da qualidade do serviço aos clientes.

Com o foco nestes objetivos e uma elevada participação dos quadros diretivos nas decisões estratégicas do Banco e correspondente aplicação, é já evidente a inversão de tendência em três domínios relevantes da atividade do Banco: mais eficiência, maior rentabilidade e maior solidez/solvabilidade. Uma evolução necessária para o BCA continuar a enfrentar uma conjuntura adversa, cuja evolução não controlamos, por depender criticamente de fatores da envolvente internacional e nacional em que operamos.

Com efeito, se os sinais da economia internacional são positivos, porquanto se espera que, finalmente, a Zona Euro comece a crescer de forma sustentada, importa no entanto referir que a politica monetário e a politica orçamental continuam a divergir entre si, quanto aos sinais que transmitem à economia: à luz das mais recentes decisões do BCV, a política monetária é de incentivação do crédito, porém, a política orçamental, na sua componente fiscal, aponta para uma penalização do rendimento disponível das famílias e da liquidez das empresas, ao mesmo tempo que, restringida pelos níveis de divida pública, desacelerou a política de investimentos públicos. Há porém sinais que apontam para uma evolução do PIB de Cabo Verde, a taxas mais elevadas do que a média dos últimos anos.

Após 4 anos consecutivos de uma conjuntura muito adversa, estes resultados só foram possíveis devido à mobilização, profissionalismo e dedicação dos quadros diretivos do Banco e das suas equipas, pelo que lhes é devido, nesta sede, o merecido reconhecimento e agradecimento. Estamos certos de que continuaremos a contar com a dedicação e profissionalismo dos nossos quadros, na superação dos desafios que temos pela frente.

Nesta oportunidade, em nome do Conselho de Administração do BCA, também manifestamos o nosso agradecimento e apreço a todos os Acionistas, à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao Auditor Externo, ao Banco de Cabo Verde, à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, à Bolsa de Valores, por toda a colaboração e competência prestada no acompanhamento da gestão corrente do Banco.

Aos Clientes, que são a nossa razão de ser, agradecemos o privilégio da sua confiança e reiteramos todo o nosso empenhamento na satisfação das suas expectativas na relação com o BCA, através do reforço da nossa proximidade e da disponibilização de produtos e serviços compatíveis com as preferências, interesses e necessidades, reforçando laços de fidelização, na base da confiança, respeito e interesses recíprocos.

5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

5.1 – INTERNACIONAL

De acordo com o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global terá crescido 2,9% no primeiro semestre de 2015. O abrandamento do crescimento global foi determinado, sobretudo, pelo enfraquecimento da atividade económica nas economias emergentes e em desenvolvimento.

A atividade global está projetada a ter algum avanço em 2016 com as **Economias Avançadas** favorecidas, globalmente, pela redução dos preços das matérias-primas, pela manutenção de condições de financiamento acomodatícias, por algum alívio na política de consolidação orçamental, bem como pela melhoria das condições dos seus mercados de trabalho, que têm sustentado o crescimento económico mundial e contribuído para uma ligeira melhoria do enquadramento externo da economia nacional.

Ainda de acordo com o FMI, os Mercados Emergentes e as Economias em vias de Desenvolvimento têm-se comportado menos favoravelmente, em resultado do agravamento das condições externas de financiamento, tendo os seus influxos de capitais desacelerado devido aos seguintes fatores: impacto da redução dos preços das matérias-primas (energéticas, alimentares e metais preciosos); depreciação cambial nas economias exportadoras de commodities; efeito maior que o antecipado nas economias vizinhas e na economia africana e ainda da transição do modelo de crescimento económico da China; persistência de conflitos geopolíticos e domésticos no Leste Europeu, no Médio Oriente e em algumas economias africanas, bem como agravamento de instabilidades advenientes de atos de terrorismo.

Os **Países com Recessão Económica** (incluindo Brasil, Rússia e alguns países da América Latina e Médio Oriente) apesar do crescimento económico permanecer fraco ou mesmo negativo, as projeções para o próximo ano são de melhoria da atividade económica.

O PIB dos **EUA**, um importante parceiro económico do país, cresceu, 2,6% no terceiro trimestre. O crescimento da maior economia mundial tem sido suportado pelo consistente aumento do consumo privado, pela moderação da restritividade orçamental e pelo fortalecimento do sector imobiliário. No que concerne em particular ao consumo privado, que representa dois terços do produto interno bruto dos EUA, o seu comportamento reflete a melhoria dos rendimentos reais, na sequência da redução da inflação, da menor correção dos balanços das famílias e da redução da taxa de desemprego para níveis próximos do desemprego estrutural.

Não obstante o melhor desempenho, a economia dos EUA está sendo condicionada pelos impactos da apreciação do dólar e da redução do preço do petróleo, respetivamente nas exportações líquidas e no investimento no sector energético, bem como pelo abrandamento da procura global.

Ao longo de 2015, economia do principal parceiro económico do país, a **Área do Euro**, reforçou a tendência de recuperação, da mais longa recessão da sua recente história, não obstante as instabilidades sociais e políticas que afetaram particularmente no início do verão a consolidação do balanço do Estado Grego, com algum impacto na confiança dos investidores. A inflação ainda foi menor que a de 2014, atingindo apenas 0,2%.

O **PIB da Área do Euro** registou um crescimento de 1,5% em termos homólogos no terceiro trimestre do ano. O melhor desempenho económico da região foi determinado pelos contributos positivos do consumo privado e das exportações líquidas, impulsionados principalmente pela redução do preço das matérias-primas e pela depreciação do euro, num contexto de alguma melhoria da confiança dos agentes económicos, e da implementação de medidas de política monetária excecionalmente acomodatícias.

No **Japão**, uma forte recuperação no primeiro trimestre foi seguinda de uma queda nas atividades no segundo trimestre. Ao longo do primeiro semestre do ano quer o consumo quer as exportações líquidas caíram aquém das expetativas. As exportações diminuiram substancialmente no segundo trimestre, mas a previsao de crescimento do PIB para 2015 é positiva, embora de apenas 0,6%.

Na **América Latina**, de acordo com o relatório do FMI, a crise no Brasil foi mais profunda do que o esperado, e com o declínio dos preços das commodities a situação continua a enfraquecer em outros países da região. No México, o crescimento também foi menor do que o esperado.

O crescimento na **África Subsaariana** abrandou em 2015 para 3,8%, quando tinha sido de 5% em 2014. A desaceleração em 2015 é impulsionada principalmente pelas repercussões da queda dos preços das commodities, em especial os de petróleo, bem como pela menor procura da China, o maior parceiro comercial individual da África Subsaariana, para além do aperto das condições financeiras globais para as fronteiras do mercado econômico da região.

No quadro que se segue apresenta-se alguns indicadores macroeconómicos internacionais:

Evolução dos Indicadores

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2014	2015p	2014	2015p	2014	2015p
EUA	2,4%	2,6%	1,6%	0,1%	6,2%	5,3%
Zona Euro	0,9%	1,5%	0,4%	0,2%	11,6%	11,0%
Portugal	0,9%	1,5%	0,4%	0,2%	11,6%	11,0%
Alemanha	1,6%	1,5%	0,8%	0,2%	5,0%	4,7%
Japão	-0,1%	0,6%	2,7%	0,7%	6,2%	5,6%
Economia Emergente	1,8%	2,0%	0,6%	0,2%	10,2%	9,6%
Brasil	0,1%	-3,0%	6,3%	8,9%	4,8%	6,6%
Rússia	0,6%	-3,8%	7,8%	15,8%	5,2%	6,0%
Ásia Emergente	6,8%	6,5%	3,4%	2,8%		
India	7,3%	7,3%	5,9%	5,4%		
China	7,3%	6,8%	2,0%	1,5%	4,1%	4,1%
África Subsaariana	5,0%	3,8%	6,4%	6,9%		
Economia Global	3,4%	3,1%				

Fontes: FMI

5.2 – NACIONAL

5.2.1– Dados Gerais

De acordo com estatísticas produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística, prevê-se um crescimento do PIB entre 1,0% e 2,0% para 2015, (1,8% em 2014). Para a menor dinâmica da atividade económica contribuíram, do lado da oferta, sobretudo, os desempenhos desfavoráveis dos sectores do comércio, da agricultura, imobiliária e outros serviços e administração pública, entretanto, superados ligeiramente pela forte recuperação dos impostos líquidos de subsídios, da atividade do sector de alojamento e restauração e de indústrias transformadoras, bem como pelo crescimento, ainda que em desaceleração, do valor acrescentado bruto da construção. A inflação média anual atingiu 0,2% em Dezembro 2015.

Os indicadores de tendência da atividade económica apontam para uma deterioração da procura interna no terceiro trimestre, determinado sobretudo pela contínua retração dos investimentos. Registe-se que os investimentos de outros sectores permanecem condicionados por restrições financeiras, resultantes tanto de constrangimentos administrativos, como é o caso da execução do "Programa Casa para Todos", como da manutenção do sentimento de aversão aos riscos macroeconómicos e de crédito, por parte da banca nacional.,

O financiamento do sector privado continua, igualmente, a ser condicionado pela situação de algum défice de procura elegível, na perspetiva dos bancos, por um lado, e, por outro, pela condição de significativa alavancagem de algumas empresas com acesso ao mercado de crédito, num contexto de contínua deterioração dos seus balanços.

Neste quadro de desenvolvimentos e num contexto de manutenção quase que generalizada, de excesso de liquidez nos bancos nacionais, a transmissão à economia real das medidas expansionistas de política monetária permanece aquém do desejável, sendo efetiva contudo, até setembro, em alguma redução do custo de financiamento e em algum alívio nas condições de concessão de crédito, conforme atestam os resultados do inquérito à política de crédito realizado trimestralmente junto a seis bancos nacionais e o aumento do crédito concedido a particulares e a algumas empresas não financeiras privadas.

No que concerne ao consumo, os aumentos das remessas de emigrantes (19,9% em termos homólogos até setembro), das despesas públicas com benefícios sociais e de outras despesas públicas correntes (respetivamente, em 8,7% e 35,8% em termos homólogos até setembro), compensando o aumento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado em 0,5 p.p, estarão a suportar algum aumento do rendimento disponível bruto das famílias e, consequentemente, do consumo privado. Por seu turno, o consumo público evidenciou até setembro um crescimento menos acelerado, determinado pela redução das despesas com pessoal e abrandamento do ritmo de aquisição de bens e serviços.

A procura externa líquida apresentou, ao longo dos últimos meses, uma tendência de recuperação, reflexo da redução das importações de mercadorias (-6,5% e -1,5% em termos homólogos até setembro) e da forte recuperação das receitas de turismo (+9,7% em termos homólogos até setembro).

Destaque-se o comportamento favorável das receitas de turismo, suportado, sobretudo, pela dinâmica da procura. Não obstante o aumento do índice de preço turístico (em 2,7% em termos médios, desde o início do ano, de acordo com o INE), a procura turística, medida pelo número de dormidas, cresceu cerca de 7,2% em termos homólogos até setembro.

As reservas internacionais líquidas do país registaram uma redução na ordem dos 36 milhões de euros desde o início do ano até setembro do corrente. Não obstante, o valor acumulado das reservas internacionais líquidas do país manteve-se em níveis confortáveis, permitindo garantir 5,2 meses das importações de bens e serviços projetadas para 2015.

O crédito à economia cresceu 2,0% tendo recuperado de uma queda de -0,2% em 2014. Para o comportamento mais favorável do crédito bancário contribuíram a duplicação dos empréstimos concedidos

às empresas públicas (dos ramos imobiliários e de transportes aéreos) e o crescimento na ordem dos 0,7% dos empréstimos concedidos a empresas privadas e a particulares.

A redução dos custos de financiamento com as taxas de juro ativas a reduziram 0,85 p.p entre outubro de 2014 e outubro de 2015 terá, por um lado, influenciado positivamente a procura de crédito. Entretanto, do lado da oferta de crédito, o comportamento da banca estará alinhado com algum aumento da procura, e de uma redução do crédito com imparidade na ordem dos 7% até setembro, em função sobretudo da dação de imóveis em cumprimento.

Os depósitos, que constituem a principal fonte de financiamento dos bancos comerciais, continuaram a registar crescimentos significativos, embora em desaceleração (em outubro, em termos homólogos, os depósitos totais e dos emigrantes cresciam, respetivamente, 5,5% e 8,9%), contribuindo para o contínuo aumento da liquidez no sistema bancário, não obstante a redução em termos médios das taxas de juro passivas em 0,22 p.p.

Segue-se a evolução de alguns indicadores económicos da economia nacional nos últimos dois anos.

Indicadores Macroeconómicos Nacionais

Indicadores	Unidades	Previsão	
		2014	2015
PIB Real	%	1,8	1 a 2
Rácio Dívida Pública	% do PIB	107,2	n.d
Câmbio Médio Anual	USD/CVE	89,4	98,1
Inflação	Variação média Anual	-0,2%	0,2%
Desemprego	%	15,8	n.d
Investimento Direto Estrangeiro	Mil contos	9.468	9.822
Massa Monetária	Variação Anual %	7,3	4,0
Reservas Cambiais	Meses de Importações	5,5	5,0
Crédito à Economia	Variação	-0,2%	0,2%

Fonte: OE 2015, BCV e INE

5.2.2 – Sistema Financeiro

Num quadro de fraco crescimento económico, de baixas pressões inflacionistas e de ausência de pressões iminentes e significativas na balança de pagamentos, o Banco de Cabo Verde prosseguindo a sua política de afrouxamento monetário, baixou a taxa Diretora em 0,25pp em Fevereiro de 2015 passando de 3,75% para 3,50%, baixou a taxa de disponibilidade Mínimas de Caixa de 18% para 15%, a taxa de Redesconto de 7,75% para 7,5% e a taxa de absorção de liquidez de 0,50% para 0,25% e a taxa de cedência de liquidez de 6,75% para 6,5%. Essas descidas tiveram como intuito uma maior eficácia da política monetária e, ao mesmo tempo,

dinamizar o mercado e favorecer o crescimento económico, salvaguardando a estabilidade cambial e de preços.

Em 2015 foram emitidos e publicados os seguintes avisos e legislações regulamentares e que enumeramos a seguir:

- Aviso nº1/2015 - Aprova o modelo de renúncia concernente às instituições de crédito de autorização restrita.

- Aviso nº 2/2015 - Regula o acompanhamento e a realização das tarefas administrativas e financeiras desenvolvidas no âmbito das funções atribuídas ao Fundo de Garantia Automóvel.

- Aviso nº3/2015 - Fixa o capital mínimo das instituições financeiras determinando um capital mínimo de 800 milhões de escudos para os Bancos de autorização genérica.

- Aviso nº4/2015 **–** Sobre os Planos de Recuperação, estabelecendo os elementos de informação e as medidas que os Bancos devem implementar tendo em vista o restabelecimento do equilíbrio financeiro, fixando os elementos informativos que devem constar dos planos de recuperação, bem como definir os procedimentos de submissão desses planos ao BCV.

- Aviso nº5/2015 **–** Sobre os Planos de Resolução, definindo o conteúdo e as demais regras que devem constar dos planos de resolução bem como o procedimento de submissão, revisão e de prestações de informações complementares ao BCV. Os Planos de Recuperação e de Resolução devem ser apresentados anualmente até 30 de Novembro, sendo que, relativamente a 2015, o prazo foi ampliado até 28 de Fevereiro de 2016.

- Aviso nº7/2015 – Regula o Rácio de Imobilizado e Aquisição de Imoveis, impondo limites ao valor do ativo imobilizado das instituições de crédito e, ainda, promovendo a otimização da relação entre o ativo imobilizado e os fundos próprios destas instituições.

- Aviso nº8/2015 – Regula os limites à tomada firme de valores mobiliários e fixa o limite aplicável às instituições financeiras na subscrição ou aquisição de ações ou títulos de participação não colocados junto dos destinatários de uma oferta e também à subscrição de ações quando com obrigatoriedade de colocação junto de acionistas e terceiros.

- Aviso nº9/2015 – Sobre os Prazos e Métodos de Amortização das instalações e equipamentos, bem como sobre as despesas de instalação, de trespasse e outras de natureza similar.

- Aviso nº 10/2015 - Estabelece que os bancos devem enviar para apreciação prévia do BCV o relatório anual de gestão, as contas do exercício, os demais documentos de prestação de contas e o relatório de provisões mínimas regulamentares, 10 dias antes da publicação da convocatória da assembleia geral. A data da convocatória não deve ultrapassar 15 de Março e as instituições devem ter as contas aprovadas até 31 de Março do ano seguinte.

5.2.3 – BCA no Sistema

O sector financeiro cabo-verdiano continua cada vez mais competitivo e concorrencial, com oito bancos comerciais e sete bancos off-shores a operarem no mercado em 2015.

Não obstante o contexto adverso, o BCA mantém a sua posição de liderança no sector bancário cabo-verdiano e preserva o título de banco de referência e de confiança dos cabo-verdianos, destacando a quota de mercado, tanto em termos de Créditos de 37,4% em Dezembro de 2015 e 40,2% (Depósitos em Setembro de 2015). Em termos de cobertura nacional aumentou a sua rede de balcões para 34, com realce para a existência de quatro Gabinetes Empresas.

Em 2015 o BCA continuou a sua forte aposta nos meios de pagamentos eletrónicos, tendo emitido mais 40.568 Cartões Vint4, um aumento de 11%. A produção de cartões Vinti4 do BCA representou 43% de toda a produção da rede, que registou um aumento de 7.133 unidades e 8% em relação ao ano anterior.

Em relação aos cartões ativos em circulação, a 31 de Dezembro de 2015 o BCA contava com 67.280 unidades (62.266 unidades em 2014), representando uma quota de mercado de 35,7%.

O BCA produziu ainda 913 cartões de crédito VISA, sendo 648 renovações ou substituições e 265 novas emissões. A 31 de Dezembro de 2015 o total de cartões de crédito Visa ativos do banco era de 1.728 unidades. O Produto Visa Pré-pago, BCA Visa Flex, continua sendo o cartão BCA Visa de maior colocação em 2015, com 3.462 cartões, perfazendo um total acumulado de 6.267 cartões.

6 – VISÃO ESTRATÉGICA 2015

Tendo como referência o enquadramento das Grandes Linhas Orientadoras para o ano de 2015 traçadas pelo Conselho de Administração, e corporizando o sentido da Missão do BCA que ambiciona continuar a ser o melhor e o maior Banco do Sistema Financeiro Cabo-Verdiano, mantendo as quotas de mercado sem degradação da qualidade da carteira de crédito e melhorando os níveis de eficiência, vem sendo dado especial ênfase ao reforço e desenvolvimento dos seguintes objetivos estratégicos:

Proteção da Rentabilidade do BCA através de:

1. *Controlo de custos e melhoria dos rácios de eficiência*

   Dadas as condições do mercado, a melhoria e sustentabilidade dos Resultados só é possível com uma gestão muito criteriosa da estrutura de custos, devendo a racionalização, o aumento da produtividade e da eficiência ser assumido como preocupação diária. Daí uma atitude permanente de combate às despesas desnecessárias e ao desperdício. O rigor na elaboração do Orçamento e o controlo sistemático da sua execução também são determinantes para a consecução do objetivo pretendido.

2. *Melhoria do Produto Bancário: Margem financeira e Margem Complementar do BCA*

   Dada a sua dimensão, o BCA será sempre um Banco com uma vertente universal muito acentuada, uma instituição de crédito onde confluem clientes de todos os estratos e segmentos. Daqui a necessidade de enfatizar a preocupação com a melhoria da qualidade de serviço e de atendimento aos Clientes, reforçando os princípios de segmentação adotados e mantendo-se um enfoque especial no segmento emigrante. Importa também uma atitude pró-ativa de pesquisa de novas áreas de negócio e de conquista de novos clientes, no quadro de novos espaços e modelos de relacionamento. No contexto de contração/estagnação do mercado de crédito que se está a viver, estes são os vetores de atuação para a melhoria/contenção da queda do Produto Bancário.

Melhoria da Qualidade da Carteira de Crédito

Nesta conjuntura económica, com contornos ainda pouco claros quanto à respetiva evolução, importa manter comportamentos prudentes no que respeita aos riscos comerciais, cambiais, de mercado e outros, com impacto direto no Balanço. O reforço dos níveis de exigência e rigor, com introdução de novos mecanismos, instrumentos de controlo e acompanhamento, seguramente

que permitirão, pelo menos, o não agravamento do nível de incumprimento. Cumulativamente, serão aperfeiçoados todos os recursos e estruturas disponíveis para gerir e tentar regularizar, de forma consistente, créditos tidos como problemáticos. Este continua a ser um dos grandes objetivos prioritários para o Banco.

Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI)

A redução do Risco Operacional continua a ser um projeto transversal a todas as Direções, tendo como objetivos promover condições para um significativo aumento da eficiência dos métodos de trabalho e circuitos administrativos, com ganhos efetivos para a estrutura e, consequentemente, para os Resultados do Banco. Em 2014, a gestão corporativa do Risco Operacional e do Controlo Interno passou para a DOI – Direcção de Organização e Inovação, conferindo, assim, à mesma, um novo estatuto no quadro organizacional do Banco.

Melhor Desempenho, através da Promoção e Motivação dos Colaboradores

Um banco Líder do Sistema Financeiro tem que ter a ambição de ter nos seus Quadros os melhores trabalhadores do sector e de saber criar condições para que se mantenham motivados, através de políticas de avaliação de desempenho transparentes e fomentadoras de carreiras profissionais, onde prevaleça o reconhecimento sustentado no mérito e talento. O trabalho em equipa, a motivação para a melhoria do desempenho e a fixação de objetivos são as “drivers” essenciais da melhoria do desempenho do BCA no mercado.

7. – ACTIVIDADE COMERCIAL

7.1. – RECURSOS

A orientação para a qualidade de serviço prestado aos clientes, a inovação de produtos, o reconhecimento pelos cabo-verdianos no país e na diáspora, e a eleição do BCA pelo quinto ano consecutivo como **Marca de Confiança**, fazem do Banco uma referência no mercado bancário nacional.

Em linha com o objetivo proposto para o corrente ano, o saldo dos Depósitos de Clientes captados atingiu 68,2 milhões de contos, o que representa um aumento de 10% em relação a 2014, e demonstra a confiança depositada na marca BCA. Esta evolução foi suportada pelo aumento dos Depósitos à Ordem em 18,4% e pelos Depósitos a Prazo em 5,4%. Os Depósitos de Poupança tiveram uma evolução positiva de 7,6% em relação a Dezembro de 2014.

O quadro que se segue ilustra a evolução dos Recursos de Clientes nos dois últimos anos:

Indicadores Macroeconómicos Nacionais

(mil contos)

Modalidades	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos	**62.036**	**68.238**	**6.202**	**10,0%**
Depósitos à Ordem	21.438	25.382	3.944	18,4%
Depósitos a Prazo	37.262	39.266	2.004	5,4%
Depósitos de Poupança	3.335	3.590	255	7,6%

Por segmento de clientes, os Depósitos no BCA pertencem, na sua maioria, a clientes Particulares com um peso de 80,4% (81,3% em Dezembro 2014), traduzindo num acréscimo de 8,7%. Os depósitos de empresas progrediram 15,7% em relação ao ano passado, impulsionados pela modalidade de depósitos à ordem com um aumento de 23,6%. Os Depósitos Totais de Emigrantes representam 49,8% do total da Carteira de Depósitos do BCA e cresceram 6,8% em relação a Dezembro de 2014.

Depósitos de Clientes por Modalidades

(mil contos)

Modalidades	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósito à Ordem				
Residentes	14.937	17.559	2.622	17,6%
Emigrantes	4.384	5.506	1.122	25,6%
Não Residentes	2.117	2.316	199	9,4%
Total	**21.438**	**25.382**	**3.944**	**18,4%**
Depósito a Prazo				
Residentes	11.890	11.927	37	0,3%
Emigrantes	27.429	28.457	1.028	3,7%
Não Residentes	1.278	2.472	1.194	93,4%
Total	**40.597**	**42.856**	**2.258**	**5,6%**
Total de Depósitos	**62.036**	**68.238**	**6.202**	**10,0%**

Depósitos de Clientes por Segmento

(mil contos)

Segmentos	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Empresas				
Depósitos à Ordem	8.312	10.276	1.965	23,6%
Depósitos a Prazo	3.238	3.085	-153	-4,7%
Total	**11.550**	**13.361**	**1.812**	**15,7%**
Particulares				
Depósitos à Ordem	13.127	15.105	1.979	15,1%
Depósitos a Prazo	34.024	36.181	2.157	6,3%
Depósitos de Poupança	3.335	3.590	255	7,6%
Total	**50.486**	**54.876**	**4.391**	**8,7%**
Total de Depósitos	**62.036**	**68.238**	**6.202**	**10,0%**

7.2. – CRÉDITO

7.2.1 – Condicionantes da Atividade do Crédito

O abrandamento do ritmo de crescimento económico nacional que continuou durante o ano de 2015, marcado em grande medida pela incerteza dos agentes económicos com impacto no investimento privado, o que condicionou a atividade do sector bancário. Porém, para estimular o crédito à economia e favorecer o crescimento do país, o Banco Central impôs algumas medidas de política monetária em fevereiro de 2015, nomeadamente, redução da taxa de reservas mínimas de caixa em 3pp de 18% para 15%, redução da taxa diretora de 3,75% para 3,5%, data taxa de redesconto de 7,75% para 7,5% e da taxa de cedência de liquidez de 6,75% para 6,50%.

O mercado conseguiu um ligeiro crescimento, o que, para a atividade bancária, impôs uma concorrência extremamente competitiva no negócio creditício, face às oportunidades tão restritas de operações rentáveis e de bom risco. A concessão de créditos novos no BCA, embora tenha crescido 39,4% face ao ano anterior, foi condicionada pelos poucos projetos financiáveis devido ao excesso de endividamento quer de empresas como das famílias.

O BCA, atendendo à conjuntura do país e do sector financeiro, e na linha com a política monetária, adotou reduzir as taxas ativas e passivas a partir do segundo semestre do ano. Decidiu ainda aumentar a linha de crédito de um milhão de contos para PME lançada em setembro de 2014 para 2 milhões de contos, com taxas ainda mais atrativas e cujo impacto se verificou no aumento das novas operações realizadas em 2015. Porém, manteve-se a preocupação em minimizar-se os riscos existentes, procurando-se, sempre e em linha com as

orientações estratégicas, proteger a rentabilidade do Banco. Todavia, espera-se para 2016, com a recuperação gradual dos parceiros económicos internacionais, uma melhoria no crescimento da economia nacional no geral.

7.2.2 – Análise do Crédito Concedido

O total de novos financiamentos concedidos em 2015, incluindo os créditos reestruturados, atingiu aproximadamente 8,7 milhões de contos, superior a 2014 em 31,3% (+2 milhões de contos) com o crédito concedido às empresas durante o ano a aumentar 48,3%, se comparado ao ano de 2014. Nos particulares, o aumento foi de 10,1% (18,2% para os créditos destinados a outros fins). Os créditos para habitação própria permanente e de rendimento diminuíram 2,6%, reflexo da queda na procura de crédito bancário dada a retração no setor da construção e do efeito do programa Casa para Todos.

O quadro seguinte mostra a evolução do crédito novo por segmentos de clientes nos dois últimos anos.

Crédito Concedido inclui reestruturados por Segmento Clientes

(mil contos)

Segmentos	2014	2015	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2014	2015
Empresas	**3.710**	**5.501**	**1.791**	**48,3%**	**55,6%**	**62,8%**
Curto Prazo	2.484	2.104	-380	-15,3%	37,3%	24,0%
M/L Prazo	1.225	3.396	2.171	177,2%	18,4%	38,8%
Particulares	**2.957**	**3.256**	**299**	**10,1%**	**44,4%**	**37,2%**
Crédito à Habitação	1.154	1.124	-30	-2,6%	17,3%	12,8%
Crédito ao Consumo	1.804	2.132	329	18,2%	27,1%	24,3%
Total Crédito Concedido	**6.667**	**8.757**	**2.090**	**31,3%**	**100,0%**	**100,0%**

7.2.3 – Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de Crédito Vivo, sem os créditos titulados às empresas, atingiu 32 milhões de contos, um aumento de 1,4% (435 mil contos) comparativamente ao ano anterior. Esta evolução favorável no stock de crédito às empresas em 5% é, reflexo do aumento das operações novas, principalmente do crédito de médio e longo prazo. Nos Particulares, apesar do aumento de 5,6% nos créditos para outros fins, a diminuição registada no crédito concedido para habitação própria e de rendimento em -3,1% contribui para que o saldo total dos particulares recuasse em -1,2%. De realçar, ainda, que cerca de 44% (45,6% em Dezembro 2014) do crédito vivo a clientes corresponde a crédito à habitação, como se pode constatar no quadro seguinte:

Carteira de Crédito Vivo por Segmentos

(mil contos)

Segmentos	2014	2015	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2014	2015
Empresas	**13.177**	**13.836**	**659**	**5,0%**	**41,7%**	**43,2%**
Curto Prazo	2.001	1.280	-721	-36,0%	6,3%	4,0%
M/L Prazo	11.176	12.556	1.380	12,3%	35,4%	39,2%
Particulares	**18.400**	**18.176**	**-224**	**-1,2%**	**58,3%**	**56,8%**
Crédito à Habitação	14.387	**13.939**	-448	-3,1%	45,6%	43,5%
Crédito Consumo	4.013	4.236	224	5,6%	12,7%	13,2%
Total do Crédito Vivo	**31.577**	**32.011**	**435**	**1,4%**	**100,0%**	**100,0%**

Incluindo o Crédito e Juros Vencidos, os Proveitos a Receber e as Obrigações Públicas e Privadas, a Carteira de Crédito Total a Clientes diminuiu 1,1% face ao período homólogo.

Devido ao esforço acrescido na gestão prudente do risco, da adoção de medidas preventivas, do reforço das reestruturações, do acompanhamento permanente dos clientes com maiores exposições com vista à otimização da qualidade da carteira de crédito, o crédito em incumprimento atingiu 6 milhões de contos, e representa uma quebra homóloga de 7%, na linha com a projeção do orçamento para 2015. Por outro lado o saldo das obrigações públicas e privadas retraiu-se em 378 mil contos, justificado pela dação em cumprimento de uma obrigação no montante de 350 mil contos.

De seguida a evolução da Carteira de Crédito Total a Clientes nos dois últimos anos:

Carteira de Crédito a Clientes

(mil contos)

Crédito	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	**31.577**	**32.011**	**435**	**1,4%**
Curto Prazo	2.524	1.712	-812	-32,2%
Médio e Longo Prazo	29.053	30.300	1.247	4,3%
Crédito e Juros Vencidos	**6.507**	**6.050**	**-457**	**-7,0%**
Obrigações Públicas/Privadas	**3.926**	**3.548**	**-378**	**-9,6%**
Proveitos a Receber	**194**	**169**	**-25**	**-12,9%**
Receitas c/Rendimento Diferido	**-222**	**-244**	**-22**	**9,9%**
Carteira de Crédito Total	**41.982**	**41.535**	**-447**	**-1,1%**

O quadro seguinte mostra a evolução da Carteira de Crédito Bruta a Clientes (crédito vivo e crédito e juros vencidos sem obrigações e sem proveitos, apenas o capital), por Entidade:

Carteira de Crédito Bruta por Segmentos

(mil contos)

SEGMENTOS	2014	2015	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2014	2015
Empresas	**17.761**	**17.971**	**210**	**1,2%**	**46,6%**	**47,2%**
Curto Prazo	3.153	1.667	-1.487	-47,1%	8,3%	4,4%
M/L Prazo	14.608	16.304	1.697	11,6%	38,4%	42,8%
Particulares	**20.323**	**20.091**	**-232**	**-1,1%**	**53,4%**	**52,8%**
Crédito à Habitação	15.682	15.254	-428	-2,7%	41,2%	40,1%
Crédito Consumo	4.641	4.837	196	4,2%	12,2%	12,7%
Carteira Crédito Bruta	**38.084**	**38.062**	**-22**	**-0,1%**	**100,0%**	**100,0%**

8 –OUTRAS ACTIVIDADES

8.1 –RECURSOS HUMANOS

Em 31 dezembro 2015 o Quadro do Pessoal apresentava um total de 432 colaboradores no ativo, sendo 382 do quadro efetivo e 50 contratados a termo certo. Contava, ainda, com 13 colaboradores em situação de inatividade (11 em licença sem vencimento, um em licença ilimitada e um em serviço público).

Durante o ano de 2015 foram admitidos 9 (nove) novos colaboradores e ocorreram duas desvinculações (uma por iniciativa do banco e outra por mútuo acordo). De referir que 14 colaboradores que se encontravam no ativo passaram à situação de reformados e quatro inativos reformaram-se por terem atingido o limite de idade.

O número de reformados atingiu um total de 162, justificado pelos 18 novos reformados e dois falecimentos durante o ano, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

	ACTIVOS			INACTIVOS	
	2014	2015		2014	2015
Quadro Permanente	395	382	Aposentados	145	162
Contratos a Prazo	52	50	Desvinculados/Indemnizados	3	2
			Comissão de Serviço	0	0
			Licença	7	13
			Ausência por Doença	2	0
			Ausência Outros Motivos	0	0
TOTAL	**447**	**432**	**TOTAL**	**157**	**177**

Relativamente ao Género, as Mulheres correspondiam a 64% e os Homens a 36% do total dos colaboradores no ativo.

No que se refere à distribuição por Grupos Funcionais, 42,1% dos colaboradores desempenhavam funções técnicas, 23,2% exerciam cargos de chefia, 16,9% funções auxiliares e de apoio, 10,4% eram Multifunções e 7,4% executavam funções administrativas.

Ao nível das habilitações literárias, verifica-se um aumento da percentagem dos colaboradores detentores de Licenciatura, passando a 44% do total do efetivo. Constata-se ainda que 29,2% dos colaboradores detinham o Ensino Secundário, 17,8% o Ensino Básico, 3% o Ensino Superior Politécnico e 6% o Ensino Técnico – Profissional.

	2014		2015	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	82	18,3%	77	17,8%
Ensino Secundário	132	29,5%	126	29,2%
Ensino Técnico Profissional	29	6,5%	26	6,0%
Ensino Superior Politécnico	13	2,9%	13	3,0%
Ensino Superior Universitário	191	42,7%	190	44,0%
TOTAL	**447**	**100%**	**432**	**100%**

Formação e Capacitação Profissional

Ao longo de 2015 o BCA investiu em 51 ações de formação atingindo um total de 867 colaboradores, com uma carga horária total de 6.375 horas. Foram realizadas formações em várias áreas, das quais destacam-se as seguintes: Análise de risco de crédito, Workshop " Pensar e intervir como um líder inspirador", Workshop "Equipas + Positivas", Atendimento de Excelência p/ Contact Center, Fiscalidade – o Impacto da Tributação nos Produtos Financeiros, Custo do Capital, Financiamento, Alavancagem e Estruturas de capital, Ferramentas para Gestão de Recursos Humanos, Reforma Fiscal em Cabo Verde, Seminário " Fundamentals of Risk Management", Basileia I,II e III, Reforma Regulatória do Sistema Financeiro e do Mercado de Valores, Riscos Ambientais e Sociais, Ação Reforço Central de Balanços – Análise Económico-financeira de Empresas e Avaliação de Projetos, Compliance – Código de Conduta – Lavagem Capitais, Curso Liderança e Gestão para Executivos.

Englobado na estratégia de sensibilização dos colaboradores para a importância da gestão do risco, o Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez, desenvolveu e ministrou uma ação de formação intitulada "Princípios Gerais da Banca e Gestão do Risco", visando não só refrescar algumas noções básicas de gestão bancária, fazendo a ponte com a gestão dos riscos, mas também fomentar uma visão mais integrada do BCA.

Deve-se destacar o grande investimento feito em Liderança e Gestão de Equipas organizada em dois Workshops (" Pensar e intervir como um líder" e " Equipas + Positivas) abrangendo praticamente todos os colaboradores com o intuito de reforçar competências de liderança e relações interpessoais.

De entre as ações de formação realizadas 11 foram no país (In empresa) abrangendo 407 colaboradores, com uma carga horária de 3.316,5 horas, enquanto no país (out empresa) realizaram-se 34 ações abrangendo 453 colaboradores, com uma carga horária de 2.947,5 horas. Relativamente ao exterior, participaram sete colaboradores em seis ações de formação, que se realizaram no Instituto de Formação Bancária (IFB) e na Caixa Geral de Depósitos em Portugal, na Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF) no Luxemburgo e em Macau.

Durante o ano de 2015 foram proporcionados 39 estágios, sendo 17 curriculares, dos quais 10 foram convertidos em profissionais após os três meses iniciais, o que representou mais oportunidades de aprendizagem e da responsabilidade social da empresa, e 22 profissionais.

Apoio Social aos Trabalhadores

Durante o ano de 2015 os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e reformados, bem como os seus agregados familiares, beneficiaram, no País, de exames clínicos de diagnóstico, consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de próteses oculares e estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

No âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal – foram emitidos 138 Termos de Responsabilidade (TR) e 10 Autorizações Prévias (AP), totalizando 661 tratamentos efetuados a colaboradores (consultas, exames médicos, análises clínicas, intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares).

Ocorreram seis evacuações de beneficiários do Sistema Privativo, sendo um com acompanhante, tendo o Banco suportado, durante o ano, os custos referentes a sete evacuados e dois acompanhantes (um dos beneficiários encontra-se evacuado desde 2007).

Os custos com a Assistência Médica-Medicamentosa ascenderam ao montante de 36,5 mil contos em 2015.

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados através da política de concessão de créditos, nomeadamente para aquisição ou construção de habitação própria permanente e abonos fiscais. Foram concedidos também adiantamentos de vencimento para educação, saúde, encargos extraordinários, reparações e benfeitorias de habitação e aquisição de viatura própria.

8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL

Planeamento e Controlo Gestão e Contabilidade

A Divisão de Planeamento e Controle de Gestão – DPG continuou na busca do aperfeiçoamento da qualidade da informação de gestão fornecida à Comissão Executiva do Banco, com a implementação no último trimestre do ano de um software de Gestão e Orçamento, do qual se esperam impactos bastante positivos em 2016. Visando cumprir todas as solicitações, quer do Supervisor do Sistema Financeiro, quer do principal acionista, foram desenvolvidos esforços acrescidos para a elaboração e produção atempada de informações estatísticas,

prudenciais e contabilísticas a enviar mensalmente ao Banco de Cabo Verde, para efeitos de supervisão, e à Caixa Geral de Depósitos, principal acionista do Banco, para efeitos de consolidação e acompanhamento.

Foram também desenvolvidos esforços, junto das Entidades Fiscais, tendo em vista o esclarecimento de vários aspetos ligados à fixação da matéria coletável do Banco.

Internacional

A área internacional tem sido uma das grandes preocupações do banco, sobretudo nos países onde a comunidade cabo-verdiana tem muita expressão. Deste modo, o Banco adotou uma estratégia de Internacionalização seletiva, como forma de dar cobertura às necessidades da diáspora e dos operadores comerciais.

Com o propósito de aprimorar os serviços, tem-se revisto periodicamente os acordos preferenciais com outras instituições financeiras e aproveitando o acesso à ampla rede internacional do Grupo Caixa Geral de Depósitos para a realização das operações dos clientes nos mais distintos mercados.

Relações com Bancos Correspondentes

A rede de correspondentes do banco tem permitido a manutenção e em alguns casos a melhoria das condições oferecidas para a execução do negócio a nível internacional, procurando garantir a cobertura dos principais mercados em tempo célere e a custos mais reduzidos.

Durante este ano, excecionalmente, alguns correspondentes de primeira linha têm solicitado o encerramento de relações de correspondência com o BCA, justificando esta medida, fundamentalmente, pelo custo da manutenção da conta, não compensada pelo volume de operações e em alguns casos por questões de Compliance.

Em 2015 o BCA possuía uma rede de 25 correspondentes, abrangendo 16 países e múltiplas operações em moedas tais como USD, EUR CHF, GBP, CAD, DKK, SEK, NOK, JPY e ZAR. Em virtude de anúncio do fecho das contas por alguns correspondentes e sem comprometer a qualidade do serviço, em 2015 procedeu-se a algum desvio de operações para correspondentes que considerou-se serem mais sólidos, com o intuito de se fortificar as relações com os mesmos.

O Banco terminou o ano de 2015 com uma rede de correspondentes SWIFT em número de 231, o que permite dar cobertura, com uma relativa tranquilidade, às necessidades dos clientes ao nível do negócio internacional.

Neste ano, a área Internacional foi contactada pelos seguintes organismos Internacionais:

- Societé Générale, na expectativa do estabelecimento de uma relação de correspondência;
- Commerzbank, na sua visita anual aos parceiros comerciais;
- FMI, com o objetivo de analisar a evolução económica do país;
- Banco Atlântico Europa, com o objetivo de estabelecer parcerias com o BCA;
- INTL FCStone/visita do seu Vice-Presidente, no sentido de conhecer o Banco e reforçar as relações comerciais;
- Receção da informação do fecho da conta com o HSBC e prospeção junto da CGD de um novo provider para o Cash-Letter dos cheques em USD;

- Fizeram-se, ainda, os seguintes contactos:

- Bank of China – Sucursal de Macau: visita ao Banco em Macau pela Chefe da Divisão Internacional e Liquidez, no âmbito de um convite para participação no Seminário RMB Transfronteiriço, que decorreu naquele país de 12 a 13 de Maio;
- MoneyGram, na sequência de um pedido de reunião da entidade para apresentação dos seus serviços e reforço da sua intenção em estabelecer relações comerciais com o Banco;
- Banco Mundial, numa conference call, para perceber os eventuais impactos de uma alteração mundial nas políticas de Correspondent Bank;
- Atualização dos documentos do processo de Due Deligence e consequente abertura da conta, no correspondente Bank of América (BOFA);
- Confirmação do fecho da conta, com o RBS-Royal Bank a 31/12/2015;
- Anúncio do fecho da conta com o BNP- Paribas, para 31/03/2016;
- Contactos com o Bank of China (BOC), com vista à abertura de uma conta de correspondência, estando-se na fase de assinatura do contrato;
- SWIFT - Contatos telefónicos com o objetivo de obter informações sobre o novo serviço de SWIFT KYC Registry e perceber a necessidade do BCA em aderir ao mesmo. Findo o período de teste, na data deste report, concluiu-se pela não adesão a este serviço, uma vez que seria muito difícil tirar partido das vantagens propostas, tendo em conta as reais necessidades do Banco.

Gestão da Liquidez

A gestão da liquidez do banco foi delineada pelo cumprimento escrupuloso dos seguintes princípios básicos

- Definição e aprovação de estratégias para a gestão de liquidez
- Medição e monitorização das necessidades líquidas de financiamento
- Controlo da gestão de liquidez em diversas moedas
- Definição de Planos de contingência

A gestão dos excedentes de fundos tem privilegiado sempre a rentabilização máxima das disponibilidades, procurando sempre minimizar os riscos de liquidez, de mercado e cambial.

Manteve-se a aposta na correta identificação das várias oportunidades de negócio, no controlo dos ativos líquidos e na aceleração do processo de transformação em divisas de notas estrangeiras captadas no país, em virtude das baixas taxas no mercado nacional.

Em 2015, os movimentos de divisas registaram uma variação positiva tanto nas entradas como nas saídas em 1,8 e 0,56 milhões de contos, respetivamente. A variação nas entradas é justificada pelo aumento das compras ao Banco de Cabo Verde (BCV), pois registou-se diminuição das entradas do estrangeiro. A nível das saídas, a liquidação das faturas dos clientes justificaram este aumento, pois registou-se diminuições das vendas ao BCV.

Entradas e Saídas Moedas Estrangeira

(mil contos)

Rúbricas	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Entradas Estrangeiro	32.558	31.200	-1.358	-4,2%
Compra ao BCV	1.268	4.466	3.198	252,2%
Total Entradas	**33.826**	**35.666**	**1.840**	**5,4%**
Saídas Estrangeiro	30.530	33.233	2.703	8,9%
Venda ao BCV	3.525	882	2.643	100,0%
Total Saídas	**34.055**	**34.115**	**60**	**0,2%**

As aplicações em Moeda Estrangeira (ME) ascenderam a 27,9 milhões de contos, contra 26,7 milhões de contos do ano anterior, espelhando um acréscimo de 4,5%, representando cerca de 1,2 milhões de contos.

A manutenção do excesso de liquidez durante o ano de 2015 fez com que se procurasse a sua rentabilização tanto no mercado nacional como internacional. A busca constante por melhores retornos e a preferência por prazos curtos levaram a que se apostasse nas aplicações de curto prazo, com realce para o Mercado Monetário

Nacional. Destacam-se assim as aplicações junto do Banco de Cabo Verde em overnight, TRM's e TIM's com variações face a 2014 de 255,6%, 262,3% e 92%, respetivamente.

Aplicações Acumuladas do Ano

(mil contos)

	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Mercado Monetário Nacional	**388.896**	**1.374.175**	**985.279**	**253,4%**
Títulos Tesouro	1.959	481	-1.478	-75,4%
Aplicações no BCV	383.400	1.363.550	980.150	255,6%
Outras Aplicações BCV (TIM)	2.109	4.050	1.941	92,0%
Outras Aplicações BCV (TRM)	1.428	5.174	3.746	262,3%
Aplicações em Outros Bancos Nacionais		920		
Mercado Capitais	**1.887**	**1.057**	**-830**	**-44,0%**
Aplicações nos Correspondentes	**26.731**	**27.947**	**1.216**	**4,5%**
TOTAL	**417.514**	**1.403.179**	**985.665**	**236,1%**

Este ano, o BCA cedeu fundos para outros bancos no montante de 920 mil contos, refletindo um certo dinamismo do Mercado Monetário Interbancário.

A composição da carteira de aplicações a 31 de Dezembro está explicitada no quadro seguinte, tendo registado uma variação positiva de 52,1% face a 2014, correspondente a 8,3 milhões de contos.

Carteira Aplicações

(mil contos)

	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Mercado Monetário Nacional	**11.200**	**16.632**	**5.432**	**48,5%**
Títulos Tesouro	155		-155	-100,0%
Aplicações no BCV	9.400	15.350	5.950	63,3%
Outras Aplicações BCV (TIM)	1.520	1.000	-520	-34,2%
Outras Aplicações BCV (TRM)	125	282	157	125,6%
Mercado Capitais	**3.918**	**3.918**	**0**	**0,0%**
Aplicações nos Correspondentes	**915**	**3.842**	**2.927**	**319,9%**
TOTAL	**16.033**	**24.392**	**8.359**	**52,1%**

A composição das aplicações de longo prazo em Obrigações do Tesouro e por prazo residual é a seguinte:

Carteira Obrigações Tesouro p/Prazo Residual

(mil contos)

Prazo	Montante	TMP
Até 1 Ano	745	**5,6%**
De 1 a 2 Anos	824	5,7%
De 2 a 3 Anos	1.094	5,3%
De 3 a 5 Anos	1.386	5,3%
De 5 a 8 Anos	2.760	5,7%
Total	**6.809**	**5,6%**

Da análise do mapa, constata-se que a 31 de dezembro de 2015 estavam em carteira 745 mil contos a vencer até 1 ano, com taxa média ponderada de 5,6%.

Os juros de aplicações apresentaram um acréscimo de 19,3% e 110,4 mil contos, justificado pelo comportamento do Mercado de Capitais, pois no Mercado Monetário houve uma diminuição de 12,3%, devido fundamentalmente à grande diminuição das taxas de juros dos Bilhetes do Tesouro.

Juros de Aplicações do Ano

(contos)

	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Mercado Monetário Nacional	**35.603**	**31.211**	**-4.392**	**-12,3%**
Títulos Tesouro- Bilhetes	15.152	3.420	-11.732	-77,4%
Aplicações no BCV	15.759	20.152	4.393	27,9%
Outras Aplicações BCV (TIM)	4.294	5.489	1.195	27,8%
Outras Aplicações BCV (TRM)	399	1.334	935	234,6%
Aplicações em Outros Bancos Nacionais		816		
Mercado de Capitais	**534.049**	**635.401**	**101.352**	**19,0%**
Aplicações nos Correspondentes	**3.169**	**16.609**	**13.440**	**424,1%**
TOTAL	**572.821**	**683.221**	**110.400**	**19,3%**

Os juros das aplicações em overnight no BCV e em TRM's registaram variações positivas de 4,4 mil contos e 1,2 mil contos, respetivamente, em virtude do aumento exponencial das aplicações nestas rubricas, pois o efeito taxa foi negativo.

De facto, em 2015 verificaram-se ainda reduções acentuadas nas taxas de juros dos TRM'S - Títulos de Regularização Monetária e dos TIM'S – Títulos de Intervenção Monetária, atingindo 0,3125%, apenas 1/16 acima da taxa de absorção de liquidez do Banco de Cabo-Verde, que está desde fevereiro de 2015 fixada em 0,25%. As taxas dos Bilhetes de Tesouro registaram um revés negativo, tendo alcançado 0,75%, e as Obrigações do Tesouro foram negociadas a taxas inferiores a 5%, o que denota uma diminuição substancial relativamente aos anos anteriores.

Os juros obtidos com as aplicações em ME registaram variações positivas de 424,1%, com as taxas de EUR e USD a registarem alguma volatilidade durante o ano. Em 2015 as taxas em USD tiveram um comportamento comedido, com algumas flutuações, movidas também pelos montantes das aplicações e prazos nos diferentes períodos. A tendência geral foi ascendente, sendo que o pico foi verificado em dezembro devido a várias aplicações por períodos mais longos. As taxas para o EUR, pese embora terem aumentado no 1º trimestre de 2015, diminuíram depois substancialmente, tendo-se aproximado dos 0% no fim do ano, corroborando com as taxas na zona euro.

A gestão da Posição Cambial foi baseada no rigor e na antecipação dos riscos, tendo os ganhos de 2015 ascendido a 143,4 mil contos, uma variação positiva de 12,2% e cerca de 15,5 mil contos face a 2014.

Mercado de Capitais

BCA - Intermediário Financeiro

Em 2015, o BCA como intermediário financeiro manteve uma intervenção ativa, com destaque para o Mercado da Dívida Pública.

No mercado primário de Títulos da Dívida Pública registaram-se leilões num total de 11,86 milhões de contos, sendo que a colocação foi de 11,45 milhões de contos, cerca de 97% do total. Deste montante, 11,3 milhões de contos foram colocados nos Lances Competitivos, ou seja juntos das instituições com acesso ao mercado primário, e 114,6 mil contos nos Lances Não competitivos. O BCA subscreveu 1,7 milhões de contos, representando cerca de 15% do total subscrito.

Durante o ano realizaram-se 144 operações na Bolsa de Valores de Cabo Verde, sendo 36,8% e 53 operações com títulos depositados no BCA e os restantes 91 com títulos depositados em Outras Instituição de Crédito.

Os títulos mais transacionados foram os do BCA, correspondendo a 51,3% e 74 operações, sendo 70 em ações e quatro em obrigações, totalizando o montante de 1.150,8 mil contos, cerca de 69,02% do total transacionado.

O preço das ações do BCA sofreu algumas oscilações, pois variou entre 2.450 e 3.500 escudos e valor médio de 3.458 escudos. Num cenário global de queda das cotações do segmento acionista, o preço de fecho das ações do BCA em 2015 ficou em 3.000 escudos, um aumento de 0,3% face à cotação de fecho de 2014.

O volume de negócio das ações do BCA situou-se em 1.148,9 mil contos, uma variação atípica de cerca de 261,3% e 831 mil contos face ao ano de 2014, sendo as ações do BCA o título mais transacionado no segmento acionista. Esta variação anómala deve-se sobretudo à venda da totalidade das participações do Estado de Cabo Verde, que detinha 10% do Capital do BCA. De referir que estas ações perderam as prerrogativas de Golden Share, como está especificado no Decreto-Lei nº 67/2014, de 16 de dezembro de 2014.

A venda dos 10% das participações do Estado conduziram à mudança na estrutura acionista do BCA, tendo o INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, passado a deter 10,001% tornando-se no segundo maior acionista do Banco.

8.3 – GESTÃO DE RISCOS

Risco de Crédito

Não obstante a conjuntura de excesso de liquidez vivenciada em 2015, facto que podia conduzir a um eventual afrouxamento nos requisitos essenciais e associados à concessão de financiamento, como forma de alavancar a Carteira de Crédito, o Banco manteve-se fiel aos seus princípios e às melhores práticas que norteiam a concessão do crédito, procurando financiar projetos/operações de inegável qualidade e de retorno assegurado.

Comparado a 2014, constatou-se um maior dinamismo na concessão de novos créditos, embora ainda insuficiente para provocar um crescimento sustentado da Carteira, sendo de destacar o comportamento do segmento Empresas. Neste particular, em muito contribuíram as medidas tomadas para combater a conjuntura anémica do crédito, nomeadamente a criação de Linhas de Crédito específicas para micro, pequenas e médias empresas, que tiveram boa aceitação no mercado.

Igualmente tomaram-se medidas no sentido de redinamizar o segmento Particular, com lançamento de Linhas ao Consumo e Cliente Diferenciados, pois é um segmento que normalmente apresenta um risco de crédito inferior ao das empresas, conforme pode ser atestado pelo nível de incumprimento de cada um.

A nível do crédito malparado, o BCA manteve o foco na renegociação e/ou reestruturação dos planos financeiros, de modo ajustá-los à real capacidade de reembolso dos mutuários em situação de dificuldade financeira. A busca pela normalização do incumprimento deve ser contínua e alicerçada em propostas de reestruturação consistentes e atempadas, pois o tempo é um fator extremamente importante no processo de recuperação. De referir ainda que pretende-se imprimir maior celeridade ao processo em execução judicial e proceder ao abate ao ativo dos créditos, que reúnam todas as condições definidas para o efeito.

Outra medida digna de registo é a dação em pagamento, pois permitiu resolver algumas situações crónicas de incumprimento, aproveitando-se assim a alteração emanada pelo BCV de alargar o prazo de alienação de imóveis recebidos em dação de 02 para 05 anos. Paralelamente, o Banco está a fazer um esforço para dinamizar a venda de bens recebidos em dação e/ou arrematação, pois só assim conseguir-se-á efetivar as recuperações de crédito, com efeitos benéficos a nível das LGD's (perdas em caso de incumprimentos).

Como é habitual, procedeu-se, com referência a setembro de 2015, à atualização anual dos fatores de risco associados ao modelo de apuramento de perdas por imparidade, sendo que o comportamento das Probabilidades de Indícios e Default traduziu num desagravamento da qualidade da Carteira de 2014 para

2015, estribado em taxas de incumprimento globalmente mais baixas. De igual modo, as LGD's melhoraram, o que sugere perdas menos acentuadas na Carteira de Crédito.

Vale realçar a preocupação do Banco em manter atualizada a avaliação dos imóveis, que garantem as operações de crédito, com efeitos positivos na estimativa das perdas por imparidade.

Foi aprovado, em 2015, o Manual de Gestão de Risco de Crédito, que é um importante instrumento de gestão de risco, que contempla e sintetiza os processos e procedimentos inerentes à gestão de risco no BCA. De realçar, também, um outro documento que veio conferir maior rigor e assertividade à determinação da imparidade por análise individual, designadamente a I.S N.º 22/2015 – Relatórios Individuais do Registo de Perdas Por Imparidade e Provisões de 24 novembro 2015.

No âmbito das suas atribuições, o Banco Central de Cabo Verde realizou em setembro de 2015 uma inspeção, com especial destaque para o nível de provisionamento regulamentar de mutuários previamente identificados, mas sem esquecer as imparidades constituídas, tendo culminado num relatório em que o BCA prontamente apresentou os seus comentários e/ou esclarecimentos que se impunham.

Igualmente, há a registar a alteração da periodicidade do processo de auditoria externa ao modelo de imparidade, de anual para semestral, o que seguramente irá conferir maior integridade à ferramenta de apuramento das perdas por imparidade.

Risco de Mercado e Liquidez

A conjuntura de liquidez excedentária, que continuou a marcar o exercício económico de 2015, consequência de um ambiente económico adverso e em que as melhorias registadas não foram suficientes para estimular um crescimento acentuado da carteira de créditos, favoreceu a preferência dos clientes pela constituição de poupanças, conduzindo ao crescimento dos Depósitos.

Neste cenário, que já vinha do ano anterior, o Banco de Cabo Verde iniciou o ano findo adotando medidas de estímulo ao crescimento económico, destacando-se a redução da taxa das Disponibilidades Mínimas de Caixa de 16% para 15%.

Em reação, o BCA decidiu rever o seu preçário, reduzindo as taxas ativas e passivas, num processo em que o Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez foi chamado a intervir, tendo em conta as implicações a nível do risco de liquidez mas, principalmente, no que concerne ao risco da taxa de juro, que se reflete diretamente num desfasamento dos impactos sobre a Margem Financeira.

Em termos de Risco de Liquidez, a posição do BCA continuou a ser bastante favorável, com a estrutura do Balanço a evidenciar um crescimento dos ativos de maior liquidez em detrimento dos ativos menos líquidos. Apesar da diminuição das taxas passivas, os Depósitos de Clientes continuaram a crescer, evidenciando sinais de reforço da confiança dos clientes no BCA.

No que diz respeito à disposição temporal das taxas de juro dos ativos e passivos, evidenciado pela evolução dos Repricing Gap´s, verificou-se, em termos gerais, alguma estabilidade comparativamente a exercícios anteriores, resultado da manutenção dos equilíbrios da estrutura do Balanço, com o negócio a desenvolver-se dentro da normalidade habitual, embora com menor ritmo do lado dos Créditos (principais ativos) e maior ritmo do lado dos Depósitos (principais passivos).

A conjuntura de liquidez excedentária tem favorecido o aumento da pressão para a descida das taxas de juro, colocando grandes desafios ao nível da rentabilidade do negócio, num sistema financeiro onde as alternativas de aplicações rentáveis, com exceção do Crédito, são praticamente inexistentes. Perante este cenário, a Gestão do Risco de Mercado e Liquidez, principalmente nas vertentes taxa de juro e liquidez, reforçou a sua importância em 2015, sendo necessário destacar também o papel muito relevante do já consolidado Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), que tem funcionado como um verdadeiro fórum de partilha de ideias e definição de estratégias de gestão da estrutura do Balanço.

No que se refere à gestão do Risco Cambial, que dada a natureza da atividade do Banco, tem uma expressão menos proeminente, o ano findo ficou marcado por um certa valorização do USDólar (principal moeda sujeita a risco cambial utilizada nas transações) nos primeiros meses do ano, seguido de comportamentos sem tendência vincada. A posição cambial evidenciou sempre sinais de um bom controlo, não tendo ocorrido nenhum excesso dos limites definidos para essa moeda. Por sua vez, o VaR do total da Carteira apresentou, ao longo do ano, um comportamento sem oscilações dignas de relevo. Os excessos aos limites definidos para cada um das moedas estrangeiras foram esporádicos, tendo acontecido apenas em moedas de menor expressão.

Recuperação do Crédito em Incumprimento

Desde 2011 o BCA vinha trabalhando o acompanhamento e recuperação de créditos vencidos através de duas Unidades de Recuperação de Créditos (URC's), Norte e Sul, que se encontravam dentro das estruturas de cada uma das Direções Comerciais. Cada uma das URC's acompanhava os clientes da sua região, mas os clientes domiciliados nos Gabinetes Empresas eram diretamente acompanhados pelos próprios gabinetes.

A partir de Outubro de 2015, o BCA passou a trabalhar o crédito vencido de forma centralizada num único gabinete criado para o efeito, o Gabinete de Recuperação de Créditos (GRE), que passou a depender diretamente da Administração. O GRE passou a ter a responsabilidade de acompanhar e recuperar pela via negocial, todas as operações de todos os clientes com crédito vencidos, incluindo os dos Gabinetes Empresas, desde que tenham pelo menos uma operação com mais de 60 dias em incumprimento. Cabe, ainda, a este gabinete, propor a execução judicial, quando não for possível a recuperação pela via negocial.

O GRE está estruturado em duas Divisões, sendo uma de Recuperação dos Grandes Clientes (DRG) e outra de Recuperação de Particulares e Empresas (DRP).

O ano de 2015 registou outro ganho importante, que foi a marcação dos créditos pela unidade responsável pelo acompanhamento do cliente em cada momento, o que vai permitir ao BCA uma melhor visão da sua carteira de forma a perceber objetivamente em que fase de recuperação (agência, GRE ou contencioso) se encontra cada processo. Essa marcação permite, ainda, analisar os timings de intervenção da cada unidade no processo de recuperação.

Com as melhorias que vêm sendo implementadas, como sejam a criação de um órgão de estrutura autónomo e de âmbito nacional, para acompanhar e gerir a recuperação de créditos vencidos, os desenvolvimentos informáticos que permitem a marcação do OE responsável pelo acompanhamento das operações em cada uma das fases do processo de recuperação, o registo de todos os contactos e tentativas de negociação, a criação de uma plataforma que permite o levantamento e filtragem da carteira vencida a cada momento, o BCA está de facto cada vez mais apostado e melhor preparado para a prevenção e combate ao crédito vencido, tendo reunido as condições para uma recuperação cada vez mais célere e estruturada.

8.4 – COMPLIANCE

Decorrente das disposições legais, encontra-se instituído no BCA uma Função Compliance. A gestão desta importante vertente da atividade bancária é da responsabilidade de todos os Órgãos de estrutura, sob a coordenação do Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC), que é um órgão de estrutura autónomo, na dependência direta do órgão de administração, ao qual cabe a identificação, análise, avaliação dos riscos de compliance e seu reporte.

Esta unidade é, também, responsável pela salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção de crimes de abuso de mercado.

Em 2015, de entre os diplomas legais e regulamentares que foram publicados, destacam-se os Regulamentos nº01 e nº02/2015 da AGMVM, os quais estabelecem, respetivamente, o regime jurídico associado aos conceitos de Investidor Qualificado e Investidor Não Qualificado e o regime jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo Mobiliários. Destacam-se, ainda, os Avisos do BCV nº 04/2015 sobre Planos de Recuperação e nº 05/2015, sobre Planos de Resolução, publicados a 10 de Julho.

Com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação e regulamentação, paralelamente à divulgação interna desses diplomas, foi feita a identificação das medidas necessárias a implementar, visando a prevenção dos riscos de incumprimento dos deveres legais e regulamentares neles consagrados.

Um dos grandes desafios de 2015 era a apropriação de novas ferramentas, desafio este em fase de superação com a adjudicação de uma ferramenta que permitirá o aumento das competências técnicas do gabinete e atualizações dos já existentes.

8.5 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Em 2015 foram implementadas no BCA várias soluções organizativas de suporte à gestão de processos, circuitos e procedimentos. Apoiou-se, igualmente, o desenvolvimento, a implementação e a operacionalização de estratégia e políticas de gestão de risco operacional e controlo interno, para além de se assegurar a divulgação e automatização da implementação das normas que derivem de requisitos legais.

Realce para (i) as regras a observar internamente, na organização dos documentos de arquivos com base nos instrumentos de gestão documental, designadamente o Plano de Classificação Detalhado da Rede Comercial e a Tabela de Seleção, que se inserem nas novas políticas, novos processos e procedimentos, tendo como objetivos principais a conservação, e sobretudo a celeridade no acesso à informação; (ii) normas que permitam a implementação de soluções assegurando o desempenho sem interrupções, ou com o mínimo de perturbações possível, da atividade normal do Banco, em termos de processos e pessoas no caso de ocorrência de eventos, que conduzam à inoperacionalidade pontual ou generalizada das infraestruturas do Banco; (iii) normas que facilitem os princípios gerais a adotar na gestão do risco operacional, na vertente tolerância ao risco, fixando os limites quantitativos de nível aceitável de risco, para garantir a concretização dos objetivos; (iv) normas que permitem monitorizar de forma regular e proactiva, os principais riscos operacionais e antecipar ou reagir a alterações na exposição ao risco.

Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI)

A prossecução da metodologia de governação e gestão do risco operacional e do controlo interno, com destaque para as ações de (i) autoavaliação dos riscos e controlos abrangendo os macroprocessos relevantes; (ii) criação dos primeiros indicadores de risco; e (iii) sensibilização visando minimizar o risco operacional.

8.6 – AUDITORIA E INSPEÇÃO

Durante o ano de 2015 foram realizadas várias ações de que se destacam as de auditorias presenciais à Agências, bem como auditorias à distância.

Foram efetuadas, ainda, outras atividades tais como análise de operações de crédito concedido, análise e acompanhamento de determinadas operações nas Agências com sugestões consideradas apropriadas para cada situação específica. O levantamento das situações mais críticas e das sugestões para a sua resolução forma objeto de um relatório, que foi analisados ao nível do ROCI, com o objetivo de se tomarem medidas para serem definitivamente corrigidas.

No âmbito do ROCI, foram validados pela primeira vez quase todos os controlos dos macroprocessos.

8.7 – SUPORTE INFORMÁTICO

Em 2015 o Banco de Cabo Verde deu inico à implementação de novos modelos de reportes para a recolha de dados para compilação das estatísticas monetárias e financeiras, que foram desenhados numa perspetiva mais abrangente, de forma a comportar as necessidades de análise macroeconómica e prudencial, com racionalização de recursos financeiros, humanos e de tempo, tendo o BCA acompanhado este processo de modernização.

Foram também efetuadas algumas melhorias nos automatismos criados junto do banco central, nomeadamente na área de centralização do risco do crédito, tendo-se passado a verificar e validar tanto os ficheiros recebidos como os enviados.

No âmbito da segurança, hardware/infraestrutura técnica entrou em funcionamento em 2015 um novo Hardware Central iSeries (AS/400), que possibilitou maior capacidade de processamento e um nível de segurança e redundância superiores. De referir também que foram adquiridos cerca de 500 computadores, de forma a poder proceder-se à substituição de todo o parque informático.

Outro aspeto digno de nota foi a potenciação da ligação entre os sistemas de produção e de backup, através da aquisição de antenas wireless. Esta ligação suporta a replicação on-line do sistema central, dando resposta a uma exigência do Plano Continuidade Negócio, na vertente Tecnologias de Informação.

O Phishing, é uma forma de fraude eletrônica, caracterizada por tentativas de adquirir dados pessoais de diversos tipos; senhas, dados financeiros como número de cartões de crédito e outros dados pessoais. Esta situação tem inundado a banca em Cabo Verde, o que levou o BCA a efetuar mais investimentos no sentido de melhorar a defesa dos seus clientes.

8.8 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

O objetivo de aumentar o Produto Bancário ao longo do ano foi o principal elemento orientador das atividades da área de Marketing e Relações Públicas (GMR) que se desenvolveram nas vertentes Preçário, Produto, Canais de Distribuição e Publicidade.

A nível do preçário foram revistas em baixa as taxas de juros; e a nível dos produtos, reforçou-se para mais 1 milhão de contos a Linha de Crédito, que foi criada em setembro 2014, destinada às PME. Criaram-se, ainda, os produtos "Crédito para Aquisição de Viaturas Usadas" o "Crédito Adiantamento de Vencimentos", o "Crédito Habitação para clientes do segmento de alta renda", a Linha de Crédito "Pintura e Reabilitação de Casas". Este último destina-se a clientes que queiram contribuir para o embelezamento das suas cidades, vilas e aldeias, associando a referida linha a um conjunto de parcerias estabelecidas pelo BCA com as Câmaras Municipais e os principais fabricantes de tintas, respetivamente, para a isenção do pagamento de taxas municiais e descontos na compra de materiais de pintura.

De realçar o engajamento de toda a rede comercial no lançamento de novos produtos e serviços, o que permitiu ao Banco alcançar resultados bastante satisfatórios. Foram realizadas ações específicas junto dos comerciais, nomeadamente encontros promovidos pela área de marketing com todas as Agências, com temas como Novos Produtos e Campanhas e Fraude na Internet.

Este ano o BCA participou, pela primeira vez, na Feira de Agronegócios, aproveitando para promover a renovação da Linha de Crédito para as PME, para além da sua participação habitual na Feira Internacional de Cabo Verde.

Sendo a inovação uma aposta intrínseca do Banco, foi dado um enfoque especial a este aspeto nos canais de distribuição, com o lançamento do novo site institucional, com simuladores de Câmbio e de Crédito, e o lançamento do serviço de depósitos rápidos através das Máquinas Self-Service instaladas em várias agências.

Uma das agências mais antigas do BCA, a Agência de São Nicolau, foi completamente renovada, com o objetivo de melhorar o serviço prestado ao cliente e preservar o património do Banco.

No âmbito do 22º Aniversário do BCA, foi feito o relançamento da Revista "Nôs Banco", em formato on-line, para melhorar a comunicação com os Colaboradores e com os Clientes.

Este ano, pela sexta vez consecutiva o BCA recebeu o Prémio Selo Morabeza, na categoria *Banco de Confiança dos Cabo-Verdianos*.

Responsabilidade Social

No âmbito da sua Política de Responsabilidade Ambiental e Social e com o apoio da Caixa Geral de Depósitos, iniciou-se no BCA o Programa de Formação em Responsabilidade Ambiental e Social e a Formação Geral em Sustentabilidade, com vista a reforçar e aperfeiçoar as capacidades e competências dos colaboradores enquanto agentes de mudança, com foco na proteção ambiental e social e na sustentabilidade da Marca BCA.

O envolvimento dos colaboradores do Banco nas questões sociais ficou marcada, para além de outras ações isoladas, pela Campanha de Doação de Sangue, com uma participação muito expressiva de colaboradores.

A concessão de patrocínios revestiu-se das mais diferentes formas, desde o apoio à Seleção Nacional de Futebol – "Os Tubarões Azuis"; às Câmaras Municipais para as Festas Municipais; às Olimpíadas Regionais da Matemática; ao Ministério da Cultura, enquanto patrocinadora do *Atlântic Music Expo*; à Agência de Desenvolvimento Empresarial (ADEI), na área do empreendedorismo; ao Instituto Pedro Pires (IPP), para a realização do evento denominado "Diálogos Estratégicos", um encontro anual realizado em Cabo Verde que reúne especialistas de vários países do Mundo para discutir questões de importância crítica para Cabo Verde, para África e para o Mundo; à FICASE, para aquisição de KIT's Escolares para as crianças do Ensino Básico provenientes de famílias carenciadas; a vários grupos carnavalescos em diferentes ilhas e ao Festival Kavala Fresk, cujo mote é o peixe cavala e que visa contribuir para o aumento da oferta turística e cultural em Cabo Verde.

Além dessas iniciativas, em Julho de 2015, em parceria com a Academia Cabo-verdiana de Letras (ACL), o BCA atribuiu o Prémio Literário 40 Anos da Independência de Cabo Verde, ao Dr. Corsino Fortes, Primeiro Presidente da Academia Cabo-verdiana de Letras e foi feito o lançamento do Prémio BCA de Literatura que terá uma periodicidade bianual.

8.9 – MEIOS E CANAIS

Meios de Pagamentos

O serviço de cobrança de faturas através de transferências bancárias manteve a tendência de crescimento evidenciado nos últimos anos, sendo que, durante o ano de 2015, foram criados cerca de três mil novas autorizações de débitos, representando um crescimento de 35% face ao ano anterior.

Este crescimento evidencia que há cada vez mais clientes a preferirem o serviço de Débitos Diretos, em detrimento do pagamento das suas faturas nos balcões de atendimento das empresas prestadoras dos serviços.

Nos canais Eletrónicos, 2015 representou o ano da reafirmação do processo de forte desenvolvimento iniciado há alguns anos e consubstanciado na melhoria contínua de serviço ao cliente e na diversificação da oferta dos canais de atendimento, visando sempre a comodidade dos clientes e a intuitividade do serviço, resultando num aumento no volume e nos valores transacionados nos diversos canais.

O BCA lançou o novo canal Máquinas de Depósitos que permitiu conferir maior rapidez, segurança e comodidade aos clientes, nas operações de depósitos de notas em moeda nacional.

BCA Direto (Internet Banking)

O BCA Direto é o canal de Internet banking disponibilizado pelo BCA, que permite ao cliente consultar as suas contas, créditos e cartões e possibilita a realização de um conjunto de transações, designadamente transferências nacionais e internacionais, pagamentos, requisições de cheques, agendamentos e adesão a cartões. Este serviço utiliza um sistema de informação amigável, intuitivo e facilitador do dia-a-dia dos clientes e encontra-se disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano.

Em 2015 o número de clientes aderentes ao BCA Direto manteve a sua tendência de evolução evidenciada nos últimos anos, registando um crescimento estável e contínuo de 13% em relação ao período homólogo, tendo encerrado o ano com cerca de 35 mil utilizadores ativos. Ao longo de 2015 foram criados mais de 4 (quatro) mil novos utilizadores. Foram executadas mais de 312 mil operações que requereram a movimentação de fundos, representando um crescimento de 20% face ao período homólogo e os valores transacionados ultrapassaram os 8,2 mil milhões de escudos, evidenciando um crescimento de 17% face ao ano anterior.

Automatic Teler Machine (ATM`s)

O BCA continuou a investir na modernização do parque de máquinas ATM´s, tendo terminado o ano de 2015 com 55 ATM's (+2%), caracterizando a aposta continuada na expansão da rede de caixas automáticas, principalmente nos locais não bancários, de forma a torna-las mais acessíveis aos clientes.

Adicionalmente, com o sentido de uma melhoria contínua do serviço ao cliente, foram deslocalizadas 2 (duas) máquinas ATM's, para locais de maior afluência de pessoas.

No final de 2015, o Banco detinha um total de 25 máquinas ATM's instaladas em locais não bancários, evidenciando um crescimento de 14% face ao ano anterior, representando, agora, 45% do total das máquinas instalados pelo BCA.

Manteve-se igualmente a política de colocação temporária de máquinas em locais de realização de eventos, com alto impacto em termos da imagem, designadamente com a instalação de uma máquina ATM na Feira Internacional de Agronegócios, na cidade da Praia, e na Feira Internacional de Cabo Verde, em São Vicente.

Como resultado destas, ações é de assinalar o elevado volume de transações processadas pelas máquinas ATM's do BCA durante o ano, tendo ultrapassado os 3,7 milhões de operações (+8%), para um montante de 12,7 mil milhões de escudos, representando um crescimento de 12% face ao ano anterior.

Terminais Pagamento Automático (TPA)

Durante 2015, o parque de Terminais de Pagamento Automático (POS) apoiados pelo BCA continuou a crescer, tendo-se encerrado o ano com 1.599 equipamentos ativos, o que representou um crescimento de 25% face ao período homólogo.

As operações realizadas nesse canal atingiram 2,8 milhões em número e 7,4 mil milhões de escudos em valor, o que significou crescimentos de, 34% e 20%, respetivamente.

Em termos de quotas de mercado, registou-se uma melhoria do posicionamento do BCA em relação aos equipamentos instalados na rede Vinti4, tendo atingido os 31% (+1% em relação a 2014). Contudo, tanto as transações efetuadas com cartões do BCA em POS apoiados por outros Bancos, bem como as transações efetuadas com cartões de Outras Instituições Financeiras em equipamentos apoiados pelo BCA mantiveram os pesos de 40% e 55%, respetivamente.

Máquina de Depósitos

É de se destacar em 2015 o canal Máquinas de Depósitos, que foi lançado em agosto, tendo sido colocadas em algumas Agências do BCA localizadas nas ilhas de São Vicente, Sal e Santiago, permitindo aos clientes realizar os seus depósitos de forma muito simples, rápida e cómoda.

Estas máquinas permitem realizar ao mesmo tempo depósitos de notas de diferentes denominações, sendo que e os valores depositados são creditados na conta beneficiária após alguns minutos.

Este canal teve uma aceitação bastante positiva por parte dos clientes, tendo em conta que desde a data do seu lançamento até final do ano de 2015, (cerca de quatro meses) foram efetuados à volta de 19 mil depósitos, totalizando o montante de 430 milhões de escudos.

8.10 – SUPORTE OPERACIONAL

Durante o ano de 2015 foram aprovados 45 créditos Leasing no montante de 171 mil contos, dos quais 35 foram contratados, num total de 121 mil contos. Quanto ao Factoring ou Cessão Financeira foram autorizadas 2 (dois) novos contratos no valor de 54 mil contos.

Ao longo de 2015, foram renegociados/reestruturados 194 créditos, sendo que para 27 destes foram apenas alargados os prazos de utilização ou de amortização e 167 reescalonados, correspondendo ao montante global de 2,542 milhões de contos, dos quais 174 mil contos na Zona Norte e 2,368 milhões de contos na Zona Sul. Dos créditos renegociados/reestruturados é de referir que 74 são clientes Empresas, representando o montante de 2,292 milhões de contos e 120 Clientes Particulares no montante de 249 mil contos.

Operações com o Exterior

Constata-se evoluções positivas quer em quantidade quer em montante nas Ordens de Pagamento Emitidas, nas Garantias Bancárias em moeda estrangeira e nas remessas recebidas via Western Union. Quanto ao envio via Western Union, a variação é de -6,78% na quantidade e -1,9% em montante.

Nos Créditos Documentários de Importação verificou-se uma redução de 32,2% em quantidade, compensado com um aumento de 80,2% em montante, quando comparado com o ano 2014.

(Mil contos)

	2014		2015		Variação	
	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante
Ordens de pagamentos (recebidas)	91.709	27.965	94.170	23.234	2,68%	-16,92%
Ordens de pagamentos (Emitidas)	25.034	29.286	27.408	30.492	9,48%	4,12%
Crédito Documentário						
Importação	31	450	21	811	-32,26%	80,22%
Exportação	-	-			0,00%	0,00%
Garantias Bancárias (emitidas)	28	456	35	457	25,00%	0,22%
Westen Union -Enviados	11.799	379	10.999	372	-6,78%	-1,85%
-Recebidos	47.517	1.310	59.811	1.648	25,87%	25,80%
Cheques s/ Estrangeiro (comprados)*	10.927	1.257	9.010	1.322	-17,54%	5,17%

Fonte: BCA

* Inclui Cash Advance

Swift

Nota-se um aumento face a 2014 tanto das mensagens Swift recebidas como das enviadas. Em relação às recebidas o aumento foi de 1,4% e nas enviadas o aumento foi de 10,8%.

Mensagens via Swift

Anos	2013	2014	2015
Mensagens recebidas	124.683	136.707	138.580
Mensagens enviadas	30.969	32.570	36.076

8.11 - INVESTIMENTOS

Continuando a política de requalificação e remodelação dos seus espaços, e cujo objetivo é servir cada vez melhor os seus clientes e colaboradores, oferecendo-lhes maior comodidade, segurança e rapidez na realização das suas operações, foram concluídas as obras de remodelações da Agência de São Nicolau e da residência do Gerente, do edifício da Farmácia na cidade da Praia, do Gabinete Empresas Palmarejo, das Agências de Chã d'Areia, do Tarrafal e de Santa Catarina no interior da ilha de Santiago, do Prolongamento do BCA Mosteiros na ilha do Fogo, da Agência de Fonte Filipe em S. Vicente e do Prolongamento do Aeroporto Amílcar Cabral na ilha do Sal.

No âmbito da política de reforço de segurança eletrónica do Banco, foram concluídos em 2015, os trabalhos para operacionalização do Centro de Segurança do Plateau. Os trabalhos contemplaram instalação de Videowall para visualização de imagens e monotorização dos sistemas de segurança das Agências, para além

da implementação de uma rede segura para os sistemas de segurança do Banco. Os sistemas de segurança do Banco ficaram reforçados com a conclusão dos trabalhos de instalação da solução de controlo de acessos (torniquetes), designadamente nos edifícios do Plateau e Chã d'Areia na cidade da Praia.

Durante o ano de 2015 o BCA investiu 259,1 mil contos, dos quais 242,1 mil contos em Ativos Tangíveis e 16,9 mil contos em Ativos Intangíveis. Destes investimentos 108,3 mil contos ainda se encontram em curso.

9–ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

9.1 –EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Em Dezembro de 2015 o Ativo Líquido do BCA atingiu 80,8 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 8,1% (+6 milhões de contos) em relação ao valor registado em Dezembro de 2014. Para esta evolução contribuíram fundamentalmente os acréscimos na rubrica Aplicações em Instituições de Crédito em 71,3% e 8,5 milhões de contos, que mais que compensaram as diminuições verificadas nas rubricas Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, nos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e no Crédito Líquido a Clientes.

Balanço Consolidado

(mil contos)

	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	5.957	2.754	-3.203	-53,8%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	859	830	-29	-3,4%
Ativos Financeiros Disponíveis p/Venda líquida	7.247	6.852	-395	-5,5%
Aplicações em Instituições de Crédito	11.960	20.487	8.527	71,3%
Crédito a Clientes Líquido	37.805	37.512	-294	-0,8%
Títulos de Divida Pública	6.426	6.916	490	7,6%
Propriedades de Investimento	1	1	0	0,0%
Outros Ativos Tangíveis Líquidos	2.082	2.129	48	2,3%
Ativos Intangíveis	19	23	4	20,7%
Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto	282	309	27	9,6%
Ativos por Impostos Correntes	846	895	49	5,7%
Ativos por Impostos Diferidos	2	3	0	2,3%
Outros Ativos	1.314	2.114	800	60,9%
Total	**74.801**	**80.825**	**6.024**	**8,1%**
Passivo				
Recursos de Outras Instituições de Créditos	976	776	-200	-20,5%
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	62.866	69.097	6.231	9,9%
Provisões Passivas	5.243	5.300	56	1,1%
Passivos por impostos correntes		0		
Passivos por Impostos Diferidos	132	156	24	18,3%
Outros Passivos Subordinados	297	198	- 99	-33,4%
Outros Passivos	427	428	1	0,3%
Total Passivo	**69.941**	**75.954**	**6.013**	**8,6%**
CAPITAIS PRÓPRIOS	**4.860**	**4.871**	**11**	**0,2%**
Dos quais : Resultado Líquido	**297**	**369**	**72**	**24,1%**
TOTAL	**74.801**	**80.825**	**6.024**	**8,1%**

Caixa e Disponibilidades

Esta rubrica registou uma variação de -3,3 milhões de contos e -53,8% em relação a 2014, devido à diminuição do saldo das Aplicações no Banco Central.

Aplicações em Instituições de Crédito

As Aplicações em Instituições de Crédito, englobando as aplicações no país e no estrangeiro, ascenderam a 20,5 milhões de contos, representando uma variação homóloga de 71,3% e de 8,5 milhões de contos, refletindo o excesso de liquidez do BCA.

Crédito a Clientes

A Carteira Global de Crédito a Clientes atingiu 41,5 milhões de contos, inferior ao saldo registado em Dezembro de 2014 em -1,1%, refletindo o contexto em que continuou a desenvolver-se a atividade bancária em 2015. A carteira de crédito normal excluindo os créditos a funcionários aumentou 1,5%, contra uma diminuição no crédito e juros vencidos em -7%. As obrigações privadas também diminuíram devido a dação em cumprimento.

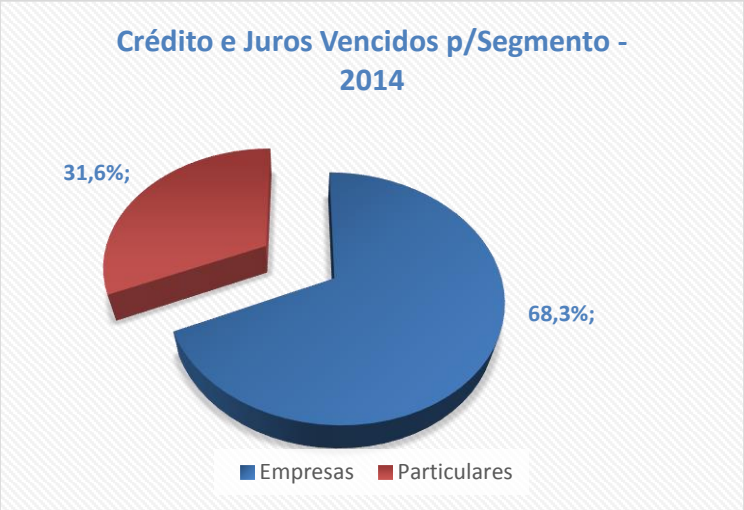
Carteira de Crédito sobre Clientes Líquida

(mil contos)

RUBRICAS	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Total	**36.125**	**36.109**	**-16**	**0,0%**
Crédito Normal	29.618	30.059	441	1,5%
Crédito e Juros Vencidos	6.507	6.050	-457	-7,0%
Crédito ao Pessoal	**1.958**	**1.953**	**6**	**-0,3%**
Proveitos a Receber	**194**	**169**	**-25**	**-12,9%**
Receitas com Rendimento Diferido	**-222**	**-244**	**-22**	**9,9%**
Obrigações Publicas e Privadas	**3.926**	**3.548**	**-378**	**-9,6%**
Imparidade p/Crédito e Obrigações	**-4.177**	**-4.023**	**154**	**96,3%**
Crédito Líquido de Imparidade	**37.805**	**37.512**	**-293**	**-0,8%**
CRÉDITO BRUTO	**41.982**	**41.535**	**-447**	**-1,1%**

O saldo da Carteira Vencida atingiu 6,5 milhões de contos, equivalendo a uma diminuição de 7%, ou seja, cerca de 457 mil contos comparativamente ao período homólogo. Este montante proporcionou um rácio de crédito e juros vencidos relativamente ao crédito total de 15,9%, contra 17,1% em 2014, e um rácio de crédito vencido com mais de 90 dias de 14,9% em Dezembro de 2015 (16,3% em Dezembro de 2014).

O decréscimo do crédito vencido deve-se sobretudo ao segmento Empresas, a uma taxa de -9,8%, contra uma diminuição de -0,4% nos Particulares, o que fez diminuir o seu peso de 70,4% em Dezembro de 2014, para 68,3% em Dezembro de 2015.



O saldo acumulado da Imparidade de crédito, que inclui a imparidade para as Obrigações das empresas privadas, atingiu 4 milhões de contos, tendo o custo do risco de crédito do exercício ascendido a 188 mil contos (215 mil contos em 2014), traduzindo um rácio de cobertura de crédito vencido de 66,5%.

Carteira de Títulos

O saldo da carteira de Aplicações em Títulos, que inclui os Títulos Disponíveis para Venda e os Títulos de Dívida Pública Cabo-verdiana, aumentou 1,1% e 143 mil contos face ao período homólogo, em consequência do aumento da carteira de Títulos do Tesouro em 7,7% e pela diminuição de 342 mil contos nos ativos financeiros disponíveis para venda.

Recursos de Clientes

A carteira de Recursos de Clientes apresentou um crescimento homólogo de 9,9% e 6,2 milhões de contos, traduzindo a preferência da sua ampla e estável base de clientes, atingindo um saldo acumulado de 6,9 milhões de contos. Esta evolução é justificada pelo aumento de 10% e 6,2 milhões de contos nos Depósitos de Clientes. O peso dos Recursos de Clientes no ativo líquido em Dezembro de 2015 passou para 85%, contra 84% em 2014.

A evolução dos Recursos de Clientes entre 2014 e 2015, por segmento, encontra-se no quadro abaixo:

Recursos de Clientes

(mil contos)

Tipo De Clientes	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Particulares	**50.486**	**54.876**	**4.390**	**8,7%**
Depósito Ordem	13.127	15.105	1.979	15,1%
Depósito Prazo	34.024	36.181	2.157	6,3%
Depósito Poupança	3.335	3.590	255	7,6%
Empresas	**8.266**	**10.209**	**1.943**	**23,5%**
Depósito Ordem	6.362	8.454	2.091	32,9%
Depósito Prazo	1.903	1.755	-148	-7,8%
Sector Público Administrativo	**3.284**	**3.153**	**-131**	**-4,0%**
Depósito Ordem	1.949	1.823	-127	-6,5%
Depósito Prazo	1.335	1.330	-5	-0,4%
Total Depósitos Clientes	**62.036**	**68.238**	**6.202**	**10,0%**
Outros Recursos de Clientes	**22**	**25**	**3**	**16,2%**
Juros a pagar de Depósitos	**809**	**834**	**25**	**3,1%**
TOTAL RECURSOS de CLIENTES	**62.866**	**69.097**	**6.231**	**9,9%**

Os depósitos de emigrantes cresceram 2,1 milhões de contos (+6,8%) em relação a 2014, tendo passado de 31,8 milhões de contos para 33,9 milhões de contos. Este crescimento reflete a fidelização da nossa diáspora à Marca BCA e reforça o nível de confiança existente. O aumento nos Depósitos à Ordem em 25,6% e 1,1 milhões de contos foi determinante para o crescimento verificado. De referir que o peso do Depósitos dos Emigrantes no Total dos Depósitos do Banco continuou a diminuir, pois passou de 51,3% em 2014 para 49,8% em 2015, devido ao crescimento mais acentuado dos Total dos Depósitos, que apresentou uma variação de 10%.

Depósitos de Emigrantes

(mil contos)

Rúbricas	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos à Ordem	4.384	5.506	1.122	25,6%
Depósito Poupança	2.426	2.600	174	7,2%
Depósitos a Prazo	25.003	25.857	854	3,4%
Total Emigrantes	**31.813**	**33.963**	**2.150**	**6,8%**
TOTAL DEPOSITOS	**62.036**	**68.238**	**6.202**	**10,0%**
Peso Emigrante/Total	**1**	**0**		

Provisão para Riscos e Encargos

A Provisão para Pensões de Reforma e Sobrevivência, num total de 4,9 milhões de contos, apresentam um aumento de 1,3% e cerca de 63 mil contos em 2015, quando comparado a Dezembro de 2014.

A contribuição normal dos trabalhadores e do BCA para os encargos com as Pensões de Reforma e Sobrevivência ascende a 48,67 mil contos, sendo 18 mil contos dos trabalhadores e 30,67 mil contos do banco. As utilizações para pagamento aos reformados e pré-reformados, totalizaram 204,1 mil contos. De salientar ainda que os encargos suportados pelo banco relativos a custos dos juros e custos dos serviços correntes para o Fundo de Pensões e Sobrevivência atingiram 293,9 mil contos, perfazendo um custo total de 325 mil contos em 2015, com impacto direto nos custos com pessoal neste ano.

Em Dezembro de 2015 o banco alterou o pressuposto sobre a taxa de redesconto do fundo que passou para 5,25% (5,5% em 2014).

De seguida a evolução do valor patrimonial do Fundo de Pensões nos dois últimos anos:

Valor Patrimonial do Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência

(mil contos)

		Movimento no Período				
Exercício	**Saldo Inicial**	**Custos do Banco**	**Utilização Provisões**	**Anulação de Provisões**	**Outros**	**Valor do Fundo**
2013	**5.379**	424	(164)	(914)	40	**4.765**
2014	**4.765**	324	(177)	-	(12)	**4.900**
2015	**4.900**	325	-204		-58	**4.963**

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco aumentaram apenas 0,2% e 10,9 mil contos em consequência do efeito conjugado da incorporação em reservas de 75% do resultado líquido de 2014, da valorização negativa dos TCMF's a vencer até 2018 no montante de 345 mil contos, e ainda, pelo aumento no resultado líquido em 71,5 mil contos.

9.2. –CONTAS de RESULTADOS

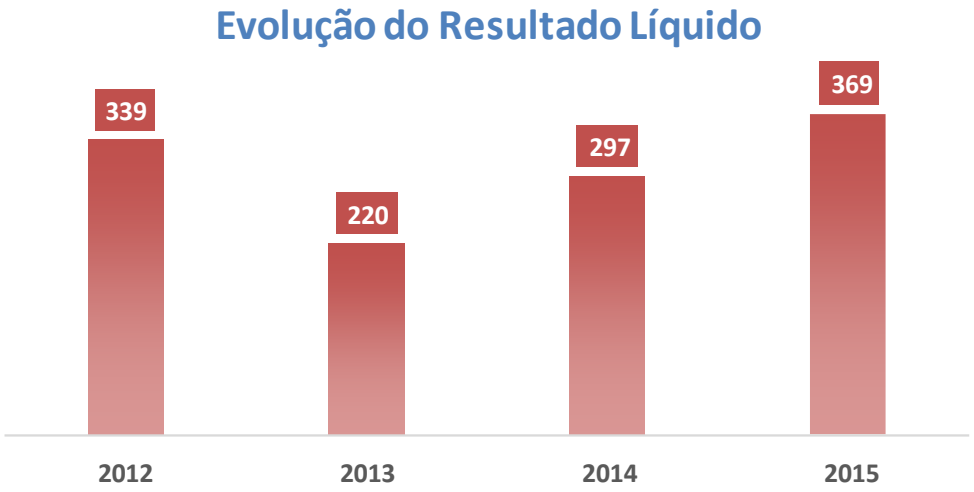
Demonstração De Resultados

(mil contos)

	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e Rendimentos Similares	3.578	3.771	193	5,4%
Juros e Encargos Similares	1.746	1.833	86	4,9%
Margem Financeira	1.831	1.938	107	5,8%
Rendimentos de Instrumentos de Capital	209	135	(75)	-35,6%
Rendimentos de Serviços e Comissões	387	401	14	3,7%
Encargos de Serviços e Comissões	42	40	(2)	-4,5%
Resultados de Reavaliação Cambial	129	141	12	9,3%
Resultados de Alienação de Outros ativos	(11)	5	16	48,5%
Outros Resultados de Exploração	86	68	(18)	-21,2%
Margem Complementar	759	710	(49)	-6,5%
Produto Bancário	2.590	2.647	57	2,2%
Custos com Pessoal	1.277	1.271	(6)	-0,5%
Gastos Gerais Administrativos	720	670	(51)	-7,0%
Amortizações do Exercício	187	190	3	1,5%
Custos Operativos	2.185	2.131	(54)	-2,5%
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(29)		29	-100,0%
Imparidade Líquida de Outros Ativos Financeiros	215	188	(27)	-12,6%
Resultados de filiais Excluídas de Consolidação	78	40	(39)	-49,1%
Resultados Antes de Impostos	297	369	71	24,0%
Impostos Correntes	-		-	
Resultado Líquido	297	369	71	24,0%

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do BCA registou uma variação positiva de 24%, cerca de 71 mil contos, e atingiu o montante de 369 mil contos, justificado positivamente pelo aumento do Produto Bancário em 2,2% e 57 mil contos e pela diminuição registada nos custos operativos em 2,5% e 54 mil contos, conjugado com a variação positiva da Imparidade Líquida em -27 mil contos. Afetando negativamente os Resultados Líquidos são de se assinalar a variação negativa de 49,1% e 39 mil contos dos Resultados de Filiais. A variação positiva do Produto Bancário deve-se sobretudo ao acréscimo ocorrido na Margem Financeira em 5,8% e 107 mil contos, pois que a Margem Complementar diminuiu 6,5% e 49 mil contos, em virtude da diminuição dos Rendimentos de Instrumentos de Capital, pois que a taxa de rentabilidade dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF's) passou de 3,22% em 2014 para 2,08% em 2015. Em 2015 a imparidade líquida de crédito a clientes, incluindo obrigações privadas, foi de 188 mil contos. Esse valor é inferior ao de 2014 em 27 mil contos, uma vez que em 2015 continuaram a verificar-se a resolução de créditos por dação em cumprimento, o que levou à anulação das respetivas imparidades.



Margem Financeira

A Margem Financeira aumentou 107 mil contos e 5,8% relativamente ao período homólogo, situando-se em 1.938 mil contos, justificado pela evolução mais favorável dos Juros e Rendimentos Similares do que os Juros e Encargos Similares. Apesar das diminuições nos juros recebidos de créditos a clientes e créditos vencidos em -2,1% (-58,9 mil contos) e -31,6% (-8,9 mil contos) respetivamente, os aumentos nos proveitos dos títulos do tesouro em 10,9%, nos juros de crédito titulados em 24,9%, e na recuperação de juros e despesas de crédito vencido em 119,7%, contribuíram para o comportamento favorável da margem financeira. Contribuíram também para a evolução favorável desta margem, os aumentos nos juros ocorridas nas aplicações a muito curto prazo no Banco Central, devido ao efeito volume em 31,3%.

Relativamente às Operações Passivas, verificou-se o aumento dos juros sobre Recursos de Clientes em 4,9%, cerca de +86 mil contos, como consequência do aumento de 5,8% (99,2 mil contos) nos juros pagos aos Depósitos de Clientes. O aumento nos juros dos Depósitos de Clientes deve-se ao efeito volume, com o aumento dos Depósitos a Prazo incluindo Depósitos de Poupança em 5,6%, visto que o efeito preço foi favorável, com a taxa média ponderada dos Depósitos a Prazo e de Poupança a diminuíram 0,37p.p., passando para 4,04% (4,41% em Dezembro de 2014). Os Depósitos a Prazo e de Poupança no segmento Emigrantes aumentaram 3,7%, cerca de 1 milhões de contos.

Margem Complementar

A Margem Complementar atingiu 710 mil contos, uma diminuição de 6,5% e 49 mil contos relativamente a Dezembro de 2014. Esta evolução desfavorável é resultado da diminuição da taxa de rentabilidade dos TCMF's que passou de 3,22% em 2014 para 2,08% em 2015, apesar do aumento quer nas comissões líquidas quer nos resultados de reavaliação cambial em 4,6% e 9,3% respetivamente.

A conjugação da evolução positiva ocorrida na Margem Financeira, superior à variação negativa na Margem Complementar, traduziu-se num Produto Bancário de 2.647 mil contos em 2015, superior ao ano anterior em 2,2% e cerca de 57 mil contos.

Custos Operativos

Como resultado da prossecução da política de racionalização operativa e aumento da eficiência definida na estratégia do BCA, os Custos Operativos mantiveram a tendência descendente já verificada nos dois anos anteriores e diminuíram 2,5%, totalizando 2.131 mil contos. A diminuição ocorreu em quase todas as suas componentes. Os Custos com o Pessoal apresentam um decréscimo de 0,5% (situando-se em 1.271 mil contos) apesar de ter havido aumento salarial em 2015 de 1% para o pessoal no ativo e 0,5% aos reformados a partir de 2014, e ainda por terem passado à situação de reformados catorze colaboradores.

Os Gastos Gerais Administrativos diminuíram 7% e 51 mil contos, resultado do controlo de despesas implementadas desde 2014.

As Amortizações do Exercício elevaram-se a 190 mil contos, apresentando um ligeiro acréscimo de 1,5% e 3 mil contos face ao valor registado em Dezembro de 2014.

O quadro que se segue mostra a composição dos Custos Operativos, bem como a sua respetiva evolução:

Custos Operativos

(mil contos)

RUBRICAS	2014	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	**1.277**	**1.271**	**-6**	**-0,5%**
Remunerações	816	831	15	1,9%
Encargos Sociais Obrigatórios	438	416	-22	-5,0%
Pensões de Reforma e Sobrevivência	290	294	4	1,2%
Encargos Sociais Facultativos e Outros	23	24	1	2,5%
Gastos Gerais Administrativos	**720**	**670**	**-51**	**-7,0%**
Amortizações	**187**	**190**	**3**	**1,5%**
TOTAL CUSTOS OPERATIVOS	**2.185**	**2.131**	**-54**	**-2,5%**

9.3 – ANÁLISE de RÁCIOS

As Rendibilidades do Ativo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) evoluíram favoravelmente, tendo atingido 0,5% e 7,6%, respetivamente, contra 0,4% e 6,4% em 2014, consequência direta do aumento do Resultado Líquido do exercício.

O rácio de eficiência – Cost-to-Income – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário decresceu para 80,5% em 2015 (84,3% em 2014), refletindo a diminuição nos custos operativos face ao aumento registado no produto bancário. Expurgando o efeito Fundo de Pensões, o Cost-to-Income seria de 69,4% em 2015 (73,1% em 2013).

O rácio Gastos com Pessoal/Produto Bancário melhorou, passando de 49,3% para 48%.

Nos indicadores de Risco importa salientar o comportamento do rácio de Crédito em Incumprimento/Crédito Total que atingiu 15,9%, em 2015, contra 17,1% em 2014, em consequência da diminuição da carteira em incumprimento, e do rácio de cobertura pela Imparidades sobre Crédito Vencido que atingiu 65,6% em 2015 contra 62,4% em 2014.

O rácio de transformação medido pelo Crédito a Clientes relativamente aos Recursos de Clientes diminuiu para 55,8% (61,4% de 2014), devido quer à diminuição da carteira de crédito, quer ao aumento dos depósitos.

9.4 – RÁCIOS PRUDENCIAIS

Em termos prudenciais o BCA apresenta uma boa performance e solidez, com Fundos Próprios de 4,8 milhões de contos, superior a 2014 em 350 mil contos. De referir que os Fundos Próprios do BCA tinham sido penalizados progressivamente pelo impacto dos ajustamentos de transição para as novas normas de contabilidade – NIRF ocorridas em 2009 e que em Dezembro de 2012 atingiu o montante final de 1.174 mil contos.

Com o aumento registado nos Fundos Próprios, o rácio de Cobertura de Imobilizado continua bastante elevado, sendo de 227,24% em 2015 (214,9% em 2014).

O Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde, atingiu 15,70%, acima do mínimo dos 10% legalmente exigidos aos bancos comerciais cabo-verdianos.

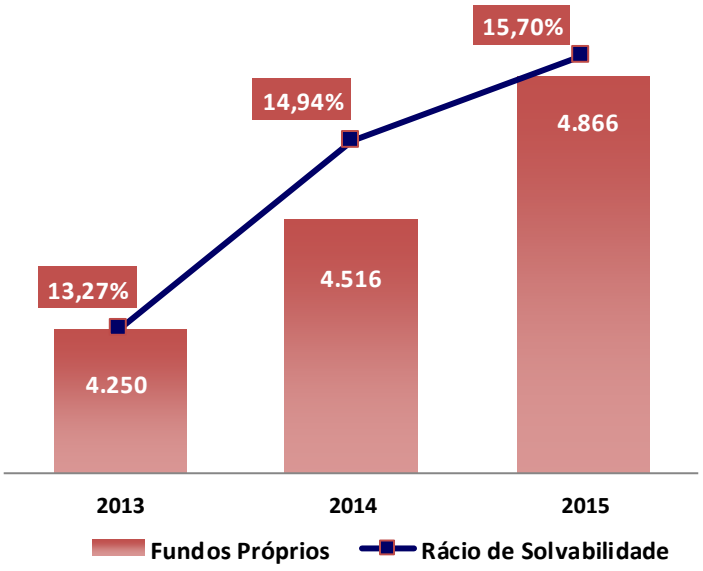
O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu 9,98%, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos de Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

Quanto ao montante global dos créditos, cujos riscos estão sujeitos a Limites de Concentração, o BCA detém, em termos absolutos, 3,5 milhões de contos, valor também inferior ao estipulado pelo BCV, cujo limite agregado não pode ultrapassar oito vezes os seus Fundos Próprios, ou seja 38 milhões de contos. O limite máximo de concentração a uma entidade em Dezembro é de 897,8 contos, valor inferior aos 25% (1.216,4 mil contos) dos Fundos Próprios exigidos pelo Banco Central.

O quadro seguinte mostra a evolução dos Rácios Prudenciais nos três últimos anos:

Evolução dos Rácios Prudenciais

Rácios	Unidade	2013	2014	2015
Fundos Próprios	contos	4.250.241	4.515.998	4.865.904
Cobertura de Imobilizado	%	202,95%	215,7%	227,24%
Rácio de Solvabilidade	%	13,27%	14,94%	15,70%



10 –APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de 368.829.514$00 (Trezentos e Sessenta e Oito Milhões, Oitocentos e Vinte e Nove Mil, Quinhentos e Catorze Escudos), o Conselho de Administração deliberou propor aos acionistas a seguinte aplicação de resultados:

Resultado Líquido	**368.829.514**
Reserva Legal (10%)	36.882.951
Outras Reservas (65%)	239.739.184
Distribuição de Dividendos (25%)	92.207.379

11 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES

Portugal

Caixa Geral de Depósitos SA – Lisboa

NOVO BANCO – Lisboa

Banco Português de Investimento SA – Porto

Banco Santander Totta SA – Lisboa

Banco do Brasil SA – Lisboa

Holanda

ING Bank NV – Amesterdão

Luxemburgo

Déxia Bank Internacional à Luxembourg – Luxemburgo

Bank et Caisse d'Epargne d'Etat – Luxemburgo

ReinoUnido

Lloyds Bank PLC – Londres

Citibank NA – Londres

Alemanha

Commerzbank AG – Frankfurt

Austria

Bank of Austria Creditanstald – Viena

Suécia

Nordea Bank AB (publ) – Estocolmo

Noruega

DnB NOR Bank ASA – Oslo

Estados Unidos da América

Citibank NA – New York

Bank of América-– New York

França

Caixa Geral de Depósitos SA – Paris

Banque Nationale de Paris – BNP-Paribas

Itália

Intesa Sanpaolo SPI – Milão

UniCrédito Italiano SPA – Milão

Bélgica

IngBelgium SA/NV – Bruxelas

Sénégal

Citibank Senegal NA – Dakar

Suíça

UBS Swiss Bank Corporation AG – Zurique

Espanha

Banco Sabadell SA TSB – Sabadell

Dinamarca

JyskeBank A/S – Copenhaga

Japão

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd – Tokyo

12 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL

Direcção Comercial Norte – DCN
Gilda Monteiro
Diretora

Direcção Financeira e Internacional – DFI
Amélia Figueiredo
Diretora

Direcção de Meios e Canais – DMC
Américo Andrade
Diretor

Direcção de Sistemas Informáticos - DSI
Luís Barbosa
Diretor

Direcção de Suporte Operacional - DSO
Anibal Moreira
Diretor

Direcção de Recursos Humanos – GRH
Euridice Mascarenhas
Diretora

Gabinete de Auditoria – GAI
Francisco Ramos
Coordenador

Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR
Paula Martins
Coordenadora

Gabinete de Suporte à Função Compliance – GFC
Monica Sanches
Coordenadora

Direcção Comercial Sul - DCS
Herminalda Rodrigues
Diretora

Direcção Gestão de Risco -DGR
Filomena Figueiredo
Diretora

Direcção de Organização e Inovação - DOI
Águeda Monteiro
Diretora

Direcção de Segurança e Logística – DSL
Adalberto Melo
Diretor

Gabinete Recuperação Crédito - GRE
Nuno Cabral
Coordenador

Gabinete Jurídico e Contencioso - GJC
Dulce Lopes
Coordenador

GABINETES EMPRESAS

Gabinete Empresas Norte – GEN
Lenise Almeida
Coordenadora

Gabinete Empresa Sal - GESA
Zara Barbosa Vicente
Coordenadora

AGÊNCIAS DA ZONA NORTE

Elisa Santos
Coordenadora

Agências Tipo I

Agência de São Vicente – ASV
Joana Helena Carvalho
Gerente

Agências Tipo II

Agência Boa Vista – ABV
Cláudio Mendonça
Gerente

Agência da Praça Nova - PNA
Maísa Sancha Crisóstomo
Gerente

Agência do Porto Novo – APN
António Évora
Gerente

Agência Ribeira Grande – ARG
Osvaldina Espírito Santo G. Brito
Gerente

Agência do Sal – ASA
Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
Agildo Cabral
Gerente

Agência de São Nicolau – ASN
Augusta Benilde Cruz
Gerente

Agências Tipo III

Agência Fonte Filipe – AFF
Lídia Pereira
Gerente

Agência Monte Sossego – MAS
Nelson Gomes
Gerente

AGÊNCIAS DA ZONA SUL

Guilherme Araújo
Coordenador

Agências Tipo I

Agência da Praia – APA
Janira Barbosa Andrade
Gerente

Agência de Santa Catarina – ASC
Prolongamento Assomada – ADA
Miguel Landin
Gerente

Agências Tipo II

Agência Achada Santo António I – ASTI
Dulce Santos
Gerente

Agência Avenida – AVE
Luis Ramos
Gerente

Agência de São Filipe - FOGO – AFG
Luis dos Reis
Gerente

Agência do Tarrafal – ATA
Isabel Costa
Gerente

Agências Tipo III

Agência Achada Santo António II – ASTII
Celmira Cardoso
Gerente

Agência da Brava – ABR
Ângela Rosa
Gerente

Agência de Ponta do Sol – APS
Balcão Paúl – APL (Prolong. ARG)
Osvaldina Espirito Santo Brito
Gerente

Agência Santa Maria – ASM
Elizabeth Alexandre
Gerente

Agência Tarrafal de São Nicolau – ATS
Manuel Freitas
Gerente

Agência de Achada S. Filipe
Agências de São Domingos
Maria Borges
Gerente

Agência do Maio – AMA
Alexandrino Eanes
Gerente

Agência dos Mosteiros – AMO
Luis dos Reis
Gerente

Agência Palmarejo Grande – APG
Joaquina Lopes Tavares
Gerente

Agência de Santa Cruz – STC
José Moniz
Gerente
Agência Chã de Areia – ACA
Neusa Melo
Gerente

Anexos

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

www.bca.cv

13 – ANEXOS

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço a 31/12/2015

Coluna1	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.754.230.955		2.754.230.955
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	830.451.144		830.451.144
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.862.732.530	10.841.439	6.851.891.091
Aplicações em instituições de crédito	20.487.142.512		20.487.142.512
Créditos a clientes	41.534.626.045	4.023.046.966	37.511.579.079
Títulos de Dívida Pública	6.915.769.015		6.915.769.015
Propriedades de investimento	1.529.000	103.600	1.425.400
Outros ativos tangíveis	4.188.421.227	2.059.416.830	2.129.004.398
Ativos intangíveis	295.740.271	272.365.669	23.374.602
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreendimentos Conjuntos	308.575.900		308.575.900
Ativos por Impostos Correntes	894.856.985		894.856.985
Ativos por impostos diferidos	2.504.276		2.504.276
Outros Ativos	2.354.005.806	239.784.532	2.114.221.274
Total de Ativos	**87.430.585.667**	**6.605.559.036**	**80.825.026.631**

	dez/15
Passivo	
Recursos de outras instituições de crédito	775.677.190
Recursos de Clientes e outros empréstimos	69.097.136.077
Provisões	5.299.541.963
Passivos por impostos correntes	0
Passivos por impostos diferidos	155.962.918
Outros Passivos Subordinados	197.703.671
Outros passivos	428.141.476
Total do Passivo	**75.954.163.297**
Capital	1.318.647.814
Reservas de reavaliação	15.619.760
Outras reservas e resultados transitados	3.167.766.246
Resultado do exercício	368.829.514
Total de Capital	**4.870.863.334**
Total do Passivo + Capital	**80.825.026.631**

A Responsável da Contabilidade	A Diretora Financeira e Internacional	O Presidente do C.A
……	……	……
Maria de Fátima N.Évora	Amélia Figueiredo	António de Castro Guerra

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Demonstração Resultados a 31/12/2015

Descritivo	Valor
Juros e Rendimentos Similares	3.770.606.942
Juros e Encargos Similares	1.832.740.920
Margem financeira	**1.937.866.021**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	134.859.158
Rendimentos com Serviços e Comissões	400.748.551
Encargos com Serviços e Comissões	39.783.699
Resultados de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	57.546
Resultados de Reavaliação Cambial	140.720.154
Resultados de Alienação de Outros Ativos	5.132.877
Outros Resultados de Exploração	67.850.435
Produto Bancário	**2.647.451.043**
Custos com Pessoal	1.271.035.068
Gastos Gerais Administrativos	669.617.218
Amortizações do Exercício	189.911.977
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	
Imparidade Out. Ativos Financeiros Líquida Reversões/Recuperações	116.970.563
Imparidade Outros Ativos Líquida de Reversões e Recuperações	71.036.718
Resultados Filiais excluídas Consolidação, Associadas Empreendimentos Conjunto	39.950.015
Resultados antes Impostos	**368.829.514**
Impostos	0
Correntes	
Diferidos	
Resultados Líquido	**368.829.514**

A Responsável da Contabilidade	A Diretora Financeira e Internacional	O Presidente do C.A
.....	.....	.....
Maria de Fátima N.Évora	Amélia Figueiredo	António de Castro Guerra

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Cost- to -Income - Custo Operativo /Produto Bancário

Produto Bancário

Rúbricas	2014	2015	Variação	
			Relativa	Absoluta
Margem Financeira	1.831.353.760	1.937.866.021	5,8%	106.512.261
+ Margem Complementar	758.657.589	709.585.022	-6,5%	-49.072.567
= Produto Bancário	2.590.011.349	2.647.451.043	2,2%	57.439.694

Custo Operativo

Rúbricas	2014	2015	Variação	
			Relativa	Absoluta
Custo Administrativo	1.997.500.385	1.940.652.286	-2,8%	-56.848.099
Amortizações	187.131.200	189.911.977	1,5%	2.780.777
= Custo Operativo	2.184.631.585	2.130.564.263	-2,5%	-54.067.322

Cost-to- Income

Rúbricas	2014	2015
Cost to Income - c/Fundo Pensões	84,3%	80,5%
Cost to Income - s/Fundo Pensões	73,1%	69,4%

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Estrutura

Rúbricas	2014		2015	
	Valores	%	Valores	%
1-Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	3.935.635.256	**10,3%**	2.311.091.447	**6,1%**
	38.083.848.789		38.061.814.487	
2-Crédito M.L. Prazo/Crédito Clientes	34.148.213.533	**89,7%**	35.750.723.040	**93,9%**
	38.083.848.789		38.061.814.487	
3-Crédito Vencido/Crédito Clientes	6.507.259.248	**17,1%**	6.050.325.702	**15,9%**
	38.083.848.789		38.061.814.487	
4-Imparidade Crédito Vencido/Crédito Vencido	4.061.529.801	**62,4%**	3.851.460.165	**63,7%**
	6.507.259.248		6.050.325.702	
5-Crédito Clientes/Depósitos	38.083.848.789	**61,4%**	38.061.814.487	**55,8%**
	62.035.520.906		68.237.589.303	
6-Crédito Clientes/Depósito a Prazo	38.083.848.789	**93,8%**	38.061.814.487	**88,8%**
	40.597.228.498		42.855.696.148	
7-Crédito Normal/Depósito a Prazo	31.576.589.541	**77,8%**	32.011.488.785	**74,7%**
	40.597.228.498		42.855.696.148	
8-Crédito Curto Prazo/Depósito Prazo	3.935.635.256	**9,7%**	2.311.091.447	**5,4%**
	40.597.228.498		42.855.696.148	
9-Crédito M.L. Prazo/Depósito Prazo	34.148.213.533	**84,1%**	35.750.723.040	**83,4%**
	40.597.228.498		42.855.696.148	
10-Depósito Ordem/Depósitos Totais	21.438.292.408	**34,6%**	25.381.893.155	**37,2%**
	62.035.520.906		68.237.589.303	
11-Depósito a Prazo/Depósitos Totais	40.597.228.498	**65,4%**	42.855.696.148	**62,8%**
	62.035.520.906		68.237.589.303	

Rácios de Avaliação de Desempenho

Rúbricas	2014		2015	
	Valores	%	Valores	%
1-RCP=Resultado Líquido/Capitais Próprios	297.314.716	**6,4%**	368.829.514	**11,9%**
	4.666.620.872		3.089.278.350	
2-RDA=Resultado Líquido/Ativo Médio	297.314.716	**0,4%**	368.829.514	**0,5%**
	72.565.499.847		77.813.011.761	
3-ML = Resultado Líquido/Proveitos	297.314.716	**4,7%**	368.829.514	**5,5%**
	6.305.577.400		6.717.809.467	
4-RA = Proveitos/Ativo	6.305.577.400	**8,4%**	6.717.809.467	**2177,0%**
	74.800.996.891		308.575.900	
6-MF= (Proveito Juros-Custos Juros) /Ativo	1.831.353.760	**2,4%**	1.973.878.158	**639,7%**
	74.800.996.891		308.575.900	
ROA	0,4%		0,5%	
ROE	6,4%		11,9%	

RCP = Rentabilidade dos Capitais Próprios

RDA = Rentabilidade dos Ativos

ML = Margem de Lucro

RA = Rotação dos Ativos

MF = Margem Financeira

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Medição de Liquidez

Rúbricas	2014		2015	
	Valores	%	Valores	%
1-Depósitos Totais/Ativo	62.035.520.906	**85,5%**	68.237.589.303	**84,4%**
	72.565.499.847		80.825.026.631	
2-Crédito Clientes / Ativo	38.083.848.789	**52,5%**	38.061.814.487	**47,1%**
	72.565.499.847		80.825.026.631	
3-Crédito Curto Prazo / Ativo	3.935.635.256	**5,4%**	2.311.091.447	**2,9%**
	72.565.499.847		80.825.026.631	
4-Crédito M. Longo Prazo / Ativo	34.148.213.533	**47,1%**	35.750.723.040	**44,2%**
	72.565.499.847		80.825.026.631	
5-Crédito Clientes / Depósitos Totais	38.083.848.789	**61,4%**	38.061.814.487	**55,8%**
	62.035.520.906		68.237.589.303	
6-Aplicações de Curto Prazo / Ativo	3.935.635.256	**5,4%**	2.311.091.447	**2,9%**
	72.565.499.847		80.825.026.631	

Indicadores de Produtividade

Rúbricas	2014		2015	
	Valores	Contos	Valores	Contos
1-Cr. e Depósitos / Nº de Empregados Ativo	100.119.370	**225.494**	106.299.404	**246.063**
	444		432	
2-Produto Bancário / Nº de Empregados Ativo	2.590.011	**5.833**	2.647.451	**6.128**
	444		432	
3-Crédito e Depósitos / Nº de Balcões	100.119.370	**3.033.920**	106.299.404	**3.126.453**
	33		34	

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Principais Indicadores

Principais Indicadores	2014	2015
1. ROE	6,4%	7,6%
2. ROA	0,4%	0,5%
3. Cost/income sem Fundo Pensões	73,1%	69,4%
4. Volume do Crédito Vencido	6.507.259	6.050.326
5. Rácio de Solvabilidade	14,9%	15,7%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base / Ativo Ponderado)	16,8%	18,0%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	61,4%	55,8%
8. Produtividade por Empregado	670	854
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos) / Nº empregados	225.494	246.063
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	5.833	6.128
9. Cobertura do Imobilizado	215,7%	227,2%
10. Fundos Próprios	4.515.998	4.865.904

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2015

Presidente ***Prof. Doutor António José de Castro Guerra***

Administrador ***Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda***

Administrador **Dr. Francisco Pinto Machado Costa**

Administrador **Dr. David Hopffer Cordeiro Almada**

Administrador **Dra. Carla Maria Moniz Brigham Gomes**

Administrador **Dr. José Rui Cruz Lopes Gomes**

Administrador **Dr. Manuel José Dias Esteves**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2015

EXMOS. SENHORES ACCIONISTAS

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

Relatório

Nos termos da legislação em vigor, dos normativos do BCV e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no decurso do exercício findo em 31.12.15, bem como o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Comercial do Atlântico, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de accionistas de 24.04.2015, foi decidido que a fiscalização da sociedade passaria a ser feita por um Conselho Fiscal, em vez do modelo de Fiscal Único.

Durante o ano de 2015, e após a sua eleição na referida Assembleia Geral realizada a 24 de Abril, o Conselho acompanhou regularmente a actividade do Banco, verificando com a extensão julgada necessária, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e os estatutos da sociedade.

No período, o Conselho efectuou três reuniões formais.

O Conselho tomou conhecimento do Relatório sobre o sistema de controlo interno, elaborado nos termos dos Avisos nº 2/1995 e nº 5/1999 do Banco de Cabo Verde, e do nº 5/2008 do Banco de Portugal, Órgão de Supervisão do accionista maioritário, e acompanhou o progresso do Sistema de Controlo Interno do BCA.

O Conselho reuniu-se com os diversos órgãos de estrutura do BCA, os gabinetes GFC e GAI e as direções DFI, DOI, DSI e DGR, tendo apreciado a suficiência das políticas e processos em vigor nas matérias de Governação Corporativa e Controlo Interno.

Procedeu também a inspecções às seguintes áreas:

- Contas dos bancos correspondentes, verificando a reconciliação de saldos;

- Gestão da função Compliance, nomeadamente, de AML;

- Tesouraria Central.

O Conselho Fiscal procedeu à análise da área de trabalho que trata da reconciliação das contas dos Bancos Correspondestes do BCA, integrada na Direção Financeira e Internacional, para o que desenvolveu as seguintes ações:

- Obtenção da listagem de todas as contas do BCA abertas nos bancos correspondentes, mencionado 25 contas abertas com movimento, à data de 31 de Dezembro de 2015;
- Obtenção de balancete das referidas contas, com evidência de valores dos movimentos e saldos naquela data;
- Diálogo com os dois elementos que trabalham nesta área, bem como com a respetiva chefia, responsável da contabilidade.

O Conselho Fiscal reuniu-se com o Gabinete de Suporte à Função Compliance, com o objetivo de se inteirar da atividade desenvolvida por este Gabinete, e fiscalizar por amostragem o controlo das actividades de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como o relacionamento com as autoridades que se ocupam do acompanhamento desta matéria, nomeadamente, Banco de Cabo Verde.

O Conselho Fiscal pediu, no âmbito das suas competências, a realização de uma inspecção à Casa Forte da Tesouraria Central, a qual, contando com colaboração da GAI consistiu na verificação e contagem dos valores em cofre de acordo com o registo informático, tirado no momento. Presenciou também uma transferência física de numerário da sede para a agência de Sta. Catarina e os respectivos procedimentos.

Os Serviços do Banco prestaram todos os esclarecimentos e informações que lhes foram solicitadas.

Para além das suas próprias reuniões, já mencionadas, o Conselho Fiscal participou numa reunião do Conselho de Administração, a convite desse Órgão de Gestão.

O Conselho Fiscal reuniu também várias vezes com o Auditor Externo.



Parecer

O Conselho analisou o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Demonstração das Mutações dos Fundos Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e os respectivos Anexos, os quais, satisfazendo os preceitos legais e estatutários, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício, apresentando de forma correcta a situação financeira do Banco, tal como consta no Relatório e Parecer do Auditor Externo, com reservas no âmbito do processo das bonificações do crédito à habitação (anos 2012 a 2015) e ênfases relacionadas com (1) o mercado imobiliário de Cabo Verde, (2) saldos com antiguidade significativa, a receber da Direção Geral do Tesouro, (3) correcções à matéria colectável (exercícios 2005 a 2014) efetuadas pelas Autoridades Fiscais, (4) duas acções judiciais interpostas e (5) aplicação do novo código de IRPC.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas correspondem à correcta avaliação do património social.

O Conselho procedeu também à apreciação do Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração do Banco, bem como a proposta de Aplicação de Resultados.

Em termos de Demonstração de Resultados, o Banco apresentou uma evolução positiva, relativamente a período homólogo, consubstanciada no aumento de 24% dos resultados líquidos, expressos em CVE.

Neste enquadramento, salienta-se a boa performance das seguintes rúbricas:

- Margem financeira, +5,8%
- Produto bancário, +2,2%

De salientar a evolução negativa da margem complementar, -6,5%.

Os indicadores que caracterizam a rentabilidade e a solvabilidade do BCA, apresentam os seguintes valores:

- Rentabilidade de Capitais Próprios (ROAE), 7,6%,
- Rentabilidade dos Activos (ROAA), 0,5%
- Solvabilidade regulamentar, 15,7%.

Como resultado, verificou-se uma melhoria da situação patrimonial do Banco, traduzida nas taxas de crescimento das seguintes rúbricas:

- Activo total, +8,1%

- Depósito de clientes, + 9,9%.

Em contrapartida o crédito em carteira, líquido de imparidades, sofreu uma redução de 0,8%.

Relativamente à gestão da carteira de crédito, o Conselho tomou conhecimento de uma inspecção realizada pelo Banco de Cabo Verde, em Setembro de 2015, visando com especial destaque o nível de provisionamento regulamentar de mutuários, previamente identificados, mas sem esquecer as imparidades constituídas, tendo culminado num relatório em que o BCA apresentou os seus comentários e/ou esclarecimentos que se impunham.

Igualmente há a registar a alteração da periodicidade do processo de auditoria externa ao modelo de imparidades, de anual para semestral, o que seguramente irá conferir maior integridade à ferramenta de apuramento das perdas por imparidade.

A partir de Outubro de 2015, o BCA passou a trabalhar o crédito vencido de forma centralizada num único gabinete criado para o efeito, o Gabinete de Recuperação de Créditos (GRE), que passou a depender directamente da Administração do BCA.

Em 2015, de entre os diplomas legais e regulamentares que foram publicados, merecem relevo os Avisos do BCV, nº 04/2015, sobre Planos de Recuperação, e nº 05/2015, sobre Planos de Resolução.

Com o objectivo de garantir a conformidade com a legislação citada, foi feita a identificação das medidas necessárias a implementar, visando a prevenção dos riscos de incumprimento dos deveres legais e regulamentares contidos nos Avisos referidos. Neste contexto foram aprovados os Planos de Resolução e

Recuperação em sede de Conselho de Administração, no dia 29 de Fevereiro de 2016.

Relativamente ao Risco de Compliance verificou-se que o GFC, apesar de ter registado melhorias significativas nos seus processos e métodos de trabalho, ainda não tem em funcionamento uma ferramenta de Filtering & Profiling que permita a análise e detecção de eventos de risco em regime de "on line". Tal ferramenta já foi adjudicada aguardando-se a sua implementação durante o ano de 2016.

No que diz respeito ao Risco Operacional, a definição da implementação do sistema de gestão do risco operacional e controlo interno (ROCI) iniciada em 2010, está alinhada com o modelo de Governação Corporativa da Caixa Geral de Depósitos (CGD) , a qual vem assegurando o acompanhamento técnico necessário para a conclusão eficaz do mesmo. Até 2014, para a mitigação dos riscos operacionais, o BCA apenas utilizava a técnica de recolha de eventos, perdas e recuperações para os relatórios.
O BCA garante a conclusão da implementação do sistema de gestão de Risco Operacional até ao final de 2016, para cumprir com as obrigações regulamentares de reporte ao Banco Central Europeu através da CGD.

No âmbito da segurança da infraestrutura técnica entrou em funcionamento em 2015 um novo Hardware Central iSeries (AS/400), que vem possibilitando maior capacidade de processamento, e um nível de segurança e redundância superior ao anterior.

A rede nacional de balcões atingiu, em 2015, as 34 unidades, que incluem 4 Gabinetes de Empresa.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização do Banco.

Neste contexto, e com base na informação prestada pelo Órgão de Gestão do BCA, o Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Financeiras supra citadas e o Relatório de Gestão, bem como a Proposta de Aplicação de

5

Resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Accionistas:

a) Aprove o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;

b) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados;

c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade, e delas tire as necessárias conclusões.

O Conselho deseja, ainda, manifestar ao Conselho de Administração, aos Serviços do Banco e ao Auditor Externo o seu apreço pela prestimosa colaboração prestada.

Cidade da Praia, 01 de Março de 2016

O CONSELHO FISCAL

António José do Nascimento Ribeiro

Presidente

Maria de Fátima Oliveira de Melo Fernandes Sanchas

Vogal

José Ricardo Vaz Fernandes Benoliel

Vogal

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. ("Banco" ou "BCA"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de mCve. 80.825.027 e um capital próprio de mCve. 4.870.864, incluindo um resultado líquido de mCve. 368.830, as Demonstrações dos resultados, dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 36).

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | CRC Lisboa, Matrícula e NIPC: 501 776 311
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

DT

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Bases para a Opinião com Reservas

6. Conforme descrito na Nota 14, em 31 de dezembro de 2015 o Banco tem registadas bonificações a receber do Estado no montante de mCve. 823.725 (mCve. 838.503 em 31 de dezembro de 2014). Tendo por base uma auditoria externa efetuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a Direção Geral do Tesouro (DGT) questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em novembro de 2012, a DGT comunicou ao Banco que iria assumir o pagamento de mCve. 168.133 relativo a bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2000 e 2007, tendo considerado não elegíveis bonificações reclamadas no montante de mCve. 102.098. Adicionalmente, a DGT confirmou o montante de mCve. 208.564 relativo às bonificações do crédito à habitação do período entre 2008 e 2011, face a um total reclamado de mCve. 277.728. O Banco decidiu reconhecer o custo relativo às operações identificadas como não elegíveis de forma faseada a partir do exercício de 2012, tendo reconhecido gastos de mCve. 34.252 em cada um dos exercícios entre 2012 e 2014, e mCve. 68.506 no exercício de 2015 (Nota 22), pelo que em 31 de dezembro de 2015 os resultados transitados encontram-se sobreavaliados e os resultados do exercício subavaliados em mCve. 68.506. No que se refere às bonificações de operações de crédito à habitação de 2012 a 2015, cujo valor reclamado e imparidade registada ascendem a mCve. 243.099 e mCve. 33.409, respetivamente, a outras bonificações, cujo montante ascende a mCve. 203.929 e outros valores a receber do Estado no montante de mCve. 29.561, ainda se encontram em curso negociações entre as partes com vista à quantificação das operações elegíveis. Os montantes apresentados acima resultam de informações prestadas pelo Banco e da informação obtida na auditoria do ano anterior, uma vez que até à data de conclusão do nosso trabalho, não obtivemos a resposta da DGT ao nosso pedido de confirmação de saldos em 31 de dezembro de 2015. Face ao exposto, não nos é possível quantificar a imparidade adicional necessária para fazer face à parte do saldo de bonificações a receber registado em 31 de dezembro de 2015 que poderá não ser recebida pelo Banco.

Opinião

7. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

8. A carteira de crédito do Banco em 31 de dezembro de 2015 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do setor imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. O Banco tem em curso medidas com vista à recuperação destes créditos e, na generalidade das situações, tem hipotecas sobre os respetivos terrenos ou imóveis. Neste contexto, o Banco tem vindo a receber por dação em cumprimento de créditos vencidos ou por via de execução judicial, imóveis que se encontram registados na rubrica "Outros ativos – bens arrematados" e cujo montante líquido de imparidade em 31 de dezembro de 2015 ascende a mCve. 998.465 (Nota 14). A concretização das expetativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito e aos imóveis, a qual reflete normalmente descontos face aos valores de avaliação, está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde, dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso e do sucesso dos esforços a desenvolver pelo Banco ao nível da comercialização dos imóveis recuperados.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

9. Em 31 de dezembro de 2015 o Banco tem registados na rubrica "Outros ativos" valores a receber do Estado de Cabo Verde (Estado) no montante de mCve. 559.149 (mCve. 572.981 em 31 de dezembro de 2014), alguns dos quais com antiguidade significativa. Apesar destes saldos terem sido confirmados pela Direção Geral do Tesouro na resposta ao pedido de confirmação de saldos realizado com referência a 31 de dezembro de 2014, incluindo os relativos a bonificações até 2011 mencionados no parágrafo 6 acima, continuam a não se encontrar definidos os termos para a sua liquidação. De acordo com o Conselho de Administração, encontram-se em curso negociações com o Estado com vista ao estabelecimento de um plano de reembolso, sendo sua convicção que da conclusão dessas negociações não resultarão impactos materialmente relevantes para a situação patrimonial do Banco.

10. Conforme descrito na Nota 13, as Autoridades Fiscais de Cabo Verde efetuaram um conjunto de correções à matéria coletável do Banco dos exercícios de 2005 a 2014, que incluíram a não aceitação de custos do exercício com pensões e assistência médica e das correspondentes variações patrimoniais de 2009 a 2013 decorrentes dos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O Banco não reconheceu quaisquer custos relativos a estas correções, dado ser entendimento do Conselho de Administração e dos seus consultores legais que os procedimentos adotados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, pelo que apresentou reclamação formal quanto às referidas correções. A reclamação relativa à primeira liquidação adicional recebida, referente ao exercício de 2008, foi indeferida pelas Autoridades Fiscais, tendo o Banco impugnado judicialmente esta decisão. Em dezembro de 2013, o Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento deliberou considerar a impugnação totalmente procedente, dando como anulado o ato de fixação da matéria coletável de 2008 e correspondente liquidação. Em fevereiro de 2014, as Autoridades Fiscais apresentaram recurso desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça, encontrando-se o processo em curso nesta data. Em 31 de dezembro de 2015, o impacto total da contingência não provisionada associada a estas correções ascende a mCve. 1.177.585, tal como explicado em maior detalhe na Nota 13, incluindo um montante de mCve. 894.857 já pago pelo Banco e registado em "Ativos por impostos correntes". É convicção do Conselho de Administração que o desfecho deste processo será favorável ao Banco, razão pela qual não foram registados quaisquer custos relacionados com esta contingência nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015.

11. Conforme descrito na Nota 30, em novembro de 2013 o Conselho de Administração decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, com vista à sua sustentabilidade, tendo introduzido novas regras para apuramento dos benefícios com reforma. Estas alterações originaram uma redução das responsabilidades de mCve. 914.405. No exercício de 2014 foram interpostas duas ações judiciais com vista a declarar a nulidade das referidas alterações introduzidas pelo Banco. Ainda em 2014 o Banco apresentou a sua contestação a essas ações, encontrando-se atualmente a aguardar decisão do Tribunal da Praia. O Conselho de Administração do Banco, tendo por base a informação dos seus advogados e os argumentos e fundamentos apresentados na contestação submetida, considera que irá ganhar as referidas ações.

DT

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

12. Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito e benefícios dos empregados. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC e o parecer dos seus consultores legais, nomeadamente quanto às matérias acima indicadas e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Lisboa, 15 de março de 2016

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ATIVO	Notas	2015 Ativo bruto	2015 Imparidade e amortizações	2015 Ativo líquido	2014 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	2.754.231	-	2.754.231	5.957.130
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	830.451	-	830.451	859.313
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	6.862.732	(10.841)	6.851.891	7.247.035
Aplicações em instituições de crédito	6	20.487.143	-	20.487.143	11.960.058
Títulos de dívida pública	7	6.915.769	-	6.915.769	6.425.709
Crédito a clientes	8	41.534.626	(4.023.047)	37.511.579	37.805.109
Propriedades de investimento	9	1.529	(104)	1.425	1.425
Outros ativos tangíveis	10	4.188.421	(2.059.417)	2.129.004	2.081.504
Ativos intangíveis	11	295.741	(272.366)	23.375	19.370
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjun	12	308.576	-	308.576	281.545
Ativos por impostos correntes	13	894.857	-	894.857	846.226
Ativos por impostos diferidos	13	2.504	-	2.504	2.448
Outros ativos	14	2.354.007	(239.785)	2.114.222	1.314.124
Total de ativos		87.430.587	(6.605.560)	80.825.027	74.800.996

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2015	2014
Recursos de outras instituições de crédito	15	775.677	975.623
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	69.097.136	62.866.451
Provisões	17	5.299.542	5.243.401
Passivos por impostos diferidos	13	155.963	131.854
Outros passivos subordinados	18	197.704	296.976
Outros passivos	19	428.141	426.783
Total do passivo		75.954.163	69.941.088
Capital	20	1.318.648	1.318.648
Reservas de reavaliação	21	15.620	360.713
Outras reservas e resultados transitados	21	3.167.766	2.883.232
Resultado do exercício	21	368.830	297.315
Total do capital próprio		4.870.864	4.859.908
Total do passivo e do capital próprio		80.825.027	74.800.996

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	22	3.770.607	3.577.658
Juros e encargos similares	23	(1.832.741)	(1.746.304)
MARGEM FINANCEIRA		**1.937.866**	**1.831.354**
Rendimentos de instrumentos de capital	24	134.859	209.481
Rendimentos com serviços e comissões	25	400.749	386.588
Encargos com serviços e comissões	25	(39.784)	(41.655)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		58	-
Resultados de reavaliação cambial	26	140.720	128.706
Resultados de alienação de outros ativos	27	5.133	(10.575)
Outros resultados de exploração	28	67.850	86.112
PRODUTO BANCÁRIO		**2.647.451**	**2.590.011**
Custos com pessoal	29	(1.271.035)	(1.277.134)
Gastos gerais administrativos	31	(669.617)	(720.366)
Amortizações do exercício	10 e 11	(189.912)	(187.131)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	-	28.513
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(116.971)	(221.721)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	17	(71.036)	6.671
Resultados em empresas associadas	12	39.950	78.473
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**368.830**	**297.315**
Impostos sobre lucros			
Correntes	13	-	-
Diferidos	13	-	-
		-	**-**
Resultado do Exercício		**368.830**	**297.315**
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.324.765	1.324.765
Resultado por Acção		0,27841	0,22443

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2015	2014
Resultado não incluído na demonstração de resultados		
Rubricas que não serão reclassificadas para a demonstração de resultados:		
Desvios atuariais e financeiros relativos a encargos com pensões (Nota 2.3)		
Variação ocorrida no exercício	82.615	9.047
Efeito fiscal	(21.067)	11.977
Alterações nos investimentos em associadas		
Variação ocorrida no exercício	-	82.113
Efeito fiscal	-	(945)
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados:		
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	(342.108)	(28.875)
Efeito fiscal	(2.985)	(679)
Resultado não incluído na demonstração de resultados	(283.545)	72.638
Resultado do exercício	368.830	297.315
Total do rendimento integral do exercício	85.285	369.953

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

			Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.318.648	390.267	726.508	3.009.864	(1.174.876)	2.561.496	219.544	4.489.955
Distribuição do resultado do exercício de 2013:								
Incorporação em reservas	-	-	21.955	197.589	-	219.544	(219.544)	-
Rendimento integral do exercício	-	(29.554)	-	102.192	-	102.192	297.315	369.953
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1.318.648	360.713	748.463	3.309.645	(1.174.876)	2.883.232	297.315	4.859.908
Distribuição do resultado do exercício de 2014:								
Incorporação em reservas	-	-	29.732	193.254	-	222.986	(222.986)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(74.329)	(74.329)
Rendimento integral do exercício	-	(345.093)	-	61.548	-	61.548	368.830	85.285
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.318.648	15.620	778.195	3.564.447	(1.174.876)	3.167.766	368.830	4.870.864

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	3.927.145	3.798.660
Pagamento de juros e comissões	(1.851.304)	(1.677.208)
Recuperação de crédito e juros vencidos	294.829	176.998
Resultados cambiais	140.720	128.705
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.541.123)	(1.653.024)
Pagamentos de pensões e assistência médica	(218.571)	(197.359)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	124.720	(9.306)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(48.631)	(38.005)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	827.785	529.461
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(8.513.995)	(150.434)
Créditos sobre clientes	156.242	1.102.746
Títulos de dívida pública	(508.993)	(1.836.813)
Outros ativos	(979.888)	(27.332)
	(9.846.634)	(911.833)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(196.158)	235.021
Recursos de clientes	6.205.539	3.798.434
Outros passivos subordinados	(98.893)	(102.041)
Outros passivos	9.172	(84.932)
	5.919.660	3.846.482
Caixa líquida das atividades operacionais	(3.099.189)	3.464.110
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(15.300)	123.497
Ativos intangíveis	(11.381)	(17.776)
Outros ativos tangíveis	(247.732)	(170.340)
Dividendos recebidos	216.170	208.657
Caixa líquida das atividades de investimento	(58.243)	144.038
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(74.329)	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	(74.329)	-
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(3.231.761)	3.608.148
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	6.816.443	3.208.295
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.584.682	6.816.443

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de dezembro de 2005, as ações do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas atividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 34 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2016, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2015	2014
1 USD	101,067	90,825

c) Ativos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. O Banco não tem ativos de "trading" ou outros ativos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de "Empréstimos e contas a receber":

- Ações de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação".No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Os rendimentos a receber dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira são refletidos no Balanço na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda".

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados na categoria de "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;

- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

d) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base coletiva quanto aos ativos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efetua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou empresas que apresentem incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Setor Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem ser revertidas.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

f) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respetivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros ativos”.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica “Outros resultados de exploração”.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

h) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

i) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas controladas (“filiais”) e empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao registo de responsabilidades com benefícios dos empregados e à valorização de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade do Banco.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

As responsabilidades com pensões de reforma do Banco são regulamentadas, ainda em regime transitório, pelo Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, de 1 de dezembro de 1990, com as alterações introduzidas em 2013 (Nota 30). Nos termos deste Estatuto, o Banco assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma aos empregados que reúnam as condições previstas neste documento.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respetivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal). É ainda da responsabilidade do Banco a dotação dos montantes adicionais necessários para a cobertura integral das responsabilidades.

O Banco não tem responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efetivo a partir de julho de 1998, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu ainda o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários, para os empregados que passaram ao quadro efetivo até junho de 1998. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respetivamente, da massa salarial.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde ao valor atual das responsabilidades. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 30). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade (ou, na sua ausência, títulos de dívida pública), denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Em 2013, na sequência da entrada em vigor da revisão da norma IAS 19 – Benefícios dos empregados, o Banco passou a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente no capital próprio.

Para a cobertura das responsabilidades com pensões, o Banco dispõe de uma provisão para pensões e encargos similares, registada na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – pensões de reforma", do passivo.

As responsabilidades definidas com base na avaliação atuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde, são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 17).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros é refletido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O Banco reconhece através de rendimentos e custos o efeito de cortes ("curtailments") ocorridos nos planos de benefícios definidos, o qual incorpora qualquer alteração resultante no valor presente da obrigação de benefícios definidos.

O Banco considera a existência de um curtailment sempre que:

a) esteja demonstravelmente comprometido a fazer uma redução material no número de empregados cobertos por um plano; ou
b) altere os termos de um plano de benefícios definidos de forma tal que um elemento material do serviço futuro dos empregados correntes deixará de se qualificar para benefícios, ou se qualificará apenas para benefícios reduzidos.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em custos.

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em rendimentos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital valorizados ao custo histórico, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. d)).

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.2. m), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do IRPC que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito e benefícios dos empregados. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC e o parecer dos seus consultores legais, nomeadamente quanto às matérias acima indicadas e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Conforme referido na Nota 13, em 31 de dezembro de 2015 existem contingências não provisionadas relativas a correções efetuadas pelas Autoridades Fiscais ao lucro tributável de anos anteriores, dado o Banco considerar que os procedimentos que adotou estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde.

r) Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de dezembro de 2015.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-Jun14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de

		cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

A adoção destas normas não teve um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, já se encontram aprovadas e são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	01-fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	01-fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de *vesting condition*; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	01-jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	01-jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – *"Disclosure Iniciative"*	01-jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	01-jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	01-jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	01-jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospetivamente
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	01-jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	01-jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

Os impactos da aplicação destas normas, nomeadamente no que respeita à IFRS 9, serão objeto de avaliação futura pelo Banco.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa		
. Moeda nacional	510.295	528.458
. Moeda estrangeira	524.501	603.129
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	1.718.419	4.824.560
. Moeda estrangeira	1.016	983
	2.754.231	5.957.130

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 15% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Em 31 de dezembro de 2014, o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa correspondia a 18%. Em 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2015 e 2014, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país		
. Caixa Económica de Cabo Verde	996	996
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	177.837	74.252
. Novo Banco, S.A.	84.396	91.998
. Citibank	66.851	32.438
. Unicredito Italiano SpA	20.550	65.657
. Outras	295.394	218.058
	646.024	483.399
Cheques a cobrar:		
Sobre o país	71.053	271.530
Sobre o estrangeiro	109.557	100.598
	180.610	372.128
Outras disponibilidades	3.817	3.786
	830.451	859.313

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira		
. Justo valor	6.441.341	6.786.988
. Rendimentos a receber	341.197	394.233
	6.782.538	7.181.221
Instrumentos de capital	80.194	76.655
Imparidade (Nota 17)	(10.841)	(10.841)
	6.851.891	7.247.035

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

			2015			2014		
Título	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor								
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	56,49%	6.433.170	6.782.538	8.171	-	7.181.221	353.818	-
Visa International Service Association	n.d.	1.314	14.108	12.794	-	10.569	9.255	-
		6.434.484	6.796.646	20.965	-	7.191.790	363.073	-
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico								
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	39.159	-	(10.841)	39.159	-	(10.841)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,65%	10.133	10.133	-	-	10.133	-	-
Fundo G.A.R.I.	0,19%	4.203	4.203	-	-	4.203	-	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,63%	1.750	1.750	-	-	1.750	-	-
		66.086	55.245	-	(10.841)	55.245	-	(10.841)
		6.500.570	6.851.891	20.965	(10.841)	7.247.035	363.073	(10.841)

n.d. - não disponível

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objetivo de valorização dos seus ativos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. Neste sentido, o Banco regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" (Nota 24);

- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;

- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transacionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua atividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transacionados sem restrições.

Os rendimentos dos TCMF relativos ao exercício de 2013 foram recebidos em dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, os rendimentos a receber referem-se aos exercícios de 2014 e 2015.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de regularização monetária	282.000	125.000
- Títulos de intervenção monetária	1.000.000	1.520.000
- Aplicações a muito curto prazo	15.350.000	9.400.000
	16.632.000	11.045.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Aplicações a muito curto prazo		
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.	202.134	366.488
- Novo Banco, S.A.	463.113	201.090
. Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.889.830	337.328
- Novo Banco, S.A.	275.663	-
. Contas caução		
- Outras instituições de crédito no exterior	11.452	10.292
	3.842.192	915.198
Juros a receber	13.231	217
Proveitos diferidos	(280)	(357)
	20.487.143	11.960.058

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Obrigações do Tesouro		
Valor Nominal	6.808.937	6.169.285
Juros a receber	106.832	101.573
	6.915.769	6.270.858
Bilhetes do Tesouro		
Valor Nominal	-	155.000
Proveitos diferidos	-	(149)
	-	154.851
	6.915.769	6.425.709

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascende, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a mCve. 100 (Nota 16).

8. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	17.020	46.977
. Créditos em conta corrente	1.518.999	2.088.740
. Descobertos em depósitos à ordem	141.776	101.178
. Cartões de crédito	126.874	105.576
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	27.931.585	26.941.652
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	-	3.600
. Créditos em conta corrente	700	16.273
. Descobertos em depósitos à ordem	2.078	2.705
. Cartões de crédito	6.341	4.702
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	263.477	306.840
. Créditos em conta corrente	49.992	-
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3.547.854	3.925.922
Crédito ao pessoal	1.952.646	1.958.348
	35.559.342	35.502.513
Juros a receber	166.729	191.578
Comissões e outros proveitos diferidos	(244.012)	(222.006)
Custos diferidos	2.241	2.482
Crédito e juros vencidos	6.050.326	6.507.259
	41.534.626	41.981.826
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(4.023.047)	(4.176.717)
	37.511.579	37.805.109

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados)” reflete o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c) i) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2015	2014	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	663.751	663.751	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14-06-2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	637.951	637.951	27-07-2020
Câmara Municipal da Praia	321.348	342.771	23-07-2030
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche C	178.731	178.731	07-01-2019
Câmara Municipal do Sal	116.450	128.095	15-07-2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	66.569	66.569	18-02-2014
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	59.687	59.687	31-07-2019
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	45.147	40.147	11-10-2017
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. - Série E	-	350.000	06-08-2015
	3.547.854	3.925.922	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. As obrigações emitidas pela ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. têm como garantia uma carta conforto emitida pelo Estado de Cabo Verde.

Em 31 de dezembro de 2015, as obrigações emitidas pela Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. e pela Cabo Verde Fast Ferry, S.A. encontram-se em incumprimento com o pagamento de cupões de juros desde agosto de 2013 e agosto de 2011, respetivamente. No início do exercício de 2015 foi acordada a dação em cumprimento do crédito titulado emitido pela Tecnicil – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. através da entrega de três lotes de terreno de 6.210 metros quadrados, 90.000 metros quadrados e 8.300 metros quadrados sitos em Praia Negra, Achada Grande Trás e na Orla da Praia Negra, cidade da Praia, Ilha de Santiago, respetivamente, cujo valor de avaliação realizada em novembro de 2014 por entidade especializada ascende a mCve. 503.430.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito vivo com aval do Estado de Cabo Verde ascende a mCve. 3.373.593 e mCve. 3.435.657, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	31.12.2015								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	6.039	5.411	11.450	6.039	5.411	11.450
Pesca	-	-	-	9.500	8.027	17.527	9.500	8.027	17.527
Indústrias extractivas	-	-	-	44.334	27.006	71.340	44.334	27.006	71.340
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	44.334	27.006	71.340	44.334	27.006	71.340
Indústrias transformadoras	-	-	-	734.029	403.250	1.137.279	734.029	403.250	1.137.279
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	176.737	126.255	302.992	176.737	126.255	302.992
Indústria têxtil	-	-	-	21.436	473	21.909	21.436	473	21.909
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	1.332	92	1.424	1.332	92	1.424
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	57.534	-	57.534	57.534	-	57.534
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	90.894	830	91.724	90.894	830	91.724
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	6.989	8.565	15.554	6.989	8.565	15.554
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	78.753	34.757	113.510	78.753	34.757	113.510
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	285.537	218.185	503.722	285.537	218.185	503.722
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	14.817	14.093	28.910	14.817	14.093	28.910
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	453.211	241.655	694.866	453.211	241.655	694.866
Construção	81.844	-	81.844	1.021.629	548.851	1.570.480	1.103.473	548.851	1.652.324
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.410.670	249.110	2.659.780	2.410.670	249.110	2.659.780
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	1.217.353	75.604	1.292.957	1.217.353	75.604	1.292.957
Transportes, armazenagem e comunicações	329	-	329	1.289.621	2.355.837	3.645.458	1.289.950	2.355.837	3.645.787
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	392.329	83.955	476.284	392.329	83.955	476.284
Actividades financeiras	-	-	-	347.864	-	347.864	347.864	-	347.864
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	345.864	-	345.864	345.864	-	345.864
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	2.000	-	2.000	2.000	-	2.000
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	1.881.675	5.051	1.886.726	1.881.675	5.051	1.886.726
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.881.675	5.051	1.886.726	1.881.675	5.051	1.886.726
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	418.998	3.228	422.226	418.998	3.228	422.226
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	15.073	32.410	47.483	15.073	32.410	47.483
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.628.645	233	1.628.878	5.638	10	5.648	1.634.283	243	1.634.526
Educação	-	15	15	2.887	82.043	84.930	2.887	82.058	84.945
Saúde e segurança social	-	-	-	265.165	4.188	269.353	265.165	4.188	269.353
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	766.077	2	766.079	840.467	9.649	850.116	1.606.544	9.651	1.616.195
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2.278	-	2.278	2.278	-	2.278
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	23	-	23	23	-	23
	2.476.895	250	2.477.145	11.358.783	4.135.285	15.494.068	13.835.678	4.135.535	17.971.213
Particulares									
Habitação	-	-	-	13.884.735	1.314.131	15.198.866	13.884.735	1.314.131	15.198.866
Outros fins	-	-	-	4.291.075	600.660	4.891.735	4.291.075	600.660	4.891.735
	-	-	-	18.175.810	1.914.791	20.090.601	18.175.810	1.914.791	20.090.601
	2.476.895	250	2.477.145	29.534.593	6.050.076	35.584.669	32.011.488	6.050.326	38.061.814

	31.12.2014								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	7.051	6.646	13.697	7.051	6.646	13.697
Pesca	-	-	-	183	8.072	8.255	183	8.072	8.255
Indústrias extractivas	-	-	-	28.554	27.094	55.648	28.554	27.094	55.648
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	28.554	27.094	55.648	28.554	27.094	55.648
Indústrias transformadoras	-	-	-	634.588	152.538	787.126	634.588	152.538	787.126
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	234.908	87.416	322.324	234.908	87.416	322.324
Indústria têxtil	-	-	-	18.959	2.329	21.288	18.959	2.329	21.288
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	200	-	200	200	-	200
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	60.442	-	60.442	60.442	-	60.442
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	662	-	662	662	-	662
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	-	830	830	-	830	830
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	43.632	5.842	49.474	43.632	5.842	49.474
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	256.865	41.928	298.793	256.865	41.928	298.793
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	18.920	14.193	33.113	18.920	14.193	33.113
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	564.132	19	564.151	564.132	19	564.151
Construção	37.027	-	37.027	1.271.915	234.140	1.506.055	1.308.942	234.140	1.543.082
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.431.986	675.401	3.107.387	2.431.986	675.401	3.107.387
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	684.056	168.453	852.509	684.056	168.453	852.509
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	1.363.952	400.027	1.763.979	1.363.952	400.027	1.763.979
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	743.202	41.086	784.288	743.202	41.086	784.288
Actividades financeiras	-	-	-	365.944	196	366.140	365.944	196	366.140
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	365.941	196	366.137	365.941	196	366.137
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	3	-	3	3	-	3
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	1.550.822	2.180.843	3.731.665	1.550.822	2.180.843	3.731.665
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.550.822	2.180.843	3.731.665	1.550.822	2.180.843	3.731.665
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	366.335	203.990	570.325	366.335	203.990	570.325
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	22.166	1.353	23.519	22.166	1.353	23.519
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.381.179	1	1.381.180	7.039	-	7.039	1.388.218	1	1.388.219
Educação	-	15	15	3.618	3.158	6.776	3.618	3.173	6.791
Saúde e segurança social	-	-	-	275.489	12.056	287.545	275.489	12.056	287.545
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	709.099	188	709.287	726.380	465.840	1.192.220	1.435.479	466.028	1.901.507
Familias com empregados domésticos	-	-	-	1.751	116	1.867	1.751	116	1.867
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	275	-	275	-	3.103	3.103	275	3.103	3.378
	2.127.580	204	2.127.784	11.049.163	4.584.131	15.633.294	13.176.743	4.584.335	17.761.078
Particulares									
Habitação	-	-	-	14.387.262	1.294.531	15.681.793	14.387.262	1.294.531	15.681.793
Outros fins	-	-	-	4.012.586	628.393	4.640.979	4.012.586	628.393	4.640.979
	-	-	-	18.399.848	1.922.924	20.322.772	18.399.848	1.922.924	20.322.772
	2.127.580	204	2.127.784	29.449.011	6.507.055	35.956.066	31.576.591	6.507.259	38.083.850

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é composta de terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de “Outros ativos tangíveis” na transição para as NIRF.

10. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros ativos tangíveis” nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015						
	Saldo em 31.12.2014						
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2015
Imóveis de serviço próprio							
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	2.081.521	(626.280)	13.434	-	(35.394)	(3.936)	1.429.345
Obras em imóveis arrendados	408.732	(240.356)	-	-	(31.202)	-	137.174
Equipamento							
Mobiliário e material de escritório	267.365	(180.403)	256	4.553	(20.345)	(1.391)	70.035
Máquinas e ferramentas	57.332	(48.825)	2.315	-	(3.494)	(445)	6.883
Equipamento informático	482.560	(433.458)	67.219	13.709	(31.585)	84	98.529
Instalações interiores	183.213	(130.055)	1.892	33	(16.105)	(1)	38.977
Material de transporte	197.843	(129.951)	21.930	-	(24.876)	(4.487)	60.459
Equipamento de segurança	108.059	(47.289)	16.267	4.025	(11.700)	(5)	69.357
Outro equipamento	126.641	(105.227)	8.490	1.804	(7.834)	(150)	23.724
Ativos tangíveis em curso	35.048	-	108.563	(24.124)	-		119.487
	4.023.348	(1.941.844)	240.366	-	(182.535)	(10.331)	2.129.004

	2014							
	Saldo em 31.12.2013							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe-rências	Reclassi-ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2014
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.940.253	(593.696)	-	141.268	-	(32.583)	-	1.455.242
Obras em imóveis arrendados	408.632	(208.900)	100	-	-	(31.456)	-	168.376
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	237.648	(168.575)	36.500	-	-	(18.605)	(7)	86.961
Máquinas e ferramentas	56.005	(46.828)	3.266	-	-	(3.935)	-	8.508
Equipamento informático	449.932	(410.287)	25.282	8.576	-	(23.226)	(1.175)	49.102
Instalações interiores	156.093	(127.292)	2.903	32.959	-	(11.285)	(221)	53.157
Material de transporte	197.526	(110.761)	16.117	-	-	(31.580)	(3.410)	67.892
Equipamento de segurança	72.777	(40.188)	22.060	13.222	-	(7.101)	-	60.770
Outro equipamento	118.692	(99.195)	687	7.411	-	(6.181)	-	21.414
Ativos tangíveis em curso	175.059	-	68.986	(203.436)	(5.561)	-	-	35.048
	3.887.651	(1.805.722)	175.901	-	(5.561)	(165.952)	(4.813)	2.081.504

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos tangíveis em curso referem-se essencialmente a obras em curso em agências do Banco e à aquisição de equipamento informático que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 (Nota 17).

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015					
	Saldo em 31.12.2014					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe-rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2015
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	278.655	(264.976)	2.415	5.561	(7.377)	14.278
Outros ativos intangíveis	13	(13)	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	5.691	-	8.967	(5.561)	-	9.097
	284.359	(264.989)	11.382	-	(7.377)	23.375

	2014						
	Saldo em 31.12.2013						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe-rências	Reclassi-ficações	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2014
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	266.570	(243.797)	11.671	414	-	(21.179)	13.679
Outros ativos intangíveis	13	(13)	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	544	(414)	5.561	-	5.691
	266.583	(243.810)	12.215	-	5.561	(21.179)	19.370

12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015						
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100.000	203.180	31-12-2015[1]	2.929.318	106.612	1.079.461
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	61.118	31-12-2015[1]	874.956	139.921	610.856
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15.000	12.382	31-12-2015[1]	84.435	(6.402)	82.551
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	100%	30.000	31.896	31-12-2015[1]	302.762	725	32.839
		155.000	308.576				

[1] Demonstrações financeiras provisórias

Entidade	2014 % de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100.000	193.999	31-12-2014[1]	2.964.336	168.144	1.022.883
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	58.361	31-12-2014[1]	830.740	160.368	583.607
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15.000	13.314	31-12-2014[1]	89.337	(7.209)	88.758
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	49%	14.700	15.871	31-12-2014[1]	318.244	1.081	32.390
		139.700	281.545				

[1] Demonstrações financeiras provisórias

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

Em 30 de abril de 2014, o Banco vendeu 20.000 ações, representativas de 10% do capital social da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia), pelo montante de mCve. 123.497, passando a deter uma percentagem de participação no capital de 25% A operação gerou o reconhecimento de uma mais-valia de mCve. 66.884, registada na rubrica “Resultados em empresas associadas”, da demonstração de resultados.

Em 8 de maio de 2014, a Garantia vendeu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) 89.504 ações representativas de 6,576% do capital social do Banco, pelo montante de mCve 313.635, reduzindo a sua participação no Banco de 12,5% para 5,76%. A operação gerou uma redução do valor de balanço no montante de mCve. 22.376, a qual foi registada por contrapartida de Capital Próprio. Adicionalmente, a venda dessa participação originou uma mais-valia nas contas da Garantia que foi registada pelo Banco por contrapartida de Capital Próprio na proporção da sua participação na Garantia ascendendo a cerca de mCve. 56.000.

A participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 14.700 ações da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 49% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por ação. Esta Sociedade iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

No exercício de 2015 o Banco adquiriu 15.300 ações da Promoleasing por mCve 15.300, passando a deter a totalidade do capital social.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objeto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 ações com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os acionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de ações da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de dezembro. Em 23 de dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de atividade da Sociedade, a qual data de 18 de dezembro de 2014.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2015 e 2014 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	CVGARANTE	Promoleasing	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	192.861	54.275	15.000	6.184	268.320
Venda parcial da participação	(34.237)	-	-	-	(34.237)
Movimentos registados diretamente por contrapartida de capital próprio	56.033	-	-	-	56.033
Resultados em associadas	(12.419)	16.005	(1.686)	9.687	11.587
Dividendos recebidos	(8.239)	(11.919)	-	-	(20.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	193.999	58.361	13.314	15.871	281.545
Custo de aquisição	-	-	-	15.300	15.300
Resultados em associadas	26.271	13.886	(932)	725	39.950
Dividendos recebidos	(17.090)	(11.129)	-	-	(28.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	203.180	61.118	12.382	31.896	308.576

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

	2015	2014
Ativos por impostos correntes de anos anteriores		
. IUR a recuperar	758.005	747.389
. Retenções na fonte	98.837	77.352
	856.842	824.741
Ativos por impostos correntes do exercício		
. Pagamento especial por conta	28.310	-
. Retenções na fonte	9.705	21.485
	38.015	21.485
	894.857	846.226
Ativos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	2.504	2.448
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(155.963)	(131.854)
	(153.459)	(129.406)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2014	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2015
Ajustamentos de conversão para as NIRF	137	-	-	137
Movimentos efetuados por reservas				
Desvios atuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica	(122.198)	(21.067)	-	(143.265)
Valorização de investimentos em associadas	(4.985)	-	-	(4.985)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.360)	(2.986)	-	(5.346)
	(129.406)	(24.053)	-	(153.459)

	2014			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2013	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2014
Ajustamentos de conversão para as NIRF	137	-	-	137
Movimentos efetuados por reservas				
Desvios atuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica	(134.175)	11.977	-	(122.198)
Valorização de investimentos em associadas	(4.040)	(945)	-	(4.985)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.681)	(679)	-	(2.360)
	(139.759)	10.353	-	(129.406)

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de janeiro de 2008 com efeitos no capital próprio, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorreram para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa de nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

	2015		2014	
Resultado antes de impostos		368.830		297.315
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	94.052	25,50%	75.815
Benefícios fiscais:				
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	-8,25%	(30.444)	-11,11%	(33.028)
. Donativos	-0,26%	(962)	-0,26%	(773)
. Rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	0,00%	-	-17,87%	(53.130)
. Valias realizadas com a alienação de partes de capital	0,00%	-	-5,74%	(17.055)
. Dividendos	0,00%	-	-0,02%	(56)
. Outros	-0,13%	(496)	-0,08%	(239)
Encargos não aceites fiscalmente	2,98%	10.978	2,59%	7.706
Tributação autónoma	0,25%	928	0,00%	-
Prejuízo fiscal / (Dedução de prejuízo fiscal)	-20,08%	(74.056)	6,98%	20.760
Imposto sobre o lucro do exercício	0,00%	-	0,00%	-

Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do IRPC que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito e benefícios dos empregados. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC e o parecer dos seus consultores legais, nomeadamente quanto às matérias acima indicadas e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Nos termos da legislação que estava em vigor até 31 de dezembro de 2014, o Banco beneficiava de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efetivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por este motivo a carga fiscal apresentada pelo Banco até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi inferior à taxa normal de tributação.

Com a entrada em vigor do Código do IRPC no exercício de 2015, o Banco deixou de beneficiar de isenções sobre alguns rendimentos, nomeadamente os provenientes de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

O Código do IRPC prevê que os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores apurados no âmbito do IUR podiam ser deduzidos nos 3 exercícios seguintes, nos termos do regime anteriormente em vigor. Desta forma, na estimativa de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Banco deduziu parte dos seus prejuízos reportáveis que apurou em anos anteriores. Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco ainda mantém prejuízos fiscais reportáveis não utilizados no montante de mCve. 468.000, relativamente aos quais não registou ativos por impostos diferidos no montante de mCve. 119.537.

As Autoridades Fiscais de Cabo Verde (DGCI) efetuaram um conjunto de correções à matéria coletável do Banco dos exercícios de 2005 a 2013, as quais podem ser resumidas, conforme se segue:

- Entre 2009 e 2012 o Banco recebeu diversas notificações da DGCI, de liquidações referentes a correções ao imposto sobre o rendimento relativas aos exercícios de 2005 a 2012. Grande parte das correções estão relacionadas com a não-aceitação fiscal dos custos com pensões e responsabilidades com saúde. No entanto, o Banco considera que os procedimentos adotados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, pelo que contestou as correções efetuadas. Apesar disto, em alguns exercícios, efetuou o pagamento das liquidações adicionais, tendo reconhecido esses montantes como um ativo por imposto corrente a recuperar.

- Em 2012 o Banco recebeu duas notificações da DGCI de liquidações referentes a correções ao imposto sobre o rendimento relativo aos exercícios de 2007 e 2011, nos montantes de mCve. 180.500 e mCve. 48.775, respetivamente, relacionadas essencialmente com pensões e responsabilidades com saúde, sobre as quais constituiu garantias bancárias para cobertura do imposto fixado pela DGCI.

Em dezembro de 2012, o Banco efetuou uma impugnação judicial sobre a liquidação adicional relativa ao ano de 2008, que já tinha sido alvo de um recurso hierárquico interposto pelo BCA, mas que foi indeferido. Em dezembro de 2013, o Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento deliberou considerar a impugnação totalmente procedente, dando como anulado o ato de fixação da matéria coletável de 2008 e correspondente liquidação. Em fevereiro de 2014, as Autoridades Fiscais apresentaram recurso desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça, encontrando-se o processo em curso nesta data.

- Em agosto de 2013, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, de liquidações referentes a correções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2012. O Banco contestou as correções efetuadas incluindo as referentes aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. Em dezembro de 2013, a DGCI deferiu algumas das reclamações efetuadas pelo Banco, tendo permanecido como não sendo aceite essencialmente os custos relacionados com pensões e responsabilidades com saúde, dando origem a um crédito de imposto no montante de mCve. 18.869. De notar que a notificação da DGCI tem implícita a aceitação como custo de cerca de mCve. 144.000 relacionados com pagamentos de pensões efetuados no ano. Este entendimento não foi consistente com o adotado em anteriores notificações, em que não era aceite qualquer montante.

- Em agosto de 2014 o Banco recebeu uma notificação da DGCI de liquidação referente a correções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2013, relacionadas essencialmente com pensões e responsabilidades com saúde. O Banco apresentou em 22 de setembro de 2014 o exercício de direito de audição tendo contestado a maior parte das correções propostas pela Administração Fiscal. A DGCI deferiu algumas das reclamações efetuadas pelo Banco, tendo permanecido como não sendo aceite essencialmente os custos relacionados com pensões e responsabilidades com saúde. No entanto, importa destacar que foram aceites como custos cerca de mCve. 115.154 relacionados com pagamentos de pensões efetuados no ano.

  Em 14 de outubro de 2014, a DGCI fixou a matéria coletável de 2013 em mCve. 138.776 ascendendo o montante de imposto único sobre o rendimento associado a mCve. 35.388. O BCA utilizou o crédito de imposto de mCve. 18.869 e liquidou o diferencial a 24 de outubro de 2014.

  Em 25 de fevereiro de 2015, foi interposto pelo Banco o recurso hierárquico da decisão de indeferimento da reclamação sobre as correções relativas a pensões e assistência médica referente ao exercício de 2013, o qual foi indeferido a 20 de agosto de 2015.

- Em 5 de dezembro de 2014, o Banco recebeu uma notificação da DGCI referente à confirmação da matéria coletável relativa ao exercício de 2009 no montante de mCve. 757.016, resultando num valor de imposto adicional a pagar de mCve. 27.019. Em 30 de dezembro de 2014, na sequência do exercício do direito de audição do Banco, a DGCI fixou a matéria coletável de 2009 em mCve. 742.428, resultando num valor de imposto adicional a pagar de mCve. 23.300. Em 27 de janeiro de 2015, o Banco recebeu uma notificação da DGCI relativa à reapreciação da reclamação da confirmação da matéria coletável referente ao exercício de 2009, que resultou num crédito de imposto de mCve. 3.104. Nas notificações de confirmação da matéria coletável relativa ao exercício de 2009, foram aceites cerca de mCve. 78.829 relacionados com pagamentos de pensões efetuados no ano.

- Em novembro de 2015 o Banco recebeu uma notificação da DGCI relativa ao exercício de direito de audição para a proposta de fixação da matéria coletável para o exercício de 2014 em mCve. 174.234 ascendendo o montante de imposto único associado a mCve. 33.813. Em 30 de dezembro de 2015, na sequência do exercício do direito de audição do Banco, a DGCI fixou a matéria coletável de 2014 em mCve. 32.291, que resultou num crédito de imposto de mCve. 2.383. Em 22 de janeiro de 2016, Banco contestou as correções efetuadas referentes aos custos com pensões.

Em 31 de dezembro de 2015, o impacto das correções acima descritas relativas a pensões e assistência médica pode ser resumido da seguinte forma:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Correção pensões e saúde	54.646	120.912	184.270	114.517	157.132	171.711	169.677	150.627	141.359	36.821	22.900	1.324.572
Outras correções	-	-	(3.770)	-	12.609	(24.817)	879	(18.532)	22.314	12.500	-	1.183
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-	(28.633)	(70.387)	(103.603)	(19.603)	74.056	(148.170)
	54.646	120.912	180.500	114.517	169.741	146.894	141.923	61.708	60.070	29.718	96.956	1.177.585
Ativos por impostos correntes												
- Pagamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.310	28.310
- IUR a recuperar	54.646	120.912	-	114.517	172.845	146.894	60.522	60.534	16.519	10.616	-	758.005
- Retenções na fonte do exercício	-	-	-	-	-	-	32.626	20.044	24.682	21.485	9.705	108.542
	54.646	120.912	-	114.517	172.845	146.894	93.148	80.578	41.201	32.101	38.015	894.857
Garantias prestadas	-	-	180.500	-	-	-	48.775	-	-	-	-	229.275
Crédito de imposto	-	-	-	-	(3.104)	-	-	(18.869)	18.869	(2.383)	-	(5.487)
	54.646	120.912	180.500	114.517	169.741	146.894	141.923	61.709	60.070	29.718	38.015	1.118.645

Em 31 de dezembro de 2015 o impacto total do eventual risco associado às situações descritas acima ascende a mCve. 1.177.585, que inclui (i) as correções relativas aos exercícios de 2005 a 2014 incluindo cerca de mCve. 180.500 e mCve. 48.775 relativos às liquidações adicionais de 2007 e 2011, respetivamente, relativamente às quais o Banco constituiu uma garantia bancária; (ii) a estimativa para 2015 do impacto das correções das autoridades fiscais face ao entendimento verificado em exercícios anteriores; e (iii) os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores utilizados no ano de 2015. O montante de mCve. 894.857 foi pago pelo Banco, encontrando-se registado em “Ativos por impostos correntes” como imposto a recuperar.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Por este motivo, os exercícios de 2011 a 2015 podem ainda ser revistos e corrigidos. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer outra correção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015.

14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Outros ativos		
Bens arrematados	1.170.596	190.949
Património artístico	10.923	10.873
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	833	641
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	212.013	210.387
. Outras entidades	69.791	92.847
Bonificações a receber		
. Do Estado	823.725	838.503
. De outras entidades	4.652	4.595
Adiantamentos a fornecedores de ativos fixos	6.027	32.958
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	37.104	33.406
. Outros	18.343	25.095
	2.354.007	1.440.254
Imparidade de outros ativos (Nota 17):		
. Imóveis recuperados	(172.131)	(58.775)
. Outros ativos	(67.654)	(67.355)
	(239.785)	(126.130)
	2.114.222	1.314.124

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito e depósitos, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2000. O reembolso destes montantes tem vindo a ser alvo de negociações com a Direção Geral do Tesouro (DGT), dado que no âmbito de uma auditoria externa efetuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a DGT questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em novembro de 2012, a DGT comunicou ao Banco que iria assumir o pagamento de mCve. 168.133 relativo a bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2000 e 2007, tendo considerado não elegíveis bonificações reclamadas no montante de mCve. 102.098. Adicionalmente, a DGT confirmou o montante de mCve. 208.564 relativo às bonificações do crédito à habitação do período entre 2008 e 2011, face a um total reclamado de mCve. 277.728. O Banco decidiu reconhecer o custo relativo às operações identificadas como não elegíveis de forma faseada a partir do exercício de 2012, tendo reconhecido gastos de mCve. 34.252 em cada um dos exercícios entre 2012 e 2014, e mCve. 68.506 no exercício de 2015, a deduzir à rubrica “Juros e rendimentos similares” (Nota 22).

No que se refere às bonificações de operações de crédito à habitação de 2012 a 2015, cujo valor reclamado e imparidade registada ascendem a mCve. 243.099 e mCve. 33.409, respetivamente, a outras bonificações, cujo montante ascende a mCve. 203.929 e outros valores a receber do Estado no montante de mCve. 29.561, ainda se encontram em curso negociações entre as partes com vista à quantificação das operações elegíveis.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 o Banco tem registados na rubrica “Outros ativos – devedores e outras aplicações” valores a receber do Estado de Cabo Verde no montante de mCve. 559.149 (mCve. 572.981 em 31 de dezembro de 2014), alguns dos quais com antiguidade significativa. Apesar destes saldos terem sido confirmados pela DGT, incluindo os relativos a bonificações até 2011 continuam a não se encontrar definidos os termos para a sua liquidação. Encontram-se em curso negociações com o Estado com vista ao estabelecimento de um plano de reembolso, sendo convicção do Conselho de Administração que da conclusão dessas negociações não resultarão impactos materialmente relevantes para a situação patrimonial do Banco.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

Ano de aquisição	2015 Valor bruto	2015 Imparidade	2015 Valor líquido	2014 Valor bruto	2014 Imparidade	2014 Valor líquido
anterior a 2012	62.491	(55.297)	7.194	70.493	(50.733)	19.760
2012	5.034	(2.517)	2.517	21.522	(5.380)	16.142
2013	26.737	(6.684)	20.053	26.624	(2.662)	23.962
2014	61.414	(6.141)	55.273	72.310	-	72.310
2015	1.014.920	(101.492)	913.428	-	-	-
	1.170.596	(172.131)	998.465	190.949	(58.775)	132.174

No exercício de 2015 o movimento ocorrido nos imóveis recuperados pode ser apresentado como se segue:

	Saldo em 31.12.2014 Valor bruto	Saldo em 31.12.2014 Imparidade	Recupe-rações	Alienações	Perdas por imparidade, líquidas	Saldo em 31.12.2015 Valor bruto	Saldo em 31.12.2015 Imparidade
Terrenos	29.594	(7.124)	839.683	(1.000)	(88.702)	866.593	(94.142)
Edificios habitacionais	109.522	(26.372)	13.416	(12.025)	(13.158)	105.260	(33.877)
Outros edificios	35.345	(21.158)	163.398	-	(22.954)	198.743	(44.112)
Viaturas	16.488	(4.121)	-	(12.366)	-	-	-
	190.949	(58.775)	1.016.497	(25.391)	(124.814)	1.170.596	(172.131)

No exercício de 2015 o Banco recuperou por dação em pagamento de crédito a clientes e crédito titulado sobre a Tecnicil – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. um montante de mCve. 957.846 de imóveis sitos na cidade da Praia e São Vicente. Para a generalidade destes imóveis o Banco dispõe de avaliações efetuadas em 2015, tendo em 31 de dezembro de 2015 atribuído uma imparidade para estes imóveis de mCve. 95.785.

No exercício de 2015, as mais-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 743 (menos-valias de mCve. 9.553 em 2014 – Nota 27).

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	137.133	98.974
. De instituições de crédito no estrangeiro	47.366	3.966
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	175.000	355.000
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	408.694	506.411
Juros a pagar	7.484	11.272
	775.677	975.623

Em 14 de outubro de 2005, o Banco, o Banco Interatlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projetos de desenvolvimento dos municípios de caráter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 1,83%. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco tinha esta linha utilizada em 808.371 Euros e 970.040 Euros (mCve. 89.135 e mCve. 106.962, respetivamente), registados na rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais”.

Em 9 de dezembro de 2009, o Banco, o Banco Interatlântico e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 10.000.000 Euros, para apoio a projetos de desenvolvimento dos municípios de caráter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de junho de 2014, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,68%. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco tinha esta linha utilizada em 2.898.109 Euros (mCve. 319.560), registados na rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais”.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos de poupança		
. De emigrantes	2.600.185	2.425.791
. De residentes	989.535	909.386
	3.589.720	3.335.177
Outros depósitos à vista		
Depósitos à ordem		
. De residentes	17.396.430	14.788.524
. De emigrantes	5.506.038	4.383.784
. De não residentes	2.316.363	2.117.490
	25.218.831	21.289.798
Depósitos obrigatórios	163.062	148.511
	25.381.893	21.438.309
Outros depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	25.856.694	25.003.091
. De residentes	10.937.545	10.980.801
. De não residentes	2.471.737	1.278.159
	39.265.976	37.262.051
Outros recursos:		
Titulo cedidos com acordo de recompra:		
. Obrigações do Tesouro (Nota 7)	100	100
Cheques e ordens a pagar	24.950	21.463
	68.262.639	62.057.100
Juros a pagar	834.497	809.351
	69.097.136	62.866.451

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os depósitos à ordem não são remunerados, com exceção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015						
	Saldos em 31.12.2014	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Transferência (Nota 30)	Saldos em 31.12.2015	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	4.176.717	140.292	-	(243.861)	(50.101)	4.023.047	(23.321)
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 10)	37.671	-	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros ativos (Nota 14)	126.130	71.036	-	(7.482)	50.101	239.785	
	4.351.359	211.328	-	(251.343)	-	4.311.344	
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30)							
Pensões de reforma	4.899.738	-	324.653	(204.153)	(57.618)	4.962.620	
Assistência médica	293.941	-	10.496	(20.123)	2.885	287.199	
	5.193.679	-	335.149	(224.276)	(54.733)	5.249.819	
Contingências fiscais	49.723	-	-	-	-	49.723	
	5.243.402	-	335.149	(224.276)	(54.733)	5.299.542	
	9.594.761	211.328	335.149	(475.619)	(54.733)	9.610.886	

	2014						
	Saldos em 31.12.2013	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2014	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	3.901.594	275.123	-	-	-	4.176.717	(53.402)
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 10)	37.671	-	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros ativos (Nota 14)	132.801	(6.671)	-	-	-	126.130	
	4.082.907	268.452	-	-	-	4.351.359	
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30)							
Pensões de reforma	4.765.219	-	323.671	(177.175)	(11.977)	4.899.738	
Assistência médica	296.784	(28.513)	9.293	(20.184)	36.561	293.941	
	5.062.003	(28.513)	332.964	(197.359)	24.584	5.193.679	
Contingências fiscais	49.723	-	-	-	-	49.723	
	5.111.726	(28.513)	332.964	(197.359)	24.584	5.243.402	
	9.194.633	239.939	332.964	(197.359)	24.584	9.594.761	

Conforme descrito na nota 14, no exercício de 2015 o Banco recuperou por dação em pagamento de crédito a clientes e credito titulado sobre a Tecnicil – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. um montante de mCve. 957.846 de imóveis. Neste âmbito, o Banco procedeu à reclassificação da imparidade atribuída em 31 de dezembro de 2014, no montante de mCve. 50.101, registada na rubrica "Imparidade de crédito a clientes" para a rubrica "Imparidade de outros ativos".

18. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2010, o Banco emitiu 500.000 obrigações subordinadas com um valor nominal de 1.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tem um prazo de 7 anos e vence juros a uma taxa de juro nominal crescente a começar em 5,75% para o 1.º e 2.º cupão até 6,25% para o 7.º cupão. O reembolso do capital será realizado de forma parcial em prestações semestrais de mCve. 50.000 a partir do 5.º semestre (inclusive). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado dois anos após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

No exercício de 2015 foram amortizados de mCve. 100.000 de obrigações subordinadas (em 2014 o montante também correspondeu a mCve. 100.000).

Em 31 de dezembro de 2014, os juros a pagar ascendiam a mCve. 545. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 152 e mCve. 318, respetivamente.

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Credores		
Recursos - conta ativa	150.537	134.885
Recursos - conta caução	9.033	20.890
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	54.586	53.868
Previdência social	13.566	12.330
Outros	2.700	7.407
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	36.442	30.442
. Férias não gozadas	4.148	5.148
Gastos gerais administrativos	14.058	8.148
Outros	59.895	77.555
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	19.936	18.066
Comissões de abertura de créditos em conta corrente	8.837	11.968
De garantias prestadas	8.684	8.193
Outros	191	482
Operações passivas a regularizar	2.777	3.072
Outras contas de regularização	42.751	34.329
	428.141	426.783

20. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está representado por 1.324.765 de ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a estrutura acionista do Banco é a seguinte:

	2015		2014	
Entidade	Número de ações	%	Número de ações	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%	697.446	52,65%
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social	132.492	10,00%	-	0,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	89.504	6,76%	89.504	6,76%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	76.322	5,76%	76.322	5,76%
Estado de Cabo Verde ("Golden Share")	-	0,00%	132.476	10,00%
Outros accionistas	329.001	24,83%	329.017	24,83%
	1.324.765	100,00%	1.324.765	100,00%

Na Assembleia Geral de 25 de março de 2009, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 324.765, através da emissão de 324.765 ações do tipo B um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 6.117, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram refletidas diretamente no Capital Próprio, a deduzir à rubrica “Capital”.

Acionistas titulares de direitos especiais

Até 16 de dezembro de 2014, as 132.476 ações do Estado de Cabo Verde representavam uma Golden Share que (qualquer que fosse o seu número) conferiam o direito de veto em deliberações sobre a vida societária relativas às alterações do contrato de sociedade que implicavam a perda das prerrogativas do acionista Estado decorrentes da golden share, à fusão, cisão, transformação e dissolução de sociedade, e à aprovação do Plano Estratégico.

Com a aprovação do DL 67/2014 foram eliminados os direitos especiais que estas ações atribuíam ao acionista Estado de Cabo Verde, passando as mesmas a serem enquadradas na categoria de ações ordinárias e livremente transacionáveis.

Transmissibilidade das ações

Até 16 de dezembro de 2014, das 1.324.765 ações que representam o capital social, 525.000 eram ações nominativas, ou seja, apenas podiam ser detidas pelos adquirentes do bloco indivisível (Agrupamento Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico). Estas ações não podiam ser cedidas, alienadas ou oneradas pela CGD/BI, por qualquer título, sendo igualmente vedada a realização de qualquer negócio jurídico que transmita ou tenda a transmitir a sua propriedade, sem autorização do Governo. Com a Resolução 077/2014 de 7 de outubro, alterou-se o estatuto destas ações o que veio também a culminar com a alteração dos Estatutos do BCA. Assim, o capital social do BCA passou a ser representado por 1.324.765 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil e setecentos e sessenta e cinco) ações, nominativas e ao portador, com o valor nominal de 1.000$00 (mil escudos) cada, distribuído da seguinte forma: a) 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) ações nominativas; b) 799.765 (setecentos e noventa e nove mil e setecentos e sessenta e cinco) ações ao portador.

Tanto as ações ao portador como as nominativas podem agora ser detidas por pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no território nacional.

A 20 de fevereiro de 2015 o Estado deixou de deter participação qualificada na sequência da alienação da sua posição acionista na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCICIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de reservas, resultados transitados e resultado do exercício têm a seguinte composição:

	2015	2014
Reservas de reavaliação		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
- De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	20.966	363.074
- Outros	-	(1)
	20.966	363.073
. Reservas por impostos diferidos		
- Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor (Nota 13)	(5.346)	(2.360)
	15.620	360.713
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	778.195	748.463
. Outras reservas:		
. Desvios atuariais de responsabilidades com pensões e assistência médica (Nota 30)	561.824	479.209
. Reservas por impostos diferidos - por desvios atuariais (Nota 13)	(143.265)	(122.198)
. Outras reservas	3.145.888	2.952.634
	3.564.447	3.309.645
. Resultados transitados	(1.174.876)	(1.174.876)
	3.167.766	2.883.232
Resultado do exercício	368.830	297.315
	3.552.216	3.541.260

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII de 23 de abril, Artº 42), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.608.125	2.668.568
. Crédito ao exterior	33.896	34.257
. Crédito ao pessoal	56.065	54.176
. Crédito vencido	19.396	28.348
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	638.821	549.074
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	271.507	123.597
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
. Títulos de intervenção monetária	5.489	4.294
. Títulos de regularização monetária	1.334	399
. Títulos do Tesouro	48	127
. Aplicações a muito curto prazo	20.152	15.759
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	16.609	3.002
Outros juros e rendimentos similares	997	166
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	98.168	95.891
	3.770.607	3.577.658

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica “Juros de crédito a clientes – Crédito interno” encontra-se deduzido de mCve. 68.506 e mCve. 34.252, respetivamente, relativos ao reconhecimento do custo com bonificações de anos anteriores, considerados não elegíveis pela Direção Geral do Tesouro (Nota 14).

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de depósitos à ordem		
. Banco de Cabo Verde	76	-
Juros de operações de venda com acordo de recompra		
. Obrigações do Tesouro	6	7.706
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	103.286	100.401
. De residentes - Poupança Jovem	48.672	46.782
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	1.098.396	1.075.607
. De residentes	450.895	428.761
. De não residentes	88.248	37.956
. De outras instituições de crédito no país	12.890	14.128
Outros juros e encargos similares	30.026	34.558
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	246	405
	1.832.741	1.746.304

24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	133.768	208.352
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	974
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	117	116
. Visa International Service Association	-	39
	134.859	209.481

Em 2014, os Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira incluem um acerto relativo à estimativa registada no exercício anterior, no montante de mCve. 922.

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Rendimentos com serviços e comissões		
Ordens de pagamento recebidas	83.894	80.900
Garantias e avales prestados	68.804	79.439
Comissões por ordens de pagamento emitidas	54.291	54.180
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	42.146	39.446
Comissões Western Union	24.028	21.801
Cobrança de valores	19.363	18.832
Créditos documentários	8.952	6.279
Outros	99.271	85.711
	400.749	386.588
Encargos com serviços e comissões		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(11.944)	(15.696)
Visa International Service Association	(16.938)	(14.787)
Comissões de correspondentes	(10.852)	(11.110)
Outros	(50)	(62)
	(39.784)	(41.655)

26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015			2014		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	120.082	(28.692)	91.390	92.260	(11.031)	81.229
Resultados em notas e moedas	85.533	(36.203)	49.330	59.082	(11.605)	47.477
	205.615	(64.895)	140.720	151.342	(22.636)	128.706

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 14)	743	(9.553)
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis	4.390	(1.022)
	5.133	(10.575)

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	20	151
. Outros	12.056	12.089
Reembolso de despesas		
. Correios	1.730	5.253
. Outros	31.223	47.786
Outros	45.162	35.803
	90.191	101.082
Outros gastos de exploração		
Outros impostos	(11.081)	(8.803)
Quotizações e donativos	(385)	(623)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(969)	(205)
Multas e outras penalidades legais	(10)	(6)
Outros	(9.896)	(5.333)
	(22.341)	(14.970)
	67.850	86.112

29. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações de colaboradores	779.708	773.216
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	25.123	18.501
Prémios de produtividade	25.911	24.000
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Notas 17 e 30)	324.653	323.671
. Assistência médica	27.195	54.786
. Previdência social	60.734	55.341
. Outros	3.771	4.209
Outros custos com pessoal	23.940	23.410
	1.271.035	1.277.134

A rubrica "Encargos sociais – Assistência médica" inclui as despesas de saúde incorridas pelo Banco com os seus colaboradores no ativo e o custo relacionado com responsabilidades com saúde com colaboradores na idade da reforma (Nota 30).

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores e administradores:

	2015	2014
Administradores	7	5
Directores	13	13
Chefias	90	86
Técnicos	182	187
Administrativos	77	83
Pessoal auxiliar	73	78
	442	452
Efectivos	384	395
A prazo	51	52
	435	**447**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os números apresentados acima incluem 51 e 52 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respetivamente.

30. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

30.1 Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de conceder aos seus empregados pensões de reforma, as quais são determinadas com base no salário em vigor à data da reforma (Nota 2.2 m). Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no ativo foram efetuadas avaliações atuariais pela Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014. As hipóteses e bases técnicas utilizadas nestes estudos foram as seguintes:

	2015	2014
Método actuarial	Project United Credit	Project United Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5,25%	5,5%
Taxa de crescimento dos salários	3,0%	3,0%
Taxa de crescimento das pensões	0,5%	1,0%
Idade de reforma	62 anos ou 39 anos de serviço	62 anos ou 39 anos de serviço

No exercício de 2015 o Banco alterou a taxa de desconto utilizada no estudo atuarial para 5,25%, de forma a refletir a descida consistente verificada nas taxas das Obrigações do tesouro em 2015.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Banco para os exercícios de 2015 e 2014 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2015		2014	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	3,0%	1,42%	3,0%	2,72%
Taxa de crescimento das pensões	0,5%	0,04%	1,0%	-0,46%

Em novembro de 2013, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, tendo em vista a sua sustentabilidade, introduzindo novas regras para apuramento dos benefícios com reforma:

- Alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, considerando-se um período de transição para os participantes que até ao ano de 2017 atinjam os 58 anos de idade;
- Salário Pensionável igual ao salário base acrescido das Diuturnidades;
- Valor da reforma calculado com base na média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos;
- Valor da reforma igual a 90% da média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos.

O impacto das alterações no plano de pensões resultou numa redução das responsabilidades de mCve. 914.405 com referência a 31 de dezembro de 2013, a qual foi refletida nos resultados desse exercício.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com serviços passados do Banco de acordo com os estudos atuariais efetuados, ascendiam a:

	2015		2014	
	Número de pessoas	Responsa-bilidades	Número de pessoas	Responsa-bilidades
Ativos e ex-funcionários	182	2.128.865	196	2.230.448
Reformados e pré-reformados	167	2.696.482	152	2.528.112
Pensionistas	19	130.856	18	133.502
Fundo de reestruturação	2	6.417	3	7.676
Total	370	4.962.620	369	4.899.738

Nos estudos atuariais não são considerados os trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo e os trabalhadores inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social, dado o Banco não ter responsabilidades com pensões de reforma destes empregados.

O movimento no valor das responsabilidades com pensões de reforma durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	**4.765.219**
Contribuições dos empregados	21.453
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	323.671
Pensões pagas	(177.175)
Desvios atuariais (Nota 21)	(33.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**4.899.738**
Contribuições dos empregados	18.060
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	324.653
Pensões pagas	(204.153)
Desvios atuariais (Nota 21)	(75.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**4.962.620**

No exercício de 2015 os desvios atuariais podem ser decompostos da seguinte forma:

Alteração de pressupostos atuariais:	
. Alteração da taxa de desconto	154.207
. Alteração da taxa de crescimento de pensões	(197.940)
Diferença entre os pressupostos e os valores realizados:	
. Crescimento de pensões/salários	(23.544)
. Outros	(8.401)
	(75.678)

30.2 Assistência médica

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve avaliações atuariais efetuadas por uma entidade especializada com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

	2015	2014
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa técnica	5,25%	5,5%
Taxa de crescimento dos salários	3,0%	3,0%
Taxa de inflação das despesas médicas	3,0%	3,0%

Em novembro de 2013, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, tendo em vista a sua sustentabilidade, introduzindo novas regras para apuramento dos benefícios com reforma:

- Alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, considerando-se um período de transição para os participantes que até ao ano de 2017 atinjam os 58 anos de idade;
- Salário Pensionável igual ao salário base acrescido das Diuturnidades;
- Valor da reforma calculado com base na média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos;
- Valor da reforma igual a 90% da média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos.

O impacto das alterações no plano de assistência médica decorrente da alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, resultou numa redução das responsabilidades de mCve. 28.513 com referência a 31 de dezembro de 2014, a qual foi refletida nos resultados desse exercício.

Com base nestes estudos, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos respetivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 287.199 e mCve. 293.941, respetivamente (Nota 17).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	**296.784**
Contribuições dos empregados	12.176
Custo registado pelo Banco	9.293
Impacto da alteração do plano de assistência médica (Nota 17)	(28.513)
Despesas médicas pagas	(20.184)
Desvios atuariais	24.385
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**293.941**
Contribuições dos empregados	9.821
Custo registado pelo Banco	10.496
Despesas médicas pagas	(20.123)
Desvios atuariais	(6.936)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**287.199**

30.3 Desvios atuariais

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios atuariais diferidos nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrado como se segue:

	Pensões	Saúde	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(643.957)	173.795	(470.162)
Desvios atuariais no ano	(33.430)	24.385	(9.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(677.387)	198.180	(479.209)
Desvios atuariais no ano	(75.678)	(6.936)	(82.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(753.065)	191.244	(561.824)

Com a alteração da política contabilística referida na Nota 2.2.m), os desvios atuariais acumulados em 31 de dezembro de 2012 encontram-se deduzidos na rubrica de “Outras reservas e resultados transitados”.

31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Encargos com a SISP	100.655	112.586
Conservação e reparação	100.129	104.251
Água, gás e electricidade	89.205	98.074
Comunicações e despesas de expedição	56.010	59.313
Publicidade e edição de publicações	41.587	43.415
Transporte de valores	38.666	40.530
Segurança e vigilância	34.263	43.386
Rendas e alugueres	29.912	32.682
Impressos e material de consumo corrente	21.202	27.496
Consultores e auditores externos	21.194	39.408
Formação de pessoal	14.037	6.238
Assistência técnica	13.480	5.836
Seguros	11.155	11.279
Combustíveis	9.635	12.644
Transportes	6.784	6.605
Ajudas de custo	4.614	5.525
Despesas de representação	2.319	3.056
Despesas de alojamento	2.182	4.147
Outros	72.588	63.895
	669.617	720.366

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Passivos eventuais		
. Garantias e avales	4.652.330	4.552.044
. Créditos documentários abertos	509.098	82.766
	5.161.428	4.634.810
Depósito e guarda de valores	25.776.546	27.048.032
	30.937.974	31.682.842

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 encontram-se em curso algumas ações judiciais que envolvem o Banco e que correspondem a passivos contingentes, sendo destacar a que resulta da alteração efetuada em novembro de 2013 do plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, com vista a garantir a sua sustentabilidade, tendo introduzido novas regras para apuramento dos benefícios com reforma. Estas alterações originaram uma redução das responsabilidades de mCve. 914.405 com referência a 31 de dezembro de 2013 (Nota 30). No exercício de 2014 o Banco foi alvo de duas ações judiciais, interpostas por uma colaboradora do Banco e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Financeiras de Cabo Verde, com vista a declarar a nulidade das alterações introduzidas ao seu Estatuto de Pessoal em matéria de benefícios após a reforma. Em julho de 2014 o Banco apresentou a sua contestação a essas ações, encontrando-se atualmente a aguardar decisão do Trabalho do Tribunal da Praia. O Conselho de Administração do Banco, tendo por base a informação dos seus advogados e os argumentos e fundamentos apresentados na contestação efetuada, considera que irá ganhar as referidas ações.

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.
- Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.
- Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.
- Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.
- Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.
- Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2015						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	638.821	44.628	-	1.356.042	1.731.116	-	3.770.607
Juros e encargos similares	(417)	(20.554)	-	(352.484)	(1.459.286)	-	(1.832.741)
MARGEM FINANCEIRA	638.404	24.074	-	1.003.558	271.830	-	1.937.866
Rendimentos de instrumentos de capital	134.859	-	-	-	-	-	134.859
Rendimentos com serviços e comissões	-	104.241	63.552	45.322	187.634	-	400.749
Encargos com serviços e comissões	-	(22.796)	(16.938)	-	(50)	-	(39.784)
Resultados de activos financeiros dispóniveis para venda	58	-	-	-	-	-	58
Resultados de reavaliação cambial	-	140.720	-	-	-	-	140.720
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	5.133	5.133
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	67.850	67.850
PRODUTO BANCÁRIO	773.321	246.239	46.614	1.048.880	459.414	59.651	2.647.451
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(3.138)	-	-	(51.549)	(62.283)	(71.037)	(188.007)
	770.183	246.239	46.614	997.331	397.131	(11.386)	2.459.444
Outros gastos e redimentos							(2.090.614)
Resultado do exercício							**368.830**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	-	2.754.231	-	-	-	-	2.754.231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	830.451	-	-	-	-	830.451
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	6.851.891	-	-	-	-	6.851.891
Aplicações em instituições de crédito	-	20.487.143	-	-	-	-	20.487.143
Crédito a clientes	3.535.222	-	-	14.910.342	19.066.015	-	37.511.579
Recursos de outras instituições de crédito	-	775.677	-	-	-	-	775.677
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	13.442.995	55.654.141	-	69.097.136

	2014						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	549.074	23.747	-	1.324.608	1.680.229	-	3.577.658
Juros e encargos similares	(8.331)	(19.753)	-	(318.390)	(1.399.830)	-	(1.746.304)
MARGEM FINANCEIRA	540.743	3.994	-	1.006.218	280.399	-	1.831.354
Rendimentos de instrumentos de capital	209.480	-	-	-	-	-	209.480
Rendimentos com serviços e comissões	-	100.369	58.938	42.116	185.165	-	386.588
Encargos com serviços e comissões	-	(26.805)	(14.787)	-	(63)	-	(41.655)
Resultados de reavaliação cambial	-	128.706	-	-	-	-	128.706
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	(10.575)	(10.575)
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	86.112	86.112
PRODUTO BANCÁRIO	750.223	206.264	44.151	1.048.334	465.501	75.537	2.590.010
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	71.783	-	-	(135.376)	(158.128)	35.184	(186.537)
	822.006	206.264	44.151	912.958	307.373	110.721	2.403.473
Outros gastos e redimentos							(2.106.158)
Resultado do exercício							**297.315**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	-	5.957.130	-	-	-	-	5.957.130
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	859.313	-	-	-	-	859.313
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	7.247.035	-	-	-	-	7.247.035
Aplicações em instituições de crédito	-	11.960.058	-	-	-	-	11.960.058
Crédito a clientes	3.868.232	-	-	14.884.452	19.052.425	-	37.805.109
Recursos de outras instituições de crédito	-	975.623	-	-	-	-	975.623
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	11.649.286	51.217.165	-	62.866.451

A totalidade da atividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

34. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, empresas associadas, e os órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2015				
		Grupo Caixa Geral de Depósitos			
			Banco		Filiais e
	INPS	CGD	Interatlântico	Promotora	Associadas
Ativos:					
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	194.641	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	3.380.849	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	78.623	266.337
Outros ativos	-	-	1.918	682	6.931
Imparidade	-	-	-	(10.841)	(9.034)
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	(40.457)	(3.521)	-	(259.495)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.881.033)	-	-	(2.667)	(72.458)
Outros passivos	-	-	-	(49.744)	(60.139)
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	-	55.347	-	150.000	-
Garantias prestadas	(1.640)	-	-	-	(101.067)
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	-	16.390	-	-	-
Juros e encargos similares	(54.100)	-	-	-	-
Gastos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	(12.688)
Encargos com serviços e comissões	-	(3.414)	-	-	(11.944)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(1.646)	(103.862)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	2.020

	2014				
		Grupo Caixa Geral de Depósitos			
	Estado de Cabo Verde	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	Associadas
Activos:					
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5.957.130	79.594	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	11.044.643	704.033	-	-	-
Títulos de dívida pública	6.425.709	-	-	-	-
Activos financeiros disponiveis para venda	7.181.221	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	97.180	270.286
Outros activos	1.062.723	19.197	26.234	501	5.774
Imparidade	(48.044)	(1.978)	-	(10.841)	(11.119)
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	(13)	(1.013)	-	(441.155)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(399.108)	-	-	(60)	(101.277)
Outros passivos	(67.015)	-	-	(3.745)	(15.562)
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	1.446.747	31.048	-	150.000	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	(90.825)
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	355.874	2.743	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	208.351	-	-	-	-
Gastos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	(13.118)
Encargos com serviços e comissões	-	(4.550)	-	-	(15.696)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(41.638)	(115.092)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	(935)

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2015, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração do Banco ascenderam a mCve. 31.123 (mCve. 24.501 no exercício de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 74.969 e mCve. 80.391, respetivamente.

35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direção Financeira e Internacional faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objetivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O setor financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e ações.

O Banco tem uma carteira de ativos financeiros que possui alguma representatividade do ativo, mas que não foi constituída com o objetivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de ativos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No setor bancário caboverdiano, o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é de 15%, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de novembro, do Banco de Cabo Verde, a DFI calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

A Direção de Gestão de Risco produz ainda pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de ativos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2015								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.754.231	-	-	-	-	-	-	-	2.754.231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	830.451	-	-	-	-	-	-	-	830.451
Aplicações em instituições de crédito	17.266.654	2.955.496	-	253.540	11.453	-	-	-	20.487.143
Títulos de dívida pública	172.474	-	345.335	238.687	1.948.258	1.407.686	2.803.329	-	6.915.769
Crédito a clientes (valores brutos)	6.649.678	1.080.985	1.974.796	1.329.114	4.637.494	4.882.434	6.716.686	14.263.439	41.534.626
	27.673.488	4.036.481	2.320.131	1.821.341	6.597.205	6.290.120	9.520.015	14.263.439	72.522.220
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(180.498)	(103.749)	(130.913)	(48.951)	(195.803)	(115.763)	-	-	(775.677)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(29.831.324)	(5.785.192)	(7.937.422)	(18.318.110)	(7.224.987)	(101)	-	-	(69.097.136)
Outros passivos subordinados	152	-	(48.309)	(49.849)	(99.698)	-	-	-	(197.704)
	(30.011.670)	(5.888.941)	(8.116.644)	(18.416.910)	(7.520.488)	(115.864)	-	-	(70.070.517)
Diferencial	(2.338.182)	(1.852.460)	(5.796.513)	(16.595.569)	(923.283)	6.174.256	9.520.015	14.263.439	2.451.703

	2014								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.957.130	-	-	-	-	-	-	-	5.957.130
Disponibilidades em outras instituições de crédito	859.313	-	-	-	-	-	-	-	859.313
Aplicações em instituições de crédito	11.960.058	-	-	-	-	-	-	-	11.960.058
Títulos de dívida pública	350.385	-	203.207	172.726	1.593.878	817.150	3.288.214	-	6.425.560
Crédito a clientes (valores brutos)	8.235.289	2.054.555	844.186	900.386	3.958.466	4.077.308	6.718.069	15.193.567	41.981.826
	27.362.175	2.054.555	1.047.393	1.073.112	5.552.344	4.894.458	10.006.283	15.193.567	67.183.887
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(116.685)	(32.954)	(216.262)	-	(102.982)	(506.740)	-	-	(975.623)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25.051.820)	(5.112.989)	(6.583.735)	(17.876.513)	(8.241.293)	(101)	-	-	(62.866.451)
Outros passivos subordinados	(227)	-	(47.504)	(49.849)	(199.396)	-	-	-	(296.976)
	(25.168.732)	(5.145.943)	(6.847.501)	(17.926.362)	(8.543.671)	(506.841)	-	-	(64.139.050)
Diferencial	2.193.443	(3.091.388)	(5.800.108)	(16.853.250)	(2.991.327)	4.387.617	10.006.283	15.193.567	3.044.837

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da atividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 20.000.

É da competência da DGR emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efetua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Risco de crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2015	2014
Títulos de dívida pública	6.915.769	6.425.709
Aplicações em instituições de crédito	20.487.143	11.960.058
Crédito a clientes	37.511.579	37.805.109
	57.998.722	49.765.167
Garantias e avales	4.652.330	4.552.044
Créditos documentários abertos	509.098	82.766
	5.161.428	4.634.810
Exposição máxima	70.075.919	60.825.686

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2015				
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	8.597.142	1.240.297	2.568.643	79.550	12.485.632
Vencido	5.149	1.760	3.001.722	-	3.008.631
	8.602.291	1.242.057	5.570.365	79.550	15.494.263
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4.806.306	-	11.310	229.275	5.046.891
	4.806.306	-	11.310	229.275	5.046.891
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	13.384.689	414.853	1.085.086	-	14.884.628
Vencido	4.302	8.837	319.654	-	332.793
	13.388.991	423.690	1.404.740	-	15.217.421
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.439.938	21.606	36.898	-	1.498.442
Vencido	561	1.227	25.425	-	27.213
	1.440.499	22.833	62.323	-	1.525.655
Pequenos negócios					
Vincendo	472.720	7.625	148.954	-	629.299
Vencido	512	359	127.745	-	128.616
	473.232	7.984	276.699	-	757.915
Outros créditos					
Vincendo	1.886.216	214.705	285.590	-	2.386.511
Vencido	24.708	5.593	172.603	-	202.904
	1.910.924	220.298	458.193	-	2.589.415
Garantias prestadas					
Vincendo	112.897	-	-	-	112.897
Sector Público					
Vincendo	2.476.724	170	-	-	2.476.894
Vencido	72	161	18	-	251
	2.476.796	331	18	-	2.477.145
Garantias prestadas					
Vincendo	1.640	-	-	-	1.640
Total crédito vincendo	28.257.429	1.899.256	4.125.171	79.550	34.361.406
Total crédito vencido	35.304	17.937	3.647.167	-	3.700.408
Total extrapatrimoniais	4.920.843	-	11.310	229.275	5.161.428
Total de exposição	33.213.576	1.917.193	7.783.648	308.825	43.223.242

	2014				
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	7.366.731	2.500.361	2.102.652	95.682	12.065.426
Vencido	5.407	10.390	3.552.308	196	3.568.301
	7.372.138	2.510.751	5.654.960	95.878	15.633.727
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4.572.255	28.537	2.870	-	4.603.662
	4.572.255	28.537	2.870	-	4.603.662
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	13.452.442	616.328	1.291.455	-	15.360.225
Vencido	4.044	6.555	273.583	-	284.182
	13.456.486	622.883	1.565.038	-	15.644.407
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.236.824	15.624	43.442	-	1.295.890
Vencido	426	759	37.175	-	38.360
	1.237.250	16.383	80.617	-	1.334.250
Pequenos negócios					
Vincendo	570.688	24.451	168.295	-	763.434
Vencido	476	659	140.261	-	141.396
	571.164	25.110	308.556	-	904.830
Outros créditos					
Vincendo	1.644.380	197.675	389.591	-	2.231.646
Vencido	20.731	6.182	180.568	-	207.481
	1.665.111	203.857	570.159	-	2.439.127
Garantias prestadas					
Vincendo	31.148	-	-	-	31.148
Sector Público					
Vincendo	2.127.213	92	-	-	2.127.305
Vencido	186	-	18	-	204
	2.127.399	92	18	-	2.127.509
Total crédito vincendo	26.398.278	3.354.531	3.995.435	95.682	33.843.926
Total crédito vencido	31.270	24.545	4.183.913	196	4.239.924
Total extrapatrimoniais	4.603.403	28.537	2.870	-	4.634.810
Total de exposição	31.032.951	3.407.613	8.182.218	95.878	42.718.660

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 13.738.086, ascendendo a imparidade a mCve. 2.557.340 (mCve. 14.920.364 e mCve. 2.904.772, respetivamente, em 31 de dezembro de 2014). Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objeto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise coletiva.
Na coluna "Outros Saldos" foi considerado o valor de balanço bruto de créditos concedidos a entidades do grupo que não foram incluídos na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido pelo Banco.

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	2015				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.754.231	-	-	-	2.754.231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	830.451	-	-	-	830.451
Activos financeiros disponíveis para venda	6.796.646	-	-	55.245	6.851.891
Aplicações em instituições de crédito	20.487.143	-	-	-	20.487.143
Títulos de dívida pública	6.425.709	6.410.929	(14.780)	-	6.425.709
Crédito a clientes (Valor bruto)	35.559.342	35.061.890	(497.452)	5.975.284	41.534.626
	72.853.522	41.472.819	(512.232)	6.030.529	78.884.051
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	775.677	780.267	4.590	-	775.677
Recursos de clientes e outros empréstimos	69.097.136	69.913.095	815.959	-	69.097.136
Outros passivos subordinados	197.857	191.000	(6.857)	(153)	197.704
	70.070.670	70.884.362	813.692	(153)	70.070.517

	2014				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.957.130	-	-	-	5.957.130
Disponibilidades em outras instituições de crédito	859.313	-	-	-	859.313
Activos financeiros disponíveis para venda	7.191.790	-	-	55.245	7.247.035
Aplicações em instituições de crédito	11.960.058	-	-	-	11.960.058
Títulos de dívida pública	6.425.709	6.442.185	16.476	-	6.425.709
Crédito a clientes (Valor bruto)	35.502.513	34.326.618	(1.175.895)	6.479.313	41.981.826
	67.896.513	40.768.803	(1.159.419)	6.534.558	74.431.071
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	975.623	982.025	6.402	-	975.623
Recursos de clientes e outros empréstimos	62.866.451	63.690.923	824.472	-	62.866.451
Outros passivos subordinados	297.294	212.272	(85.022)	(318)	296.976
	64.139.368	64.885.220	745.852	(318)	64.139.050

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda:
  - O justo valor dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira foi determinado pelo Banco com base no valor do capital próprio divulgado no relatório anual do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" ajustado pelo diferencial face ao valor de mercado das obrigações detidas pelo Fundo;
  - As ações da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das ações da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respetiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.456, em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O Banco manteve as ações ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

    As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2015					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.370.634	652.720	318.744	(304.475)	(595.569)	(1.140.833)
Total ativo sensível	1.370.634	652.720	318.744	(304.475)	(595.569)	(1.140.833)

	2014					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.395.731	664.308	324.316	(309.633)	(605.502)	(1.159.268)
Total ativo sensível	1.395.731	664.308	324.316	(309.633)	(605.502)	(1.159.268)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2015 e 2014, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2015	(587.173)	(293.586)	(146.793)	146.793	293.586	587.173
Exercício de 2014	(328.571)	(164.286)	(82.143)	82.143	164.286	328.571

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2015 e 2014, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2015				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.239.017	399.662	83.177	32.375	2.754.231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	72.049	463.057	280.791	14.554	830.451
Ativos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.862.732	-	-	-	6.862.732
Aplicações em instituições de crédito	16.644.951	3.274.871	567.321	-	20.487.143
Títulos de dívida pública	6.915.769		-	-	6.915.769
Crédito a clientes (valores brutos)	39.458.385	2.076.241	-	-	41.534.626
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	308.576	-	-	-	308.576
Outros ativos (valores brutos)	1.183.411	-	-	-	1.183.411
Imparidade acumulada	(4.101.542)	-	-	-	(4.101.542)
	69.583.348	6.213.831	931.289	46.929	76.775.397
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	(361.506)	(412.382)	(1.789)	-	(775.677)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(67.199.120)	(963.403)	(928.921)	(5.692)	(69.097.136)
Outros passivos subordinados	(197.704)	-	-	-	(197.704)
Outros passivos	(428.141)	-	-	-	(428.141)
	(68.186.471)	(1.375.785)	(930.710)	(5.692)	(70.498.658)
Exposição líquida	1.396.877	4.838.046	579	41.237	6.276.739

	2014				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.387.051	442.010	96.426	31.643	5.957.130
Disponibilidades em outras instituições de crédito	272.526	409.675	160.015	17.097	859.313
Ativos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	7.257.876	-	-	-	7.257.876
Aplicações em instituições de crédito	11.044.643	496.410	419.005	-	11.960.058
Títulos de dívida pública	6.425.560	-	-	-	6.425.560
Crédito a clientes (valores brutos)	40.140.889	1.840.937	-	-	41.981.826
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	281.545	-	-	-	281.545
Outros ativos (valores brutos)	1.130.694	91	118.520	-	1.249.305
Imparidade acumulada	(4.254.913)	-	-	-	(4.254.913)
	67.685.871	3.189.123	793.966	48.740	71.717.700
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	(463.057)	(506.411)	(6.155)	-	(975.623)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(61.202.774)	(993.758)	(665.772)	(4.147)	(62.866.451)
Outros passivos subordinados	(296.976)	-	-	-	(296.976)
Outros passivos	(173.676)	(224.064)	(21.267)	(7.776)	(426.783)
	(62.136.483)	(1.724.233)	(693.194)	(11.923)	(64.565.833)
Exposição líquida	5.549.388	1.464.890	100.772	36.817	7.151.867

36. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da atividade bancária no País;

- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;

- Sustentar o desenvolvimento da atividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;

- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.
De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:
FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.
VAPRC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito.
VAPRTC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.
VEAPRO – Valor Equivalente em Ativos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direção Financeira e Internacional (DFI), mais concretamente pela Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão (DPG), com o contributo da Divisão Internacional e Liquidez (DIL) no que concerne à determinação do Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito, Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado e Ativos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respetivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de dezembro de 2015:

Capital realizado			1.318.648	
Prémios de emissão de acções e outros títulos			-	
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos			4.342.643	
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores			-	
Resultados positivos do último exercício			-	
Resultados positivos provisórios do exercício em curso			276.622	
Desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas			-	
Interesses minoritários [1]			-	
SOMA				5.937.913
Activos intangíveis			23.375	
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores			1.174.876	
Resultados negativos do último exercício			-	
Resultados negativos provisórios do exercício em curso			-	
Provisões adicionais			-	
Reservas de reavaliação negativas			-	
Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas			-	
Acções próprias			-	
Diferenças positivas de primeira consolidação [1]			-	
Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial [1]			-	
SOMA				1.198.251
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO				4.739.662
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer			-	
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS				4.739.662
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis			-	
Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro			-	
Empréstimos subordinados e acções preferenciais	197.856	-	197.856	
Outras reservas de reavaliação			4.766	
Outros elementos			-	
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES				202.622
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES				4.942.284
Participações a deduzir:				
Superiores a 10 % do capital			71.054	
Inferiores ou iguais a 10 % do capital	75.225	-	71.054	
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	5.325	-	5.325	
Fundos próprios destinados a coberturas específicas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso nº 9/99)				
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso nº 8/2007)				-
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO				4.865.905
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso nº 3/2007)				-
FUNDOS PRÓPRIOS				**4.865.905**

[1] Apenas para a determinação de fundos próprios em base consolidada e base consolidada ajustada

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adoção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adoção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Ativos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do ativo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respetivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 10%.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de dezembro de 2015, ascende a 4.865.905 milhares de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Ativo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 15,7%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, pelo que não são ainda exigidas algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de autoavaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco, ou mesmo a utilização de *ratings* externos para aferição dos ponderadores de risco de crédito.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua atuação pela adoção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.